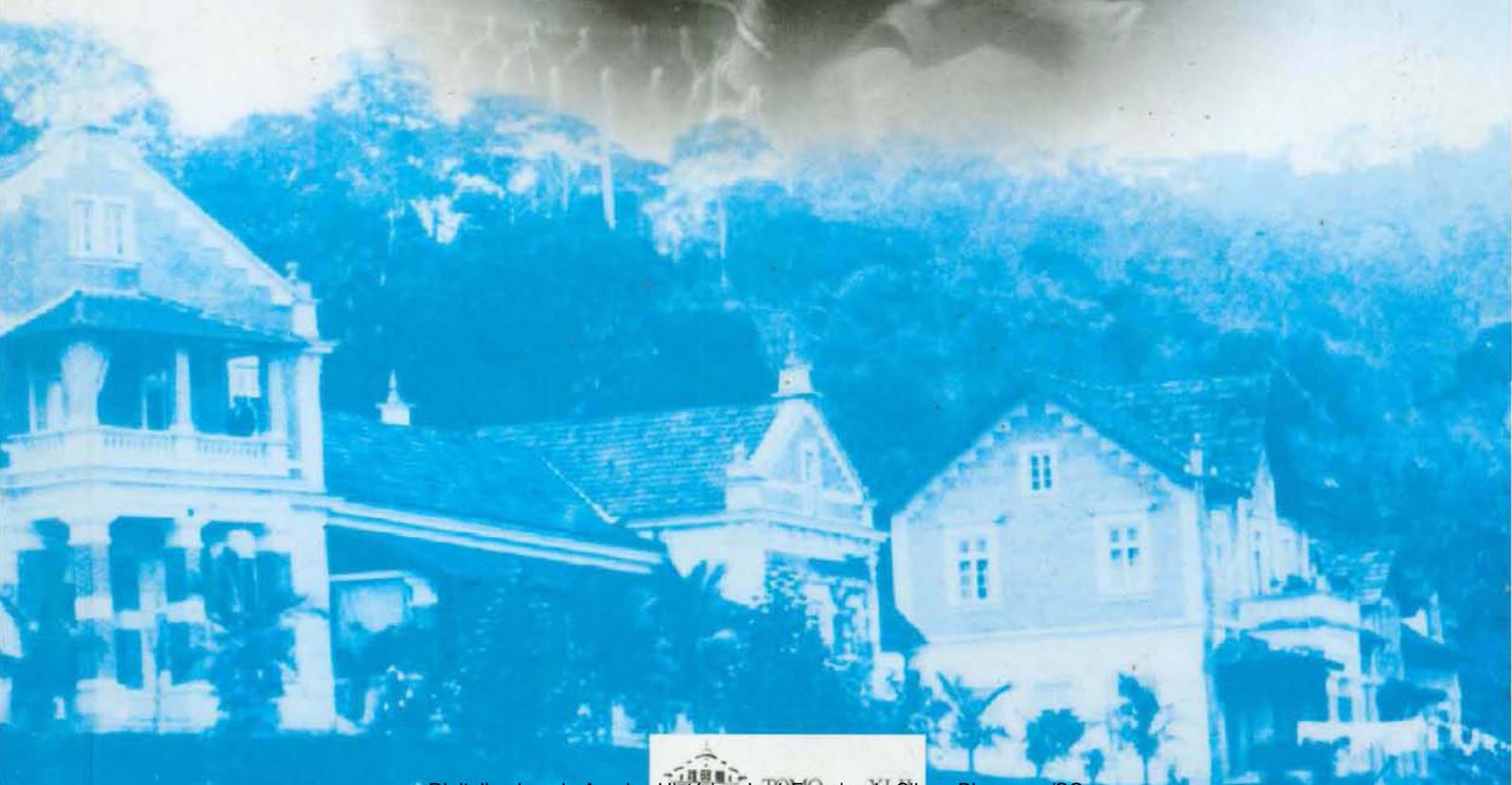


BLUMENAU

em Cadernos



REVISTA DE HISTÓRIA E CULTURA
CULTURAL
SEMESTRAL
Maio/Junho 2002
NÚMERO 5/6

BLUMENAU

em Cadernos

Fundação Cultural de Blumenau

Presidente

Braulio Maria Schloegel

Diretoria Administrativo-Financeira

Maria Teresinha Heimann

Diretoria Histórico-Museológica

Sueli Maria Vanzuita Petry

Diretoria de Cultura

Vilarino Wolff



Revista "BLUMENAU EM CADERNOS",
fundada em 1957 por José Ferreira da Silva

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Biblioteca Pública "Dr. Fritz Müller"

Blumenau em Cadernos. (Fundação Cultural de
Blumenau) Blumenau, SC, 1 (11) 1957 -
il.
Bimestral

ISSN 0006-5218

FUNDAÇÃO CULTURAL DE BLUMENAU

Arquivo Histórico “José Ferreira da Silva”

BLUMENAU
em Cadernos

Prêmio Alm. Lucas Alexandre Boiteux,
na Área de História - edição 1998, concedido
pelo Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina

COPYRIGHT © 2001 by Fundação Cultural de Blumenau

**REVISTA "BLUMENAU EM CADERNOS"
ENDEREÇO**

Alameda Duque de Caxias, 64 - Caixa Postal: 425
CEP.: 89015-010 - Blumenau - SC
Fone/fax: (47) 326-6990
E-Mail: *funculbl@zaz.com.br*

CAPA

Profissões: Memórias
Acervo Arquivo Histórico José Ferreira da Silva
Projeto Gráfico: Silvio Roberto de Braga

DIREÇÃO

Sueli M. V. Petry

CONSELHO EDITORIAL

Ivo Marcos Theis (Presidente)
Annemarie Fouquet Schünke,
Cezar Zillig, Cristina Ferreira,
Urda Alice Klueger

DIGITAÇÃO

Marilu Antunes

PRODUÇÃO GRÁFICA

Nova Letra Gráfica e Editora Ltda.
Av. Brasil, 742 - Ponta Aguda - Fone/Fax (47) 326-0600
Cep 89050-000 - Blumenau - SC

EDIÇÃO

Editora Cultura em Movimento
Dirceu Bombonatti (Diretor Executivo)

SUMÁRIO

Editorial 006

Documentos Originais – Artigos

Hospital Santa Catarina

Hospital Santa Isabel

Karl Kleine 009

Artigos

Franceses na Costa Catarinense na Época do Descobrimento

Jali Meirinho 018

Fragmentos de Nossa História Local

Olhos Azuis - I

Raquel de Queiroz 023

Olhos Azuis - II 025

Discurso na Câmara Federal

Deputado Max d' Amaral 026

Entrevistas

História de Vida - Aldo Pamplona

Méri Frotscher 035

Pesquisas & Pesquisadores

O “problema dos Xokleng” no município de Blumenau (1900 - 1914):
polifonias

Silvia Maria Fávero Arend/Luisa Tombini Wittmann 062

Memórias

Meus tempos de Colégio - V - O Contador

Armando Luiz Medeiros083

Crônicas do Cotidiano

Alegrias Ímpares

Urda Alice Klueger088

Biografia

Relato de minha vida

Gerold Konrad Gebler090

Autores Catarinenses

A semana faz 80 anos / Memórias / O Grupo Resgate / “Antologia de la
poesía brasileña” / Nova Revista

Enéas Athanázio 120

Editorial

“Nossa história foi construída no esquecimento daquilo que Paul Valéry chamou de as duas maiores invenções da humanidade, o passado e o futuro...”¹ É esta ligação que permite articular condutas múltiplas no tempo e reconhecer que práticas políticas e culturais consideradas estranhas e indesejáveis em determinado momento, sejam vistas de maneira diferente em outro tempo.

Com esta reflexão, o leitor da Revista Blumenau em Cadernos terá a oportunidade de encontrar nos textos uma leitura multifacetada. Ao lado da diversidade de opiniões, relatos, fragmentos da história regional, depoimentos, transcrições de documentos e artigos, esperamos que o leitor sintá-se recompensado com as leituras contidas neste exemplar.

Na coluna *Documentos Originais*, os textos bilíngües abordam a participação de evangélicos e católicos na constituição dos hospitais Santa Catarina e Santa Isabel. Ao lê-los fica evidente a força do espírito comunitário destas instituições que se organizaram para proporcionar a saúde e o conforto aos seus pacientes.

Em outro momento, localizamos no texto de Jali Meirinho uma análise da presença dos franceses na costa do litoral catarinense.

Outra temática exposta na revista, muito em voga nos meios acadêmicos, está voltada para os anos trinta e quarenta. Neste tempo, os embates e as discussões, bem como as polêmicas geradas nas áreas de colonização (alemã e italiana), eram severamente vigiados pelo poder público. Personagens de destaque nacional visitaram a região do Vale do Itajaí e se posicionaram por meio da imprensa da época. Foi o caso da escritora e membro da Academia Brasileira de Letras, Raquel de Queiroz, a qual expôs sua opinião em relação à visita feita a Blumenau em 1949. A imprensa local indignada manifestou-se, e políticos representantes do Vale, revidaram. Reunimos nesta publicação três textos abordando o acontecimento, os quais deixamos para o leitor reinterpretá-los.

Buscamos, através da coluna *Entrevistas*, recuperar as lembranças de indivíduos que foram personagens da história regional. Trazemos para o leitor o depoimento do tecelão Aldo Pamplona, o qual narra sua vida profissional junto às empresas locais, sua liderança na comunidade, seus sentimentos e frustrações.

Nas interfaces da seção *Pesquisas e Pesquisadores*, apresentamos um substancioso artigo escrito pela historiadora Silvia Maria Fávero Arend e a graduanda em História Luisa Tombini Wittmann, que fazem uma análise das relações entre os Xokleng e os “cocolés”, a partir das inovações sociais e culturais que iam se instituindo no município de Blumenau nos primeiros anos do século XX.

No calor dos Jogos da Copa do Mundo a escritora Urda Alice Klueger escreve em *Memórias do Cotidiano*, suas “Alegrias Impares” rememorando as Copas do Mundo, enquanto Armando Luiz Medeiros, faz uma volta ao passado do seu tempo de estudante na turma dos contadorandos do Colégio Santo Antônio.

A seção *Biografia*, traz a continuidade do relato de vida do imigrante Gerold Konrad Gebler. A variedade de informações contidas nesta história de vida, são preciosidades para o pesquisador mais atento.

E finalmente, em *Autores Catarinenses*, o leitor acompanhará comentários do escritor Enéas Athanásio sobre obras editadas pelos escritores do nosso Estado.

1 NOVAES, Adauto. *Tempo e História*. São Paulo: Cia. Das Letras, 1992. P. 09.

**Documentos
Originais –
Artigos**

**- O Hospital
Evangélico de
Blumenau
Hospital Santa
Catarina.**

**- O Hospital
Santa Isabel¹**

*AUTOR:
KARL
KLEINE**



Há dezenove anos as Diaconisas estão atuando no tratamento de doentes. Isto quer dizer que nesta área, durante estes anos, foi realizada muita coisa e, que este trabalho foi efetuado com o intento de exercer o verdadeiro amor cristão para com o próximo.

No início, as Irmãs trabalhavam em um pequeno Hospital Municipal, permanecendo assim durante algum tempo, mas, aos poucos, foi amadurecendo a idéia de construir um hospital próprio. Para isso muita coisa precisou ser considerada e, foi necessária a ajuda de muitos para levar a efeito esta idéia. O Pastor Mummelthey foi um fervoroso incentivador deste projeto. Ele foi apoiado enfaticamente pelo Conselho de Administração, constituído pelos Srs. Schrader, Max Hering, José Deeke, Rohkohl e Koehler e, do qual o respectivo pastor também fazia parte. Em 1915, o Conselho de Administração decidiu a construção de um Hospital Evangélico, sendo esta decisão imediatamente colocada em prática. O terreno para a construção foi comprado da Comunidade Evangélica e estava situado no morro da Igreja, considerado um dos lugares mais bonitos de Blumenau. Esta localização, no entanto, aumentou o custo da construção devido à complexidade na remoção de terra. A vantagem consistia em retirar o hospital do meio do movimento, sem se afastar demais do centro da cidade. As plantas da casa foram elaboradas pelo arquiteto Sr. Weidnauer e já em fevereiro pôde ser realizada a cerimônia do lançamento da pedra fundamental. Mas, a continuidade do trabalho foi adiada. Havia guerra e, diante disso, não foi possível conseguir um médico e irmãs da Alemanha, portan-

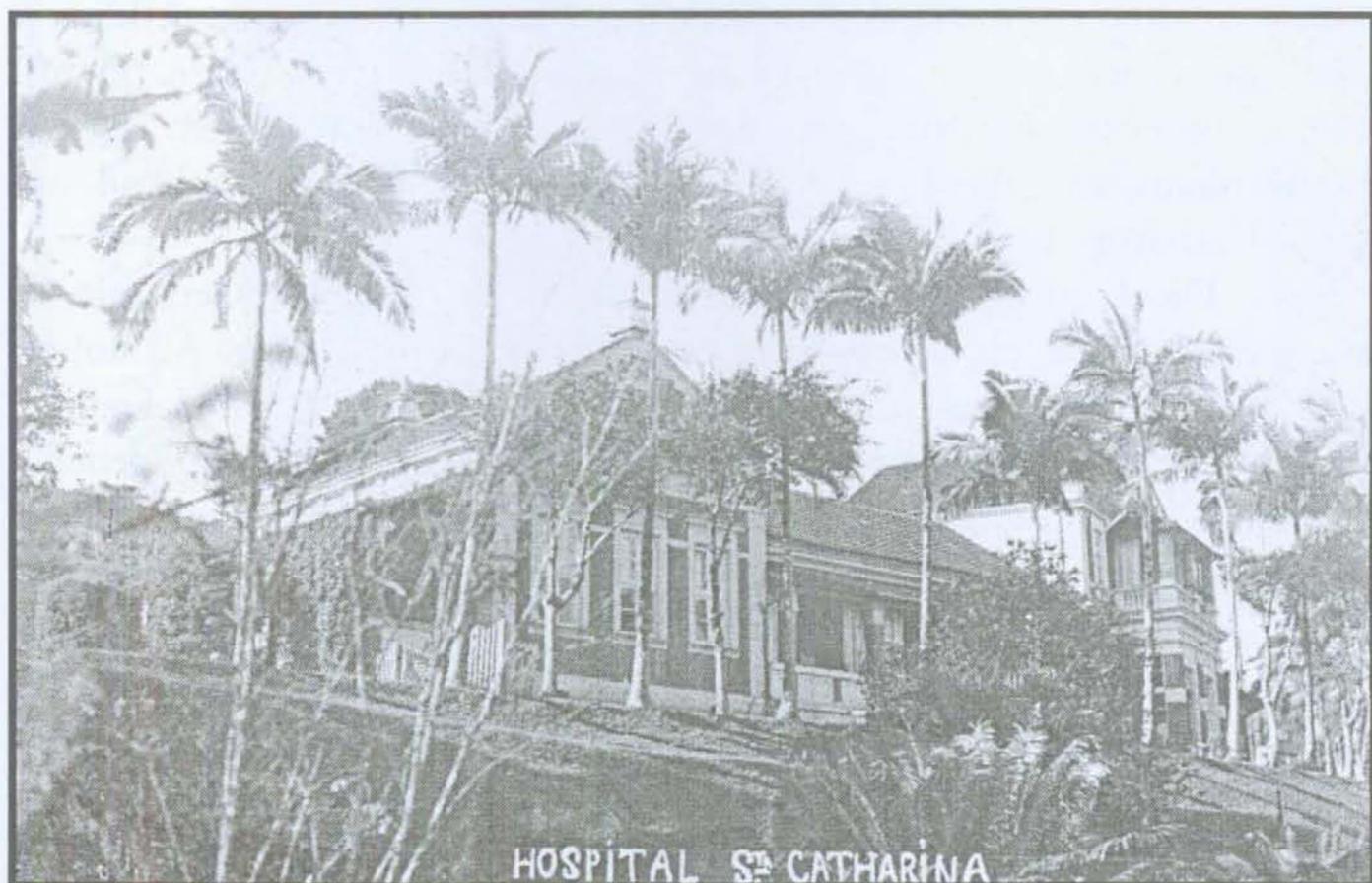
Tradução: Annemarie Fouquet Schünke
1. Blumenauer Volkskalender, 1933 - p. 257-259

Das Evangelische Krankenhaus in Blumenau
"Hospital Santa Catharina"

Seit 19 Jahren sind die Diakonissen in Blumenau in der Krankenpflege tätig. Das bedeutet, daß in diesen Jahren außerordentlich viel auf diesem Gebiet geleistet, und diese Arbeit mit dem Willen zur Ausübung rechter, christlicher Nächstenliebe getan wurde. Im Anfang betätigten sich die Schwestern in einem kleinen Munizipal-Krankenhaus. Man liess es dabei bewenden, und es reifte der Gedanke, ein eigenes Krankenhaus zu bauen. Es waren dazu mancherlei Voraussetzungen nötig, und man musste mit der Hilfe vieler rechnen, damit sich der Gedanke verwirklichen liess. Herr Pastor Mummelthey war ein eifriger Förderer des Planes. Er wurde durch das Kuratorium tatkräftig unterstützt, das sich aus Herrn Schrader, Max Hering, José Deeke, Rohkohl und Koehler zusammensetzte, und dem zugleich der jeweilige Pfarrer als Mitglied angehört.

Im Jahre 1915 entschloss man sich zum Bau eines evangelischen Krankenhauses. Diesem Entschluss folgte gleich die Tat. Den Bauplatz kaufte man von der Kirchengemeinde. Er liegt auf dem Kirchberg, einem der schönsten Punkte Blumenaus. Die Lage allerdings verteuerte den Bau, weil mancherlei schwierige Erdarbeiten nötig wurden. Der Vorteil aber lag darin, dass man das Hospital aus dem Verkehr herauszog, ohne sich zu weit vom Stadtplatz zu entfernen. Die Pläne für das Haus wurden von dem Architekten Herrn Weidnauer ausgearbeitet und schon im Februar 1916 konnte die Feier der Grundsteinlegung stattfinden. Die Fortsetzung der Arbeit wurde hinausgezögert. Es war Krieg und weil man von der Beendigung desselben weder einen Artz aus Deutschland noch Schwestern bekommen konnte, hatte man es nicht eilig. Auch hoffte das Kuratorium auf geldliche Unterstützung aus der Heimat. Der Rohbau stand jedoch lange, ehe der Krieg beendet war. Ganz plötzlich starb im Oktober 1918 der Baumeister, Herr Weidnauer. Der Schlag war um so härter, als man in ihm nicht nur den Architekten, sondern vor allem einen Mann verloren hatte, der mit seinem ganzen Herzen bei

to não havia pressa. Além disso, o Conselho de Administração também tinha esperança de conseguir ajuda financeira da terra pátria. A obra de alvenaria ficou inacabada durante muito tempo, antes da guerra terminar. Em 1918, morreu subitamente o arquiteto, o Sr. Weidnauer. Este golpe foi mais duro, não, apenas, porque se perdeu o arquiteto, mas, antes de tudo, um homem que estava empenhado de corpo e alma nesta obra. Então surgiram mais dificuldades. Não havia mais dinheiro disponível e a esperança de ajuda da Alemanha, aos poucos, desvaneceu. Estávamos em sérios apuros e já começávamos a nos acostumar com a idéia em dar outro destino proveitoso à construção. Mas, o dinheiro arrecadado era destinado para um hospital e, apesar das crescentes dificuldades, um renovado ânimo tomou conta para a conclusão da obra. Este ânimo superou as dificuldades, e a construção pôde ser concluída num espaço de tempo relativamente curto.



Hospital Santa Catarina - anos 20

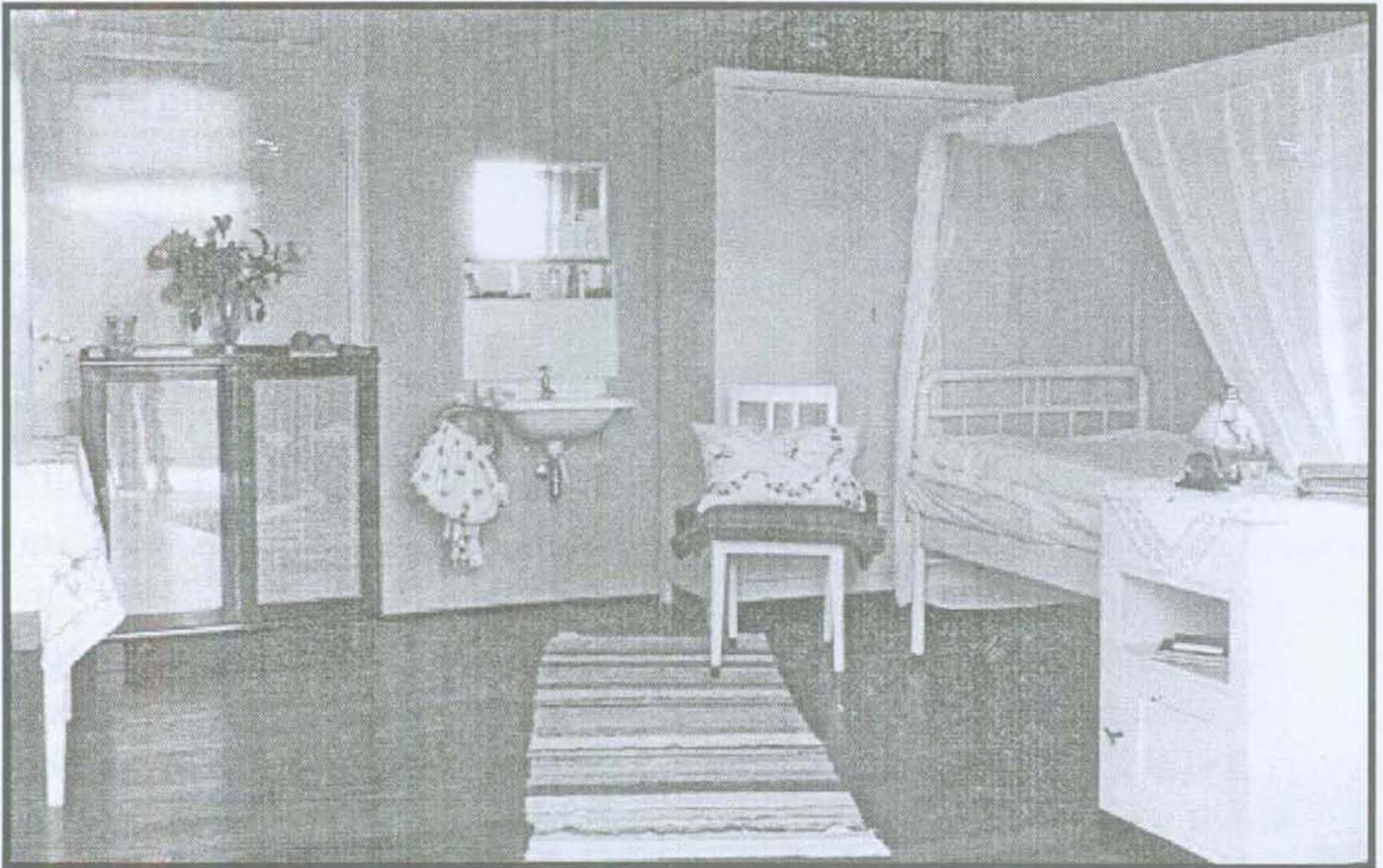
Havia espaço para cinquenta camas, distribuídas em agradáveis salas e quartos bem iluminados. A construção era provida de grandes e bonitas varan-

der Sache war. Es stellten sich aber weitere Schwierigkeiten ein. Man hatte keine Gelder mehr zur Verfügung, und die Hoffnung auf eine Hilfe aus Deutschland schwand immer mehr. Man kam in arge Bedrängnis und machte sich schon mit dem Gedanken vertraut, den Rohbau einer anderen Bestimmung nutzbar zu machen. Die bisher aufgewandten Gelder waren aber für ein Krankenhaus gesammelt und mit den wachsenden Schwierigkeiten stellte sich neuer Mut ein, das Werk zu Ende zu führen. Dieser Mut überwand die Klippen und verhältnismässig schnell konnte der Bau fertiggestellt werden.

Es war Raum für 50 Betten und sie fanden Aufstellung in hellen, freudlichen Sälen und Krankenzimmern. Schöne grosse Veranden gliedern sich dem Bau an, von denen man zum Teil einen herrlichen Blick über die Stadt und ihre Umgebung hat. Ein Operationsaal und Röntgenzimmer mit allem Zubehör standen zur Verfügung. Alles war so eingerichtet, wie es die damaligen Ansprüche erforderten. Damit hatten die evangelischen Gemeiden in und um Blumenau ihr eigenes Krankenhaus, zu dessen rechtlichen Träger der Ev. Gemeindeverband von Santa Catharina und Paraná bestimmt wurde.

Die Leitung übernahm die Diakonisse Schwester Gertrud. Sie war schon vorher als Gemeideschwester in Blumenau tätig. Als solche stand sie mitten im Leben der Gemeinde. Sie hatte Teil an allen Freuden und Nöten vieler Familien in der Stadt und deren Umgebung. Ueberall genoss sie unbedingtes Vertrauen. Nachdem sie 18 Jahre gewirkt hatte, verliess sie 1931 Brasilien, um nach Deutschland zurückzukehren. Mit ihrem Namen verbindet sich ein Stück segensreicher Tätigkeit in Blumenau. Es standen ihr sechs Schwestern für die Krankenpflege im Hospital zur Seite. Sie alle hatten ihre Ausbildung im Mutterhaus, dem Katharinenstift in Wittenberg (Deutschland) erhalten. Es ist die Hauptaufgabe des Katharinenstiftes, Schwestern für das Ausland auszubilden. Gerade Brasilien und eben hier das deutsche Siedlungsgebiet sind das Hauptarbeitsfeld. Die Schwestern wirken im bewusst evangelischen Sinne. Ihnen ist das Dienen nicht eine harte Mühe, mit Freudigkeit tun sie ihre Arbeit. Sie alle haben den ernsten Willen zur

das, das quais, parcialmente tinha-se uma vista maravilhosa sobre a cidade e redondeza. Uma sala de operação e de Raio-X com os devidos acessórios estavam disponíveis. Tudo estava instalado de acordo com as exigências da época. Assim, as comunidades evangélicas de Blumenau e redondeza tinham seu próprio hospital, sendo designadas como entidades mantenedoras juridicamente fundamentadas a Federação das Comunidades de Santa Catarina e do Paraná.



Interior do Hospital

A Diaconisa Irmã Gertrud assumiu a administração. Anteriormente já exercia sua atividade como Irmã da Comunidade em Blumenau, tendo assim seu lugar no seio da mesma. Ela participava de todas alegrias e necessidades de muitas famílias, tanto na cidade quanto na redondeza. Em toda parte ela desfrutava de confiança incondicional. Em 1931, após dezoito anos de atividade, ela deixou o Brasil para retornar à Alemanha. Seu nome está ligado a uma época de abençoado trabalho em Blumenau. Havia seis Irmãs a seu lado, que ajudavam no tratamento dos doentes. Todas haviam recebido sua formação no *Mutterhaus*, Instituto de Treinamento para Irmãs, na Fundação Catarina em Wittenberg (Alemanha). O objetivo principal desta Fundação é formar Irmãs,

Treue im Kleinen und den Mut zur opferwilligen Liebe.

Weit hinein in die Kolonien reicht die Hilfe, die den Patienten im Krankenhaus geleistet wird. Seit der Eröffnung im Jahre 1920 wurden durchschnittlich in jedem Jahr 800 Kranke aufgenommen und behandelt.

Im Anfang stand das Hospital unter der ärztlichen Leitung des Herrn Dr. Johnson, der dort bis 1923 wirkte. Ihm folgte Herr Prof. Dr. Dönitz, und seit 1927 hat Dr. de Ahna die Leitung. Das Haus blieb auch mit seinen Einrichtungen nicht auf der Stufe von 1920 stehen. Es ist heute mit allem ausgerüstet, was die vorgeschrittene Erkenntniss der medizinischen Wissenschaft erfordert. Auf diesem Wege arbeitet man ständig weiter.

Um sich aber auf einer solchen Höhe halten zu können, bedarf es der Mitarbeit vieler. Die Hilfe der Diakonissen und des Artzes, die Bemühungen des Kuratoriums tun es nicht allein, wenngleich sie die Hauptträger des Werkes sind. Es bedarf vor allem auch des Vertrauens aller evangelischer Kreise. Nur auf diese Weise lässt sich das Haus weiter ausbauen, und alle, die sich bisher darum mühten, haben es verdient, dass die Weiterentwicklung gefördert wird.

Seit der Uebersiedlung nach Blumenau versahen die Schwestern hier die ambulante Krankenpflege. 1909 bat ein Arzt die Schwestern, einige Kranke zur ständigen Pflege in ihr Haus aufnehmen zu wollen. Die Bitten um Aufnahmen mehrten sich bald. Es wurde Raum geschaffen, und so entstand das Elisabeth-Hospital und die Kapelle. Kaum war das Hospital fertig, da starb plötzlich der sehr fähige, menschenfreundliche Arzt. Infogedessen ging die Zahl so stark zurück, dass die Schwestern sich genötigt sahen, das Haus eine zeitlang zu schliessen. Der neue Arzt erwarb sich bald einen Ruf als geschickter Chirurg. Schon nach 2 Jahren, (1916) musste das Hospital vergrößert werden. Im

Hospital Santa Izabel

Operationssaal, im Röntgen- und Verbandzimmer bemühen sich Arzt und Schwestern nach besten Kräften, den Leidenden zu helfen. 1924 wurden 600 Kranke gepflegt und über 350 Operationen vorgenommen. 1927 pflegten die Schwestern über 1000 Personen, 1931

com a finalidade para atuarem no exterior. Principalmente o Brasil e, particularmente as colônias alemãs são seus principais campos de atuação. Elas exercem suas atividades dentro dos princípios evangélicos e o trabalho não lhes é penoso, pois o fazem com alegria. Todas têm a melhor intenção, quanto à fidelidade para com as menores coisas, e a coragem de se sacrificar pelo amor.

A ajuda dada aos pacientes no Hospital atingia as colônias mais distantes. Desde a inauguração em 1920, a média do atendimento anual era de 800 pacientes.

No começo, a direção do Hospital estava sob os cuidados do Dr. Johnsen, o qual permaneceu no cargo até 1923. Foi sucedido pelo Prof. Dr. Dönitz e, desde 1927, o Dr. de Ahna está na direção. A casa também não permaneceu com as instalações de 1920. Hoje em dia está aparelhada de acordo com o que exigem os conhecimentos avançados da ciência médica. Visando este objetivo, continuamos nosso trabalho sem cessar.

Mas, para nos mantermos neste patamar precisamos do auxílio de muitas pessoas. Apesar da ajuda das Diaconisas, do médico e do Conselho de Administração não é possível fazer tudo sozinho, mesmo que estes sejam os principais responsáveis pela obra. Antes de tudo precisam da confiança de todos os grupos evangélicos. Somente assim é possível ampliar a casa e, todos aqueles, que, até agora se empenharam neste projeto merecem estímulo para o desenvolvimento futuro.

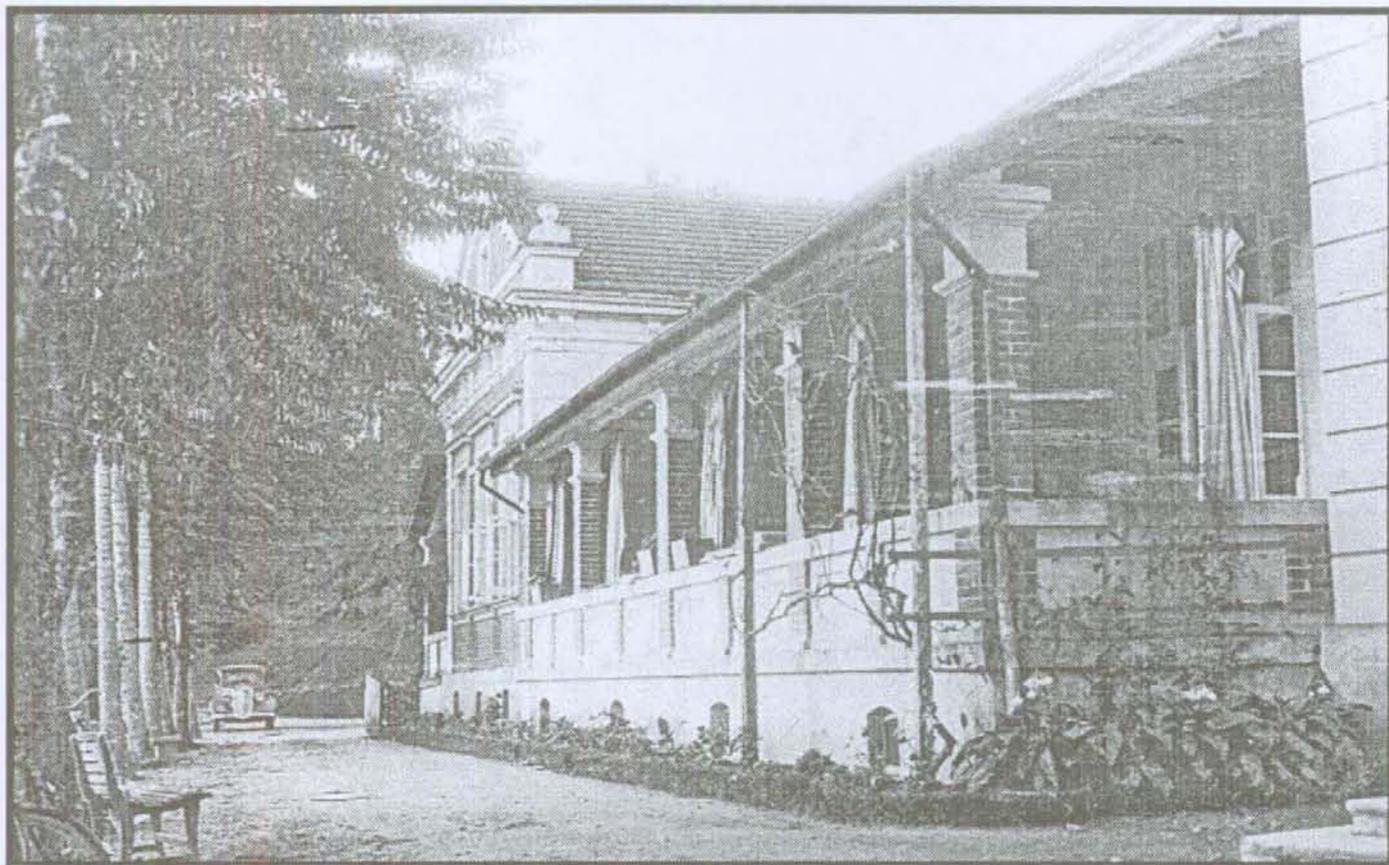
Hospital Santa Isabel

Desde que vieram a Blumenau, as irmãs exerciam o atendimento ambulatorial aos doentes. Em 1909, um médico pediu a elas alojarem, em sua casa, alguns doentes com atendimento permanente. Os pedidos para o acolhimento de pessoas aumentaram rapidamente. Um espaço foi adequado e, assim nasceu o Hospital Santa Isabel e a capela. O Hospital acabara de ser concluído, quando o tão eficiente e humanitário médico faleceu repentinamente. Em consequência deste fato, o número de pacientes reduziu drasticamente no Hospital, e as irmãs foram obrigadas a fechar temporariamente a casa. Mas, o novo médico, em pouco tempo obteve a fama de hábil cirurgião, tanto que após dois anos o Hospital precisou ser ampliado. O médico e as irmãs se empenhavam ao

waren es 1099.

Bei der Pflege gibt es keinen Unterschied des Standes, der Nation oder der Konfession.

Ein gewaltiger Anbau für 25 Betten geht augenblicklich seiner Vollendung entgegen.

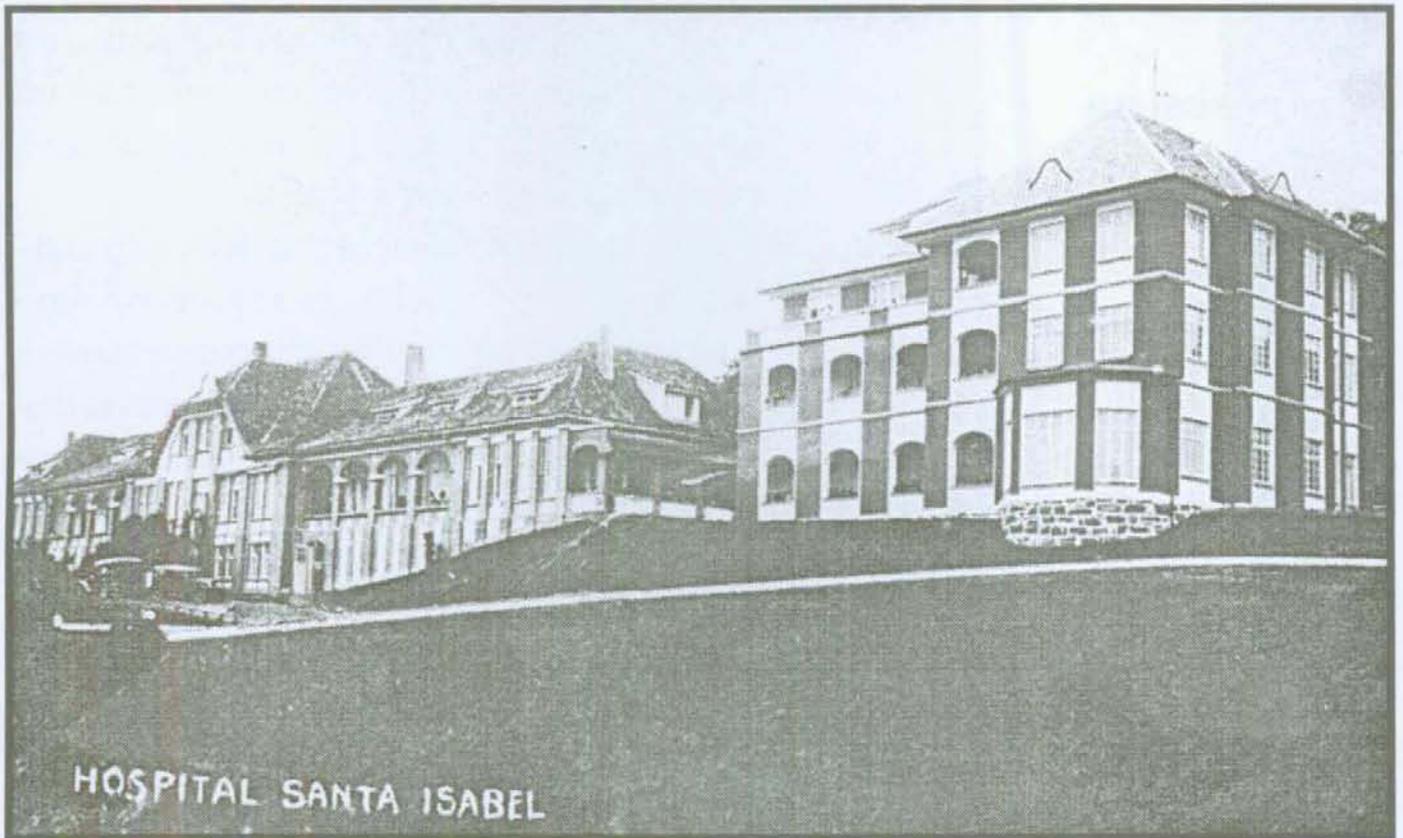


Vista lateral do Hospital Santa Catarina - Década de 30.

máximo para ajudar aos doentes, seja na sala de operação, Raios-X ou na sala de curativos. Em 1924 foram atendidos 600 pacientes e realizadas mais de 350 operações, em 1927 foram mais de 1000 atendimentos e em 1931 foram atendidos 1099 pacientes.

No tratamento, não existe nenhuma distinção quanto à posição social, nacionalidade ou religião.

No momento está sendo concluído um anexo muito grande, onde haverá espaço para 25 leitos.



Hospital Santa Isabel - década de 30

Franceses na Costa Catarinense na Época do Descobrimento¹

TEXTO:
JALI MEIRINHO²
(IHGSC)

A presença francesa, na costa do Brasil, na época do descobrimento, insere-se no processo da expansão européia iniciada pelos portugueses, ainda no século XV e, depois, assimilada, pelos próprios franceses, espanhóis e venezianos, massificada, ou seria globalizada, no século XVI, tal a intensidade de expedições de que se tem registro.

A ameaça, ao domínio luso, no controle das rotas pelo Atlântico e das terras descobertas, foi permanente apesar do intenso patrulhamento por eles exercido, o que era invariavelmente burlado. Pelo menos até 1530 a situação persistiu, para, daí em diante, recrudescer até que Portugal efetivamente conseguisse assegurar o seu controle político e comercial.

São muitas as informações sobre as expedições francesas; viagens associadas ao expansionismo europeu de interesses dos governos e dos comerciantes, conforme atestam os documentos sobre as mesmas despertaram o interesse francês para com esta organização mercantil, articulando-se nos portos de Honfleur, Dieppe, Saint Malo e Rouen. Não se aventuraram no percurso mais longo para além do Cabo das Tormentas, mas cobiçaram o Novo Mundo recém descoberto. A França de Luiz XII encetara sua política de restauração econômica e ela vincula-se no início do século XVI, à presença na extensa e ignorada costa brasileira.

No litoral recém achado não havia as especiarias que os portugueses exploraram no Oriente, mas depararam com o pau brasil, a “árvore da tinta”, que deu nome à terra e outras madeiras especiais para construções, riquezas legendárias dos primeiros momentos da nossa economia. Estimava-se que, anualmente, pelo menos 2 mil toneladas de pau eram levados para o continen-

¹ Comunicação apresentada no Simpósio “Momentos Fundadores da Formação Nacional”. Publicado na RIHGB, Rio de Janeiro, jul/set 2000.

² Membro do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina.

te europeu.

Nesta conjuntura é que, quatro anos após a chegada de Cabral a Porto Seguro, a costa catarinense foi visitada pelos franceses. Em 06 de janeiro de 1504 aportou na ilha, hoje São Francisco do Sul, a expedição comandada por Binot Paulmier de Gonneville.

A chegada de Gonneville é marco inicial das incursões européias a este território e assinala o primeiro registro de contato entre o homem de além mar e o nativo da costa catarinense.

A expedição foi patrocinada com o financiamento da empresa Ango, do armador Jean Ango, que a partir dela obteve bons lucros formando uma forte empresa atuante no ramo e dirigida depois por seu filho, o Visconde de Dieppe.

Foi organizada no porto de Honfleur, precedeu dezenas delas que atuaram com o mesmo objetivo, freqüentando os vários ancoradouros brasileiros, estabelecendo relações de amizade com os indígenas e obtendo bons resultados financeiros.

Paulmier de Gonneville contratou em Lisboa os pilotos portugueses Sebastião de Moura e Diogo de Couto, e reuniu 40 homens a bordo do navio "L'Espoir", partindo de Honfleur a Anfrol dos quinhentistas, no dia 24 de junho de 1503, com destino às Índias Orientais. O feito está documentado em uma placa de mármore existente no Museu Municipal daquela cidade portuária e contém os seguintes dizeres:

"A La mémoire de Binot Paulmier de Gonneville Célèbre Navigateur du XVI^e Siécle - Binot Paulmier de Gonneville, capitaine du navire L'Espoir de 120 tonneaux arme á Honfleur pour lês Indes Orientales mit a la voile de ce port lê 24 juin 1503. lê 6 janvier 1504 el aborda au Brésil. Au Voyage de retour de navire L'Espoir fut jeté à la cote devant l'ile de Jersey. Premier Voyage historiquement prouve des Français au Brésil."

Em 6 de janeiro de 1504 o L'Espoir encontra ancoradouro seguro na baía que os nativos denominaram de Babitonga, no litoral brasileiro. A providência inicial do comandante Binot foi de manter contato amistoso com os índios, que se dizem ser da tribo dos Carijó. Inexplicável para os antropólogos esta denominação que se repete para identificar os habitantes da costa catarinense. Na realidade, segundo Silvio Coelho dos Santos, eles eram guarani originários do Paraguai. Herdeiros do mito milenar do seu povo que era atraído para o mar, pois, além dele estaria o paraíso. Com habilidade Gonneville logo conse-

guiu a confiança do cacique Arosca. Esta aproximação espontânea é assinalada por Paul Gaffarrel em seu livro "Histoire du Brésil Français au XVI Siècle" escrito em 1878, onde acrescenta que a tripulação francesa foi tratada pelos locais com hospitalidade e simpatia.

O convívio dos franceses com os guarani de Babitonga durou seis meses, pois a expedição ali permaneceu até 3 de julho de 1504.

Na comemoração da Páscoa daquele ano, o capitão Binot de Gonneville fez erguer em uma elevação frente ao ancoradouro, uma grande cruz de madeira carregada pelos seus homens e os índios, o que foi saudado com salva de artilharia. Na madeira gravou-se uma inscrição, conforme registrou o escriba da expedição Nicole Lefebvre. Fazia referência ao Papa Alexandre VI, ao rei Luiz XII, ao capitão do barco e seus tripulantes.

A permanência normanda em terras brasileiras foi de reconhecimento e deu início a uma prática de angariar a aliança dos nativos para desencadearem, como o fizeram por mais de um século, a ação do comércio ilícito do contrabando do pau brasil e outros produtos de valor na Europa. Merecendo a amizade dos selvícolas, fácil era burlar a vigilância portuguesa cujo domínio sobre o Brasil o governo francês não reconhecia.

O envolvimento de Gonneville com os selvícolas estreitou-se a ponto do chefe Arosca confiar ao navegante um filho seu de nome Iça-Mirim, "Formiga Pequena", que os franceses chamaram Essomeric, corruptela gaulesa de Iça-Mirim, para que o levasse à França onde aprenderia as artes marciais e, particularmente, praticar artilharia.

Documentos mostram que os armadores franceses tinham por tática integrar jovens às suas expedições, pois mais facilmente se familiarizavam com os nativos da mesma faixa etária. Aprendiam a língua e os costumes. Da mesma forma induziam crianças indígenas a os acompanharem nas viagens de volta, estreitando a convivência, tornaram os índios seus aliados e assim era facilitada a exploração do litoral desconhecido.

Neste aspecto o episódio de Gonneville é bastante revelador. A aprendizagem do manejo das armas de fogo foi o forte motivo para que o cacique Arosca deixasse seu filho aos cuidados dos franceses.

A história de Essomeric é a do primeiro índio brasileiro a ter contato com a Europa. Convencido por Binot de que em 20 luas teria seu filho de volta, Arosca concordou com a viagem fazendo acompanhá-lo outro jovem índio chamado Namoa.

A partida de “L’Espoir” de São Francisco, a 3 de julho, foi festiva. Mas no prosseguir, a viagem tornou-se atribulada, logo nas primeiras semanas. Ainda na costa norte do Brasil, uma febre grassou a bordo vitimando de morte marinheiros, o infeliz Namoa e o próprio escrivão Lefebvre. Preocupado com a sorte de Essomeric e levado pelos seus sentimentos cristãos Gonnevillle ministrou o batismo ao filho do cacique, segundo o ritual católico, concedendo-lhe o nome de Binot.

Após quarentena no litoral norte, a marinhagem recuperada da epidemia conduziu o “L’Espoir” até a Irlanda onde fez nova escala. Segundo consta “L’Espoir”, teria carregado pau brasil, o que outras embarcações da mesma bandeira a haviam antecedido. A carga total porém, não alcançou o destino. Na seqüência da viagem, próximo a ilha de Jersey, o barco enfrentou forte temporal perdendo parte de seu carregamento. A tripulação entretanto, conseguiu retornar a salvo a Honfleur quando já se iniciava o ano de 1505.

O Capitão Binot Paulmier de Gonnevillle, dedicou paternal cuidado a Essomeric. Não pôde cumprir o compromisso moral assumido com o cacique Arosca, de conduzi-lo de volta à tribo. Mas fez dele seu genro pelo casamento com a filha Suzana, em 1521.

A presença de Essomeric em Honfleur serviu aos armadores que enviavam seus navios ao Brasil. Ensinando a um e outro marinheiro expressões da língua indígena facilitava seus contatos quando apontavam na costa brasileira.

Herdeiro do brasão dos Gonnevillle, Iça-Mirim, Essomeric ou Binot, deixou entre os seus descendentes um religioso, responsável mais tarde pelo resgate de sua história. Seu bisneto Jean de Gonnevillle foi cônego da Catedral de Saint Pierre de Lisieux. Em 1663 esteve em Roma, quando apresentou ao Papa Alexandre VII a “Declaração da Viagem” onde estão narrados os feitos de seu tetravô, Binot Paulmier de Gonnevillle. O documento foi utilizado pelo sacerdote em representação que fez ao Papa solicitando permissão para tornar-se missionário. Este original foi encontrado e estudado em 1847.

Em 1869 o documento foi publicado com a conclusão de que a expedição Gonnevillle esteve mesmo na costa, inaugurando o intercâmbio francês com os guarani que viviam no litoral catarinense.

Este descobrimento da costa catarinense, ou “achamento”, por Binot de Gonnevillle em 6 de janeiro de 1504, foi episódico. O litoral norte do Estado serviu de base para outras expedições que incursionaram para o interior do continente na busca de ouro dos Incas. Foi o caso de Aleixo Garcia, em 1522 e de

Cabeça de Vaca em 1541. ambos tiveram bom relacionamento com os guarani, conhecidos dos franceses. Deles obtiveram informações para subir pelo rio Cubatão, alcançar o Iguaçu e chegar ao contraforte dos Andes.

A presença européia na costa catarinense no início do século XVI, equivocadamente tem induzido a que se afirme com foros de verdade, ser São Francisco a “mais antiga cidade do Brasil”. Em janeiro de 1504 Gonneville não fundou cidade alguma, apenas permaneceu no porto retirando-se sem deixar qualquer sinal de organização administrativa.

Os demais exploradores que ali estiveram no início do século XVI, portugueses e espanhóis, como Aleixo Garcia, Cabeça de Vaca, João Dias de Solis, apenas passaram.

A povoação de São Francisco foi fundada no século XVII por Manoel Lourenço de Andrade, procurador do Marques de Cascaes, sucessor de Pero Lopes de Sousa, donatário das Terras de Sant’Ana, que incluía o litoral sul. Só em 1660, São Francisco foi elevada à vila e em 1665, ganhou foros de paróquia com a denominação de Nossa Senhora das Graças do rio São Francisco.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, Manuel Maurício de. **Pequena História da Formação Social Brasileira**. Rio de Janeiro: Graal, 1981.
- BARBOSA, Mário de Lima. **Os Franceses na História do Brasil**. Paris: A. Blanchard, 1923.
- CABRAL, Osvaldo Rodrigues. **História de Santa Catarina**. Florianópolis: Secretaria de Educação/Laudes, 1970.
- ENCICLOPÉDIA DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS, XXXII v. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1959.
- PEREIRA, Carlos da Costa. **História de São Francisco do Sul**. Florianópolis: Ed. da UFSC, Prefeitura Municipal de São Francisco do Sul, 1984, 176 p.
- S. THIAGO, Arnaldo. **São Francisco – Notícia**. Florianópolis: 1941.
- TAVARES, Aurélio de Lyra. **Brasil – França, ao longo de 5 séculos**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1979, 335 p.
- REVISTA NAVAL BRASILEIRA. 1º v., Tomo I. Rio de Janeiro: Ministério da Marinha: Serviço de Documentação Geral da Marinha, 1975.
- WEHLING, Arno e Maria José. **Formação do Brasil Colonial**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994, 360 p.

Fragmentos de nossa história local

Olhos Azuis - I

RAQUEL DE
QUEIROZ*

Nem parecem olhos de brasileiros aqueles olhos azuis com que nos fitam as gentes de certas zonas do sul. Tão claros, tão arianos, brigando muitas vezes com a pinta de sangue negro que o seu dono já possa ter de mistura e que se revela no cabelo ou na feição mulata, ou, quando o tipo branco permanece fixo, brigando com a fala mansa de caipira, com o descanso, a gentileza, o pé no chão, e outras características tão nitidamente nacionais.

Isso porém se registra em alguns casos, em algumas regiões. Há outras em que os olhos estrangeiros combinam com tudo o mais do indivíduo, e de brasileira aquela gente não tem nada, só mesmo o direito que a constituição lhe dá de brasileiros se chamarem, porque aqui nasceram - naturalmente, não por seu gosto.

Quem anda pela chamada "zona alemã" dos estados do sul, e especialmente pelo "Vale do Itajaí", em SC, a sensação que tem é de estar em país estrangeiro, e país estrangeiro inamistoso. E essa sensação nos é transmitida não só pela cor do cabelo e dos olhos dos habitantes, não só pelos nomes que se ostentam nas placas das lojas e dos consultórios, não só pelo estilo arquitetônico, é, antes e acima de tudo, pela fala daquela gente.

O brasileiro do Vale do Itajaí quando fala língua nacional, fala-a como um estrangeiro. Fala-a como a falaria qualquer alemão com poucos anos de Brasil, em certos casos nem assim a sabe falar. Fala mal, com sintaxe germânica, com uma pavorosa pronúncia germânica, e fala-a principalmente com um desinteresse, um descaso tal como devem falar os ingleses coloniais o dialeto dos cafres, pouco e péssimo apenas o suficiente para se fazerem entendidos pelos nativos nas suas transações obrigatórias.

Isto, a língua é o obstáculo principal. Mas sente-se que existe, além da língua, um outro obstácu-



* Escritora Membro da Academia Brasileira de Letras
FONTE: Revista "O Cruzeiro", 19.03.1949, nº 19.

lo mais sutil a separar brasileiros e teuto-brasileiros no Vale do Itajaí. Seria forte chamar desprezo o que eles sentem pelos habitantes do resto do Brasil – mas diabo é que não encontro outra palavra mais amena. É entretanto, um desprezo disfarçado, uma espécie de desprezo atencioso, porque depois do trabalho de “nacionalização do Vale do Itajaí”, e mormente depois da guerra e da derrota nazista, os alemães dali já não se atrevem a assumir abertamente a sua antiga atitude de super-homens. A impressão que se tem é que eles se encolhem, mas ainda rosnam. São obsequiosos, corteses, talvez até solícitos. Se conversam em alemão num grupo de rua e lhes passa por perto um ostensivo brasileiro de pele morena, eles mudam de língua enquanto o brasileiro passa e trocam qualquer palavra em português. Porém mal o brasileiro se afasta dez passos, logo eles juntam as cabeças e tornam a engrolar conspirativamente na sua língua de gringo.

O grosso deles vive naturalmente nas cidades de Joinville, Blumenau, Pomerode (que o governo tentou inutilmente crismar para Rio do Teste), Brusque. De Brusque para lá acham que fica a fronteira da sua nação: sentimento esse que foi muito bem traduzido pelo dono da principal confeitaria de Brusque, um alemão mal encarado que não sei se nasceu aqui mas que em todo caso fala um português infame, e que nos declarou textualmente: “Se os senhores querem conhecer SC, podem ir embora daqui, o resto, Itajaí, Florianópolis, só tem sujeira lá”.

Se há, pois, quisto racial ainda em plena exuberância é aquele. Aquilo não é Brasil, ou se o é, é Brasil transviado, Brasil em mãos alheias. Vivem os seus habitantes como se fora em terras da Europa e o pouco amor que reina entre as cidades nacionais e alemãs é “evidente” alarmante. Do lado dos alemães eles não se atrevem a falar a gente com tanta franqueza, mas os catarinenses, especialmente os de Itajaí e Florianópolis, não escondem o seu rancor, por aqueles a quem chama de “galegos”. Vivem os nacionais para um lado, vivem os alemães para o outro, quase tão separados quanto negros e brancos nos EUA. Até praias os alemães têm separadas: que o digam as lindas areias de Cabeçadas ou Camboriú, onde se não fosse o sol brasileiro, a gente pensaria estar às margens do mar do norte.

Alguém tem que dar um jeito nesse problema enquanto ele não se vira drama. A fórmula de solução é entretanto o difícil e, pelo menos até agora, parece que ainda não foi encontrada. E enquanto se espera o jeito, as crianças que nascem no Vale do Itajaí continuam aprendendo o alemão como língua pátria, se batizando em alemão, lendo em alemão, pensando em alemão, vivendo e morrendo em alemão.

Fragmentos de nossa história local

Olhos Azuis - II*

A infeliz crônica de Raquel de Queiroz, publicada na popular revista "O Cruzeiro", causou uma impressão desagradável em Blumenau, provocando uma justa revolta por parte das pessoas sensatas e honestas.

Demonstrando profundo desconhecimento da região, a escritora, que por sinal tem algum valor, teceu comentários sobre os que vivem no vale do Itajaí, ofendendo, de um modo grosseiro e incompreensível, milhares de brasileiros, que, descendentes de alemães, sentem orgulho desta terra dadivosa e boa.

Demonstrando possuir um temperamento mórbido com relação aos sentimentos germânicos, Raquel procedeu como certos "nacionalizadores" que vêem no teuto-brasileiro um inimigo, não lhes concedendo o direito de agir como filhos e donos desta terra.

Resultado: devido a este modo de agir, eles se isolam e fazem muito bem. Evitam a companhia de brasileiros, da marca da Raquel, porque temem artigos desta natureza.

E procuram criar a sua vida, isolando-se, embora com tristeza.

Se Raquel de Queiroz tivesse vindo a esta região para conhecê-la bem, escreveria de outro modo. Admiraria este notável parque industrial, onde um povo laborioso e honesto trabalha pela grandeza do Brasil. Conheceria um dos melhores Aero-Clubes do País e ficaria surpresa em apreciar um maravilhoso Teatro e uma Orquestra Sinfônica de primeira grandeza.

E até mesmo no terreno esportivo teria um cabedal precioso para vislumbrar a brasilidade. Tem Blumenau os melhores quadros de futebol, com rendas elevadas.

E o carnaval, aqui, é coisa muito séria...

Isto, quero crer, já é o suficiente para dar a Raquel uma impressão bem melhor.

Escrevendo, como o fez, serviu a um grupo miserável que sabota as iniciativas brasileiras, como a nossa, e que tem também os olhos negros e castanhos, falando com facilidade o português e o alemão.



* FONTE: O Vale do Itajaí, Ano V, Nº 48-49, mar/abr-1949.

Fragmentos de nossa história local

Discurso Pronunciado na Câmara Federal pelo Deputado Max d'Amaral

O Sr. Tavares D'Amaral (Lê o seguinte discurso) – Sr. Presidente, Srs. Deputados, pela deferência de alguns colegas para comigo, aos quais aqui deixo o meu agradecimento, foi-me possível vir hoje a esta tribuna para repelir e colocar em seus devidos termos, as aleivosas acusações que contra a minha terra proferiu a escritora Raquel de Queiroz, em artigos publicados na revista “O Cruzeiro” de 16 de março p. findo e no suplemento literário do “Diário de Notícias” de 3 do corrente.

Quem tem a responsabilidade de um nome ilustre nas nossas letras, como é a apreciada escritora e jornalista, não pode levemente, como um qualquer, levada apenas pela primeira e superficial impressão de um recanto catarinense, fazer afirmações, levantar suspeitas do jazz das produzidas pela articulista em foco.

Por isso que intelectual, tem ela obrigação de ir ao âmago do assunto, de mergulhar fundo, para depois vir à tona munida de conhecimentos que a credenciem e habilitem à discussão do tema que quer debater.

Foi por certo por essa razão, pelas inverdades e injustiças, e mais do que isso, pela parcialidade, pela agressividade, pela maneira insultuosa em que estão vasadas essas notas, que os catarinenses que aqui residem e militam na imprensa, os periodistas barriga verdes, a Câmara Municipal e o Prefeito de Blumenau, assestaram contra ela as suas baterias, rebatendo a afronta.

A essa plêiade, me filio eu agora no cumprimento do meu dever de catarinense, como a ela já se havia juntado meu colega Aristides Largura.

* FONTE: Jornal A Cidade, 17/05/1949, Nº 111, Ano XXV.

Eu não pecaria, pois, se dissesse como o poeta que “amor mi mosse che mi fa parlare”.

Mas esse amor à minha gleba não me tirará a objetividade com que tratarei do assunto em debate. Advogado, apreendi, no exercício da minha profissão, a só ter paixão pela justiça e pela verdade. Revidando, venho antes de tudo explicar, porque apenas de explicação, para a sua compreensão, carece o problema para ser resolvido. O assunto não é, como quer fazer crer Raquel de Queiroz, nem daqueles em que se não pode mexer sem assanhar uma casa de maribondos, nem um desses temas que, se anda querendo transformar em tabu.

Muito ao contrário, pena é que se o não debata suficientemente; que ele não constitua objeto habitual das discussões, dos debates e dos comentários dos que sabem, para que cessassem assim, de uma vez por todas, as erradas opiniões que se tem em certos círculos brasileiros acerca daquela gente.

O que se exige apenas, o que exigimos nós catarinenses, pelo menos, é que se o trate com isenção de ânimo, com justiça.

Faça-se crítica, mas crítica construtiva e honesta.

Que causa espécie, que choque mesmo, a um homem do norte ou do centro do Brasil, que nunca teve contato com uma zona de colonização estrangeira no país ou fora dele, o clima sócio-cultural do Vale do Itajaí, eu compreendo.

Mas, que esse contraste sentido entre o que é hábito e costume da sua região, como o que é uso nas zonas de origem alienígena do meu Estado, trate-se das de imigração alemã, italiana, polonesa ou russa, - autorize a quem quer que seja, a dizer o que a minha ilustre patrícia afirmou a respeito daquele rincão catarinense: de que, “nem parecem brasileiros aqueles olhos azuis”; de que “quem anda pela chamada zona alemã dos estados do sul, principalmente do Vale do Itajaí, em Santa Catarina, a sensação que tem é de estar em país estrangeiro e país estrangeiro inamistoso”; de que “de brasileira aquela gente não tem nada, só mesmo o direito que a Constituição lhe dá de brasileiros se chamarem, porque aqui nasceram - naturalmente não por seu gosto” - isto é que eu repilo e repelirá toda a pessoa honesta que conheça aquele pedaço da terra de Anita Garibaldi.

Por que aqueles olhos azuis não podem ser brasileiros como os olhos pretos de D. Raquel?

De que alfarrábios teria ela ido buscar essa singular teoria que afere a nacionalidade pela cor da íris?

Como mulher instruída, não pode ou não deve ignorar que em certas

regiões de Portugal, da França e da Itália, por exemplo, os naturais desses velhos países de tipo racial já firmado, têm os olhos azuis e os cabelos louros, como em determinadas zonas da Alemanha, principalmente no sul, os filhos da terra têm olhos e cabelos escuros.

Serão por ventura esses portugueses, esses franceses, italianos ou esses alemães, que divergem do tipo comum, menos alemães, menos italianos, menos franceses, menos lusos que os demais?

Por que não de ser entre nós, menos brasileiros os teutos de olhos da cor do céu e os cabelos da cor do sol?

Por que país estrangeiro aquele chão barriga verde?

Por que a sua paisagem é diferente da do norte? Por que o estilo arquitetônico não é o do setentrião brasileiro? Por que as casas com os seus telhados pontiagudos, esperando uma neve que nunca vem, tem cortinas nas janelas e encantadores jardins floridos que as circundam? Porque não apresentamos o espetáculo das favelas?

Mas, não se contentou Raquel de Queiroz em achar apenas estrangeiro aquele recanto do Brasil, foi mais além – estrangeiro e inamistoso.

Não compreendo a sua animosidade contra aquela gente que lhe pode não ter sido hostil, porque o não é para com ninguém. Que o digam os brasileiros de origem lusa que lá vivem, labutam, no comércio, na indústria, na advocacia, na medicina, são eles vitoriosos, acatados e benquistos, participando da vida social.

Como pode ela afirmar que de brasileira aquela gente não tem nada. Esqueceu por ventura, ou não o sabe, que, muitos rapazes daquela região, de cabelos louros e olhos azuis, combateram em terras da Itália, contra a Alemanha nazista, como tantos dos brasileiros de olhos e cabelos pretos, com o mesmo amor, com o mesmo vigor, com a mesma exaltação patriótica, sendo que vários deles lá ficaram no cemitério de Pistóia, e, que muitos deles foram condecorados por atos de bravura, por ambos os exércitos, pelo nosso e pelo americano.

Que maior prova de amor a uma Pátria se pode dar, do que essa de oferecer em defesa da sua dignidade e honra, o bem maior que possuímos – a vida?

O Sr. Glicério Alves – Permita-me um aparte. V^a. Ex^a., conhece a conferência de Renan, em que ele diz que o que faz uma Nação não é a raça, a língua ou o solo, mas sim um povo ter tido idênticos sentimentos no passado e alimen-

tar as mesmas aspirações quanto ao futuro, e cita vários países, inclusive a Alemanha - céltica, bárbara e eslava.

Isso aconteceu com os alemães no Rio Grande do Sul, que conosco pegaram em armas na guerra do Paraguai, e hoje nos auxiliam a fazer a grandeza do Rio Grande do Sul, bem como a de Santa Catarina.

O Sr. Tavares D'Amaral - Muito obrigado pelo aparte de V. Excia. que vem ilustrar e dar brilho ao meu apagado discurso. (Não apoiado.)

O Sr. Aureliano Leite - O ilustre orador pode acrescentar às palavras do nobre Deputado Sr. Glicério Alves que, em São Paulo, durante várias vicissitudes sofridas pelo Estado, os filhos de alemães estiveram sempre ao lado dos interesses dos paulistas, defendendo-os com o mesmo ardor daqueles que se gabam de uma ascendência de 400 anos... Por sinal, que isto, se dá também com os filhos dos demais estrangeiros ali radicados, como por exemplo, os italianos, portugueses, espanhóis, sírios, etc.

O Sr. Tavares d'Amaral - É uma incontestável verdade.

Prossigo a leitura.

Por que se teima em argumentar contra os fatos que aí estão a desmentir e a desmascarar os denegridores dos sentimentos daqueles brasileiros louros pelo Brasil?

O que falta à ilustre articulista, e falta completamente, é o conhecimento do problema, característico de toda e qualquer zona de colonização, em qualquer país do mundo; e da história da organização e desenvolvimento desses núcleos de imigração em Santa Catarina.

Sem conhecer esses dados, indispensáveis à compreensão do seu clima cultural, ninguém se deve atrever e aventurar a emitir impressões, sob pena, de, como aconteceu aqui, se praticarem as mais dolorosas e feias injustiças.

Infelizmente entre nós, ao contrário do que se dá nos Estados Unidos, nenhum dos nossos grandes sociólogos se preocupou ainda seriamente com o assunto. Abordam-no incidentemente, *em passant* mas não lhe dedicam estudo mais acurado, mais profundo, como seria de desejar.

Muito poderiam eles com a sua autoridade ajudar não só o Governo no sentido de tomar medidas adequadas à assimilação do alienígena e da completa integração ao nosso meio cultural, de seus descendentes; como concorreriam também para tornar compreensível o problema, gerando nos nacionais de outros pontos do país, a tolerância tão necessária, para com a lógica diversidade de costumes de seus irmãos nessas terras do sul, o que concorreria em alto grau,

muito mais do que se pensa, para chamá-los de modo definitivo e completo ao nosso convívio espiritual.

Como escreveu com grande agudeza de observação o notável romancista Cyro dos Anjos, brasileiro do centro, que visitou a minha terra em 1947 em interessante artigo que intitulou “O Brasil louro”:

“A força da Terra é imensa e ela decidirá a questão, bastando que os dirigentes políticos desde os do município até os que atuam na esfera nacional, não se descuidem como no passado e ajudem um pouco. Não se pode irradiar do coração do europeu o sentimento de sua pátria de origem, mas do seu descendente, nascido em solo brasileiro, este só não nos pertencerá se formos inep-tos”.

Eis aí a medida justa no julgar essa questão de tão grande e vital importância para o Brasil.

O que se não fez nunca até certa época, e quando se o fez, o foi de modo errado, porque inadequado o que equivale a nada se ter feito para a solução satisfatória da questão – foi ajudar, ainda que fosse um pouco aquele punhado de lutadores que se embrenhou pela mata, com o firme propósito, que conseguiu, de plantar em cada clareira uma cidade. E agora quer-se atribuir aos que ficaram ao abandono e que por isso mesmo criaram o seu mundo a imagem do único que conheciam – o da sua pátria – a culpa exclusiva de não terem assimilado, como deviam, a nossa cultura.

Jogados no meio da floresta virgem e hostil, sem vias de comunicação, sem hospitais, sem médico, sem escolas, sem assistência de espécie alguma, entregues ao seu próprio destino, tiveram os colonos que povoaram o vale do Itajaí desde os primeiros tempos que bastar-se a si mesmos.

Daí muito logicamente o congregamento dessa gente, para realizar à sua custa o que lhe deveria dar, mas o não fazia o Governo brasileiro.

Vindos de um país onde praticamente não se conhecia o analfabetismo como escrevi em trabalho que apresentei ao Primeiro Congresso de História e Geografia realizado em Santa Catarina, não podiam os colonos compreender a contingência em que se encontravam, de verem seus filhos crescer sem se alfabetizar.

Por isso, sua preocupação principal foi a de dar escolas ao núcleo que se organizava.

A história da colonização alemã, ao longo do “rio que imita o Rheno”, como já se denominou o que deu o nome a região, nos mostra que quatro anos

após a instalação da colônia pelo doutor Blumenau, estrangeiro que foi exemplo de amor ao Brasil, quando ela contava apenas 246 almas, já se abria no núcleo a primeira escola, proporcionando-se deste modo, a primeira possibilidade de alfabetização aos filhos dos recém imigrados.

Esse cuidado acompanharia a colonização em todas as fases do seu desenvolvimento.

A princípio servia de mestre escola o colono mais instruído e mais tarde começaram a vir de fora os professores.

As estatísticas do ano de 1867, isto é, 17 anos depois de fundada a colônia e 7 anos após a sua incorporação ao patrimônio do Império, acusam, para uma população de 2.971 pessoas, apenas duas escolas públicas brasileiras, a que correspondiam cinco escolas particulares alemãs.

E 6 anos mais tarde, em 1873, quando o povoado havia ascendido a 7.156 habitantes, as nossas escolas ainda não haviam aumentado, ao contrário do que se verificara com os alemães, que passaram de 5 para 20, disseminadas por toda a zona de colonização.

O resultado desse descaso, ou dessa despreocupação do Governo só podia ser um - a ausência completa da interpenetração cultural, de vez que cada grupo se mantinha como que em compartimento estanque, completamente isolado.

E por isso que, quem compulsava os dados daquela época compreende que em 1882, quase já ao alvorecer da República, numa população de 17.000 habitantes, apenas 9,6% fosse de língua nacional, contra 71% de falar alemão e 17,7% de idioma italiano. (Note-se que a imigração italiana começara somente em 1875.)

Mais característico ainda, é o quadro que apresenta em 1912, a colônia de Hamonia. Dos seus 2.478 moradores, eram brasileiros natos 1.874, sendo alemães apenas 406, no entanto 1.982 habitantes eram de língua alemã.

Mas daí não se pode inferir, como deixa transparecer Raquel de Queiroz que tivesse havido má vontade em aprender a língua do país. O que não houve foi oportunidade de fazê-lo pelo menos de fazê-lo bem, porque a verdade, Sr. Presidente, é que até aqui a iniciativa particular procurou suprir a ausência do Governo. (Muito bem.)

A necessidade e a utilidade de aprender o português foi sentida pelos colonos assim que os contatos com o elemento luso começaram a se estabelecer.

Na impossibilidade de conseguir do Governo escolas suficientes e pro-

fessores habilitados ao seu ensino, procuraram os dirigentes dos núcleos suprir as lacunas com os meios de que dispunham.

É assim que se explica desde 1878 o aparecimento de publicações visando esse objetivo, a princípio em alemão e português e mais tarde só na língua vernácula, para uso nas escolas alemãs de todo o país, mas principalmente do sul.

A título de curiosidade e para documentar a minha assertiva, citarei alguns desses trabalhos:

Rechenfiebel - Primeiro Livro de Aritmética (em alemão e português), editado em 1878 em São Leopoldo; Vollstaendige Grammatik der Portugiesischen Sprache - Gramática Completa da Língua Portuguesa (alemão e português), editada em 1897, também em São Leopoldo; de 1905 a 1906, apareceram, editados em Blumenau, respectivamente, a Introdução ao Ensino da História do Brasil (para preparo dos professores) e a Gramática da Língua Portuguesa; em 1918 saiu à luz em Porto Alegre, uma História do Brasil, etc.

Poderia ainda acrescentar: Sabe falar português? (1923); História Pátria e Corografia do Brasil (1923); Minha Língua (1935); Já sei falar português (1936), e assim por diante, ao todo 33 publicações constantes de uma lista incompleta que tenho em meu poder.

Mas esse português, ainda por displicência das nossas autoridades, como linhas acima já frisei, não era ensinado, normalmente, por brasileiros natos, ou quando o eram por aqueles que já manejassem fluente e corretamente a língua.

Ensinavam-na, os professores que lecionavam nas escolas alemãs que na sua absolutamente maioria também não sabiam falar, ou por serem estrangeiros, ou por pertencerem a uma geração que, embora nascida no país, não tivera possibilidade de apreendê-la. Muitos, a grande maioria, talvez, estavam familiarizados gramaticalmente, mas todos, pode dizer-se apresentavam dificuldades na fonética.

Como poderiam as gerações de brasileiros, que tiveram por mestres do vernáculo professores com tais qualificações apreendido falar sem “aquela pavorosa pronúncia germânica” que tanto feriu os ouvidos e a sensibilidade patriótica de Raquel de Queiroz.

O que não é verdade, é que falem mal o português por descaso e desinteresse, “como devem falar os ingleses coloniais e o dialeto dos cafres”, como escreve a jornalista. Não, Sr. Presidente, não, falam mal a nossa língua, porque

ela lhes foi mal ensinada.

Essa foi, *mutatis mutandi*, a situação daquele vale, no tocante ao problema que vimos abordando, por mais de cinqüenta anos.

A atenção dos nossos homens públicos para a questão do falar, nessas zonas de colonização do Estado começou a despertar tão só em 1911, mas somente depois da primeira guerra mundial tomou corpo.

Só então o Legislativo catarinense, principiou com sucessivas ações, a cuidar, não simplesmente de promover a criação de escolas brasileiras, mas também de disciplinar nas chamadas escolas estrangeiras do Estado, o ensino da língua nacional, culminando com a promulgação do Decreto nº 58, de janeiro de 1931.

Esse diploma legal exigia, nessas escolas, o ensino na língua vernácula, das seguintes matérias: português, geografia do Brasil, corografia do Estado, história pátria, educação moral, educação cívica e cantos pátrios; e determinava ainda que o programa de ensino dessas matérias deveria ser o mesmo que o das escolas oficiais do Estado.

Essas escolas particulares, alemãs, assim como as italianas que existiam igualmente no Vale do Itajaí, bem como as polonesas, estas em bem menor escala, tinham a fiscalização do Governo por intermédio de seus inspetores escolares.

Quero aproveitar aqui a “deixa” para rebater e protestar contra a afirmação feita por um oficial, de cuja opinião se baseia Raquel de Queiroz para justificar os conceitos expendidos no primeiro artigo, referentes à questão do ensino em meu Estado, que é a seguinte:

“promoviam (refere-se às escolas) o ensino da língua alemã, ministrando de forma original os rudimentos da história do Brasil: fora descoberto pelos alemães, etc.”.

Essa assertiva do ilustre oficial é absolutamente inverídica e constitui um insulto aos professores brasileiros que ensinavam esta disciplina, um dos quais é atualmente diretor do ginásio estadual de Blumenau, que conheço pessoalmente, como muitos outros e que seriam incapazes de descer a tamanha indignidade, falseando a verdade histórica.

Com os cuidados dispensados pelos poderes públicos, vai assim de geração em geração, melhorando o padrão do ensino à medida que se vão habituando ao manejo da nossa língua e “qui vivra verra” – a geração vindoura não

ofenderá mais ouvidos de ninguém.

As crianças de hoje, os homens de amanhã, saberão usar com correção e desembaraço a língua em que escreveu Camões.

Que ainda se fala o alemão nessas zonas, como se fala o italiano e o polonês; que se conservem ainda de maneira bastante acentuada os hábitos, a religião, os costumes transmitidos pelos velhos imigrantes, não é coisa de espantar para quem tem rudimentares noções de como se processa a assimilação, e a que princípios e leis está sujeita a interpenetração de culturas diferentes, tanto mais difíceis de se aculturarem quanto mais diversas forem.

Se a eminente patricia olhasse um pouco para o norte e chegasse a um país que se chama Estados Unidos, onde se encaram esses problemas com a mentalidade arejada de quem é cômico da sua capacidade, de absorção e não com esse olhar nativista, que tudo deturpa, ditado por um complexo de inferioridade, tão característico da nossa gente, frente ao estrangeiro e sua descendência, como demonstrou com sua autoridade Munhoz da Rocha, no livro que recentemente deu à publicidade sobre a “Interpretação das Américas”.

Num cantinho dessa grande e maravilhosa república do setentrião americano, de que tanto podemos aprender, existe um lugar denominado Nova Inglaterra “New England” para onde se transplantou um pedacinho de Portugal; veria aí num anglo saxão, um mundo latino em miniatura, com a sua língua falada nas vias públicas, com seus jornais, suas escolas, seus hospitais próprios, com hábitos e costumes portugueses, com todos os traços enfim, que são característicos da civilização e da cultura de um povo.

No entanto, lá nunca se pensou no perigo português como aqui se vive a propalar esse tremendo perigo alemão que em 99 anos de sua existência ainda não deu uma amostra do seu pano.

Aprendamos, Sr. Presidente, aprendamos com as lições dos que são mais sábios do que nós e prestemos mais esse serviço ao Brasil. (Muito bem; muito bem. Palmas. O orador é aplaudido).

Entrevistas

Sr. Aldo Pamplona

ENTREVISTADORA:
MÉRI FROTSCHER*

Com a finalidade de abordar o tema “Profissões”, trazemos para o leitor da Revista Blumenau em Cadernos, o depoimento do tecelão Aldo Pamplona. Natural da cidade de Palhoça, o entrevistado, nascido em 8 de agosto de 1932, veio residir em Blumenau. Veio acompanhado da esposa (recém casados) com o objetivo de construir a sua nova vida. Sem qualificação profissional, iniciou suas atividades como aprendiz de tintureiro junto à Empresa Sulfabril. A entrevista foi realizada em 17.02.1997, pela professora Méri Frotscher.

Méri – Como o Sr. começou sua vida profissional?

Aldo – A gente não tinha profissão nenhuma. Eu trabalhava em casa, o meu pai tinha uma olaria. Então eu trabalhava com ele, pois no interior os filhos trabalham em casa com o pai até casarem. Quando eu casei, a minha senhora é professora primária, a gente veio para cá, e deixei de trabalhar na olaria. Naquela época não era como agora, era fácil arrumar emprego. Fui na Sulfabril e peguei emprego na tinturaria, porém, não tinha nenhuma experiência. Nunca tinha visto nenhuma malharia. A gente usava roupa de malha, mas não sabia como era feita. Tinha vaga para tecelão. Eu lá falei para o homem: “Eu nunca vi uma malharia, quanto mais tecelão. Nem sei o que é”. Eu não sei se ele se agradou de mim, mas ele disse: “ Parece que na tinturaria eles querem fazer uma modificação, e o Sr. é casado...” Na tinturaria havia produtos



* Mestre - Doutoranda da UFSC.

químicos, então lá não pode trabalhar menor de idade. Naquele tempo já existia isso, e ainda existe. Mas eles queriam tirar aquela norma, porque quando a firma começa, eles começam de qualquer maneira. Depois a firma vai crescendo e vão se aperfeiçoando. Então o homem que me empregou foi sincero comigo: “Há um monte aí de menor, de solteiros, e a gente quer botar já de maior, você é casado”. E de fato a maioria era gente mais velha do que eu, mas eram solteiros. Eles acham que a pessoa casada tem mais responsabilidade. E às vezes não é. Tem solteiro que tem mais responsabilidade que um casado.

Méri – O Sr. veio para Blumenau com que idade?

Aldo – Com 23 anos e meio. Eu entrei na Sulfabril em 56, dia 10 de fevereiro de 56. Na Sulfabril eu tinha muitas amizades. Então naquela época, como hoje em dia, já havia firmas onde o operário era registrado só depois de 2 ou 3 meses. Quando vim de Palhoça para cá, de documentos (rindo) vim só com a carteira de reservista, porque servi, e a certidão de casamento. Não tinha carteira profissional, não tinha nada, porque trabalhava com o meu pai. Então a gente começou dia 10. Depois de uma semana foram fazer os documentos. A pessoa responsável pelo departamento pessoal mandou fazer a documentação. Ele até achou estranho que eu ainda não tinha a carteira profissional, mas eu trabalhava em casa. Aí a surpresa minha, achava que iria ser registrado só naquela época mesmo, mas eles registraram desde que eu entrei mesmo. Isso eu gostei. Então ali eu trabalhei até 1972. Mas tiveram duas etapas. Em agosto de 62, só não me lembro o dia, eu saí. Saí, porque a minha senhora era formada como professora regionalista, era quase como só o ginásio. Mas já era apta para lecionar para o primário, 3, 4 ano. Então nós viemos morar aqui, ela começou a trabalhar ali no Colégio João Widemann, no Bairro Itoupava Norte. Aí veio uma onda, o governador na época era o Celso Ramos, que regionalista só (risos) podia lecionar em grupo escolar. E a gente, em vez de se informar bem, detalhadamente, logo tomou uma decisão: “Então vamos para o interior”. Eu estava naquela época com vontade de ir para o interior mesmo. Ela começou a lecionar numa escolinha (risos) no interior e eu pensei em trabalhar no sítio. Eu tinha

essa imaginação porque tinha já um exemplo desse na minha família. Eu tinha um irmão, também casado com uma professora primária, e eles moravam no sítio e se fizeram na vida. Então eu queria fazer como ele. Mas daí fui trabalhar na Cia.Haco, lá em cima na Vila Itoupava. É uma firma de cadarço, agora parece que eles fazem mais etiquetas. Parece que é a única do Brasil. Ela é pioneira e ainda é a primeira, mas agora acho que só de Santa Catarina. Então eu fiz essa transferência. Mas não deu outra. Cheguei lá, a pessoa responsável pelo departamento pessoal disse: “Foi bom que você veio porque o nosso tintureiro aí está para sair, ele é alemão”. Ele era alemão mesmo, não era ainda naturalizado brasileiro. Falava muito mal o português (rindo). “Aí você vem para substituí-lo, porque o rapaz que está aí não tem escolaridade nenhuma”. E eu estava gostando muito de trabalhar lá. A minha senhora foi dar aula lá no interior, numa escola no Braço do Sul, lá embaixo. Ela para dar aula só abria a porta de casa, pois atrás do salão tinha um grande puxado com 4 peças, igual a essa cozinha minha aqui, onde nós morávamos. Então, só precisava abrir a porta. Mas era uma beleza, nós estávamos num paraíso. E eu trabalhava numa fábrica no interior. Ela era tão organizada quanto a Sulfabril. E eu estava gostando mesmo. Mas depois aconteceu uma tragédia com um senhor, de sobrenome Dicks, o primeiro nome eu não me lembro. Nós o chamávamos de Dicks. Ele era empregado da prefeitura, trabalhava naquela região lá. Ele tinha um jipe. Trabalhava de fiscal naquela região e também era marido de professora, ela dava aula (riso) aqui na Itoupava Central. E eles moravam ali. A escolinha onde minha esposa dava aula era longe da Cia. Haco. Dava uns 40 minutos de bicicleta. Então tinha dia que eu já trazia comida de casa. Tinha dia que eu comia num hotelzinho ali. E o seu Dicks, como trabalhava naquela região, acabou se tornando meu amigo. Na firma eu trabalhava na geral. Eu parava ao meio-dia e começava à uma e meia da tarde. Quer dizer, uma hora e meia de descanso era muito. Eles favoreciam os empregados porque eles almoçavam em casa. Às vezes moravam longe, então nesse intervalo dava tempo para ir pra casa e voltar. A firma era muito humana nesse sentido. E era bom por isso. Só que para mim não era bom (riso), porque eu ficava uma hora e meia ali.

Méiri - Mesmo para o pessoal da produção, eles...

Aldo - Não, eles trabalhavam das 5 às 13h30min e dali em diante, era outra turma. Então, durante o almoço eu peguei amizade com esse homem. Às vezes comíamos juntos ali, e sempre tínhamos assunto porque éramos os dois maridos de professora (risos). Aí um dia de manhã cedo eu ia para o serviço, e encontrei o inspetor de quarteirão. Esse inspetor de quarteirão também estava lá na Cia. Haco. Aí eu vi aquele movimento assim na frente da casa do seu Dicks. Ele já era um senhor de idade, então pensei: "Aconteceu alguma coisa com ele". Cheguei assim e olhei, então o inspetor disse: "É o seu Dicks. Ele se enforcou". Ele havia passado num comerciante lá e comprado um cabresto e se enforcou. Decidiu se matar. Justamente esse meu colega. E aquilo para mim foi ruim. Fiquei traumatizado. O trauma que deu em mim foi perigoso, foi uma espécie de doença. Não foi medo dele, foi medo de fazer o que ele fez. Era uma boa distância do serviço até em casa, e eu tinha que passar por um lugarzinho assim meio feio. Só havia colonos morando ali, uma casa aqui, outra lá. Eu não tinha medo de nada, só tinha medo de fazer o que ele fez, quando passava por aquele trecho. Tinha medo mesmo. Aqui na Sulfabril nós tingíamos peça feita, malha em peças de 30, 40 até 50 metros. E lá na Haco nós só tingíamos o fio, mas o processo era o mesmo. Os produtos químicos eram os mesmos, o sistema era o mesmo. Então vinham fardos de fios de 400 quilos, enormes. Eles vinham amarrados numa corda, e cada nó eu tirava com um canivetezinho no bolso, porque era mais rápido e prático. E eu pegava aquela cordinha e ia correndo ligeiro jogar no lixo porque me lembrava do meu amigo enforcado e tinha medo de fazer o que ele fez também. Aí não deu outra, fui procurar um médico. Eu não dormia de noite, tinha muita insônia. E na frente da minha casa tinha um cemitério. Não que eu tivesse medo dos defuntos, mas aquilo me passou a incomodar à noite. Aí procurei um médico no hospital Misericórdia, que ainda existe (riso). Naquela época tinha um médico só. Não sei como é que está hoje. Até minha filha nasceu lá (risos). O médico disse que não era com ele, era com um psiquiatra. Então mandou consultar um psiquiatra. Aí vim para Blumenau, e naquele tempo só existia um psiquiatra no hospital Santa Catarina. Mas

não fui nesse psiquiatra não, fui no Hospital Santa Isabel, consultei com o Dr. Valmor Belz, que era o médico da Sulfabril. Eu já tinha sido medicado por ele. Pensei: “Eu vou com o Dr. Valmor Belz, pois é igual a um psiquiatra”. Conteí tudo direitinho para ele. Ele mandou eu sair da Cia. Haco. A primeira coisa que ele disse foi: “O Sr. tem que sair de lá”. E me receitou uns remédios para os nervos. Também disse que, se fosse possível, era para deixar de fumar, pois quando eu perdia o sono, fumava. Aí mesmo que o sono ia embora. Disse que eu deveria fazer força para deixar de fumar e trabalhar só 8 horas por dia, pelo menos enquanto eu estava assim. Depois mais tarde, tudo bem, mas também eu não trabalhava muito mais do que 10 horas por dia, mais do que 2 horas extras por dia. A firma era boa, mas o ambiente lá não era bom para mim, porque lá na firma eles só falavam alemão. Daí eu ficava isolado (riso). Então fui para a Sulfabril de novo. Eu era acostumado com a Sulfabril. A Sulfabril fica na rua Itajaí. Então quem é que trabalhava na Sulfabril? Justamente pessoas das redondezas, onde moram mais brasileiros. Na verdade brasileiros todos são, mas aqui (risos) moreninho é brasileiro. Então era gente da rua Araranguá, (riso) porque era próximo dali.

Méri - República Argentina.

Aldo - República Argentina, nós naquele tempo chamávamos...

Méri - Capim Volta.

Aldo - Capim Volta. Todos esses lugares marginais assim, onde tinham problemas. E de fato era. Rua das Cabras (riso) e por aí afora. E a gente aqui da Fortaleza. Eu era o único da Fortaleza que trabalhava na Sulfabril. Então era uma firma de brasileirada. Naquele tempo era rua Mato Grosso, a rua Oswaldo Hesse. Era tudo brasileirada. Então fui trabalhar na Sulfabril, porque eu sou lá de Palhoça, lugar extremamente caboclo. Mas na Cia. Haco foi diferente. Na Sulfabril eu estava contente também, mas na Haco eu estava mais contente que na Sulfabril. Lá eu estava sentindo que eu iria fazer a minha vida.

Méri - Profissionalmente?

Aldo - Profissionalmente e financeiramente. O ordenado na época já estava sobrando. Eu já estava negociando um terreno e uma carroça lá (riso). Eu gostava de lá.

Méri - Mas o sr. notava diferenças quanto a controle de horário, controle de disciplina, de produção, entre a Sulfabril e a Haco?

Aldo - Ah, tinha diferença sim, por incrível que pareça. É uma outra história ainda que eu vou mais tarde contar, para ver como são as coisas de uma firma para outra. A Sulfabril era uma firma boa de se trabalhar, não resta dúvida. Mas o encarregado é o defeito de muitas firmas. Os patrões às vezes são humanos, são bons, mas os encarregados não são preparados, principalmente naquela época. Relações humanas eles não tinham nenhuma. Então o que é que acontecia? Eles às vezes colocavam um encarregado simplesmente porque ele conhecia o serviço, mas em matéria de relações humanas, a pessoa não tinha nada. Eram estúpidos no tratamento com a gente. Até quando estávamos entre os colegas eles brigavam com um funcionário. Por isso se dizia: "O cara levou uma mijada" (risada). Eles chamavam na frente dos outros colegas. Isso não é bom. A pessoa pode chamar à parte e explicar. O certo é a gente deixar os problemas no portão da firma, não levar para casa. Mas a gente não consegue (riso). Às vezes tem muito serviço. Então quando há um problema, o certo seria chamar e explicar gentilmente não chamar a atenção na frente do outro. Na Sulfabril havia mais gente na seção. Mas lá na Haco só havia o encarregado mesmo, o tintureiro, o dito alemão aí, e mais dois. Então nós éramos só em quatro, porque a produção era menor. Mas tinha diferença. Na Haco era a mesma coisa que trabalhar em casa.

Méri - Ah, é?

Aldo - É, porque quando chegávamos de manhã, cada um sabia o seu serviço, então era trabalhar e pronto. Não tinha esse negócio "ô, tem que ir lá"; "isso aqui não está certo". Então era bom trabalhar. Num modo geral não vou dizer, mas na seção que eu trabalhei na Haco, tinha diferença. Era bom de trabalhar.

Méri - *E no modo geral o Sr. achava que havia diferença, pelo conhecimento que o Sr. tinha da firma?*

Aldo - Não, o controle é maior em malharia. Naquela época não tinha muitas, tinha a Sulfabril, a Cia. Hering, lógico, e estava surgindo a Maju no setor de malha. A Maju já estava sendo uma concorrente para as duas potências que eram a Sulfabril e a Cia. Hering. Eu não sei se era porque a Haco só fabricava etiquetas, mas ela também era bem organizada. Tanto aqui como lá, em matéria de pagamento, era no dia certo. Era bem administrado.

Méri - *Então a profissão de tintureiro, o Sr. começou a aprender na empresa mesmo?*

Aldo - Na empresa mesmo, você já entrou numa tinturaria?

Méri - Não.

Aldo - É, agora deve ter tudo maquinários modernos. Esses dias até a minha filha leu aí ou escutou, que estavam precisando de um técnico em tinturaria. Pode ser que aqui tenha curso também, eu estou por fora, mas no Rio de Janeiro tem curso para técnico em tinturaria. Então o moço vai lá, faz aquele curso, mas de prática ele não tem nada. Por isso dá aquele conflito entre o técnico da tinturaria (riso) e a pessoa lá que conhece profundamente o serviço, mas que só não tem o título. A minha filha comentou: "O pai não sabe fazer mais nada disso". Daí eu disse para ela: "O sistema é o mesmo. A única coisa que pode ter mudado são as máquinas modernas. O sistema de tingir é a mesma coisa. O preto é preto, vermelho é vermelho". O serviço na tinturaria era muito mal cheiroso por causa dos produtos químicos. Era um serviço molhado. Trabalhávamos sempre no molhado, pois descarregávamos os tingimentos. Mas, apesar de tudo, eu gostava. Para fazer o vermelho, um vermelho assim bem bonito, e que você pode depois lavar com uma roupa branca, sem manchá-la, usa-se o naftol. São dois processos. Primeiro a gente passa num processo no qual o líquido fica com uma cor meio amarelada, cor de macarrão. E depois passa por um outro processo, no qual a cor fica vermelha. Então aquilo tudo a gente achava bacana e eu

gostava daquilo ali. E para tingir esse vermelho no processo naftol, a água precisa estar abaixo de 10 graus. O máximo é 10. Do contrário, não dá a reação. Normalmente a nossa água, no termômetro, marca 18, 20 graus. Então a gente tinha que usar gelo, para a água ficar abaixo de 10 graus. Então todo esse processo a gente achava que...

Méri - Era um processo insalubre.

Aldo - É, insalubre. Então eu sempre dizia: "Ó, tudo quanto é profissão é boa. Mas a química é uma excelente profissão.

Méri - E como eram as horas de trabalho do Sr., nesses dois empregos? Tinha folga?

Aldo - A exigência das firmas torna-se às vezes um pouco desumana. Mas, sinceramente, não aconteceu isso onde eu trabalhei não. Mas isso existe. O que torna a exigência das firmas desumana, é o excesso de produção. A pessoa tem que produzir. E se não produz, não serve para eles. De toda firma de tecelagem, a pior seção que tem, isso é real, pode escrever que é (riso), é a costura. O que é exigido da costureira é desumano mesmo. Tinha firma que até grávida para ir no banheiro precisava marcar quanto tempo demorava e tudo. Por exemplo, aqui era a sala de costura. O encarregado ficava só olhando. A pior seção que há numa malharia é a costura.

Méri - Isso acontecia nas empresas em que o Sr. trabalhava?

Aldo - Na Sulfabril sim. Ela é mais exigente. Agora na Haco não.

Méri - Não?

Aldo - Não.

Méri - E naquela época havia opções de lazer nas fábricas para os funcionários?

Aldo - Há muitos anos atrás, a Sulfabril já tinha. Tinha um futebol. E eu gostava de futebol, ainda gosto. Então já havia lazer, estava começando. Tinha futebol de salão e vôlei. Só esses dois. Para vôlei tinha uma quadra de

esporte, onde brincavam. E eles promoviam...

Méri - Campeonato?

Aldo - Campeonatos internos de futebol de salão, entre uma seção e outra. Então era bom isso aí e também antigamente existia, depois terminou, um campeonato regional, entre as firmas da cidade, uma contra a outra, da Sulfabril contra a Artex, por exemplo. Inclusive a gente, apesar de não jogar bem, fazia parte do time da Sulfabril. Era promoção do SESI. Mas era bacana aquilo porque a gente treinava e combinava para jogar nos finais de semana. E isso é válido para firma porque às vezes o funcionário até está pensando em sair daquela firma, mas daí pensa no que ela tem, olha para aquilo e acaba ficando. Volta atrás na decisão que havia tomado.

Méri - E o Sr. costumava fazer muita hora extra nas empresas?

Aldo - Fazia por causa da necessidade. A classe operária, como você sabe, é explorada. Toda a firma que cresce, ela pode fazer o produto dela ser de primeira. Se o produto é bom, é claro que vai ter boa aceitação no comércio, então a firma vai produzindo e vai aumentando. Mas também se explora em cima do operário, da sua folha de pagamento. O operário realmente ganha muito pouco. Deveria ser melhor remunerado

Méri - E o Sr. nota, nas experiências de trabalho que teve lá em Palhoça e aqui em Blumenau, diferenças no ambiente de trabalho na questão de pagamento, na questão de controle de disciplina, de horário, de relacionamento com os patrões? O Sr. vê alguma diferença de lá e aqui?

Aldo - Pessoalmente sobre isso aí eu não posso dizer porque eu trabalhava com o meu pai. O meu pai tinha uma olaria. Mas ali em Palhoça também já existia exploração. Por exemplo, na olaria do meu pai, nós tínhamos o pai e eu. O pai já era uma pessoa idosa, mas ainda um servicinho ele fazia. E três empregados, às vezes até cinco empregados. Fazem muitos anos isso, era na década de 50. Você acredita que o meu pai não registrava aqueles empregados? Não eram registrados. Eles trabalhavam de segunda a sábado, então quando chegava o fim de semana, recebiam o....

Méri - O pagamento da semana.

Aldo - É, todo o final de semana. Mas eles não eram registrados. Então já era uma exploração. Aqui em Blumenau passei a ser empregado, mas antes eu era filho de patrão. Pode-se dizer que eu era patrão porque o meu pai já era uma pessoa idosa. Naquela época quem determinava as coisas ali na olaria era eu. Até quando eu casei, o seu Humberto disse, como eu era o braço direito do meu pai, que eu iria fazer muita falta para ele. E a gente sabia isso, mas quando a gente é mocinho, casa, e não olha se vai fazer falta para o pai ou não. Não deveria ser assim, mas é.

Méri - E o Sr. veio para Blumenau por quê?

Aldo - Você perguntou sobre a hora extra, eu vou voltar atrás porque tem uma coisa muito importante aí. A hora extra é o seguinte: Aqui em casa, a cada dois anos nascia um filho. Eu sou pai de nove filhos. A necessidade obriga a firma a precisar fazer hora extra por causa da produção, e também o operário precisa ganhar mais, pois a hora extra tem aquele 20% de acréscimo. Então, na Sulfabril, só as 8 horas trabalhei bem pouco tempo mesmo, geralmente trabalhava com hora extra. Começava às cinco da manhã e ia até cinco da tarde. Então eu trabalhava o horário normal, das cinco às uma e meia, aí parava uma e meia e comia no refeitório. A Sulfabril tinha refeitório. Às duas horas começava novamente. Então das 2 às 5 já davam 3 horas por dia. E aquilo fazia bem para quem precisava, porque a gente veio para cá sem nada. Se comprasse um chão, tinha que pagá-lo. Depois tinha que construir. Então sempre vai precisar fazer hora extra. Depois quer comprar uma geladeira. Depois quer comprar isso, comprar aquilo. Então sempre que precisasse, a hora extra ajudava muito. Mas não é certo. Quando chega uma época, a pessoa fica esgotada, hoje chamam de stress. Foi o caso que aconteceu lá na Vila Itoupava que eu fiquei deprimido, tinha medo de fazer o mesmo que o meu amigo fez. Então aquilo é esgotamento de nervos. Se a pessoa não dorme mais descansado é excesso de trabalho.

Méri - Mas então não havia uma campanha da empresa para as pessoas fazerem hora extra, isso era mais uma questão de necessidade pessoal mesmo do Sr. que fazia hora extra?

Aldo – Exatamente. É claro que a firma gostava. Gostava porque aí não empregavam mais funcionários. Vamos dizer, quatro operários fazendo 2 horas extras por dia, estão tirando a vaga de outro. E isso para a firma é bom. A firma preferia pagar hora extra, apesar de pagar com 20% a mais. Para eles é bom porque assim têm menos empregados...

Méri – E o sr. gostava dos empregos que teve aqui em Blumenau?

Aldo – (risos) Apesar do serviço de tinturaria ser assim, eu gostava mesmo. Ali onde eu trabalho no Colégio Santo Antônio, naquele portão ali da rua Sete de Setembro, de vez em quando passa uma kombi ou um caminhão cheio de malhas tingidas. Aquilo me toca, porque a gente fez aquilo ali um dia também. É amarelo, é vermelho, é lilás. Eu gostava.

Méri – Mas o Sr. trabalhou até quando? O Sr. trabalhou na Haco depois voltou para a Sulfabril?

Aldo – Voltei para a Sulfabril porque eu, desculpe a falta de modéstia, eu era um operário bom. Eu sabia que eles iriam me pegar de novo. E aí como eu precisava sair de lá, tinha que sair. Aquele enforcamento que a pessoa fez, eu tinha aquele medo de fazer aquilo também. Você não se controla, aí faz o mesmo. Então, naquela época a gente já tinha quatro filhos, e viemos de volta para Blumenau. Então eu sabia que a Sulfabril iria me aceitar de novo, e não deu outra. Eles me pegaram de novo. Mas ali eu fiz um erro. Eu já tinha conhecimento de tinturaria, deveria ter ido para outra firma. Mas aconteceu. E vim aqui. Para minha esposa arrumar escola também foi uma facilidade tremenda. Quando cheguei aqui, eu já era metido, toda a vida gostei de política. Cheguei e procurei um advogado que era do meu partido, e ele me disse: “O Sr. veio numa hora certa”. No bairro Fortaleza não tinha escola. Tinha uma só lá na Fortaleza Alta, que eles chamam de Dorow. E o Colégio João Widemann aqui. Aí ele disse: “Nós vamos criar uma escola na Fortaleza e está faltando professora”(risos). Por isso que eu moro na Fortaleza. Nessa rua aqui defronte à Beija-Flor, havia um colono, que tinha a casa dele e ele construiu uma casa nova do lado, que está ali ainda. A velha não existe mais. Então alugaram aquela casa velha para criar a escola. Por

isso que eu moro aqui, porque sempre dei prioridade para a minha esposa. Sempre morava perto de onde ela trabalhava. Eu me sacrificava pela distância. Se não havia possibilidade, tudo bem, mas primeiro fazia isso aí. Porque já era um sacrifício ela ter que trabalhar fora.

Méri - E por que o Sr. saiu do emprego lá na Sulfabril de novo, depois...

Aldo - Aí tem o outro lado. Depois da Sulfabril eu fui para a Marisol, em Jaraguá do Sul.

Méri - Ah, o Sr. saiu da Sulfabril e foi para a Marisol?

Aldo - É. Trabalhei um período na Sulfabril, fui para a Haco, saí da Haco voltei para a Sulfabril, trabalhei um período na Sulfabril e fui para a Marisol em Jaraguá do Sul. Então esses dois períodos que eu trabalhei na Sulfabril deram 18 anos. Quando alguém pergunta, eu digo: "trabalhei 18 anos na Sulfabril". Posso dizer mesmo, porque na Haco eu trabalhei um ano só. Nem chegou a ser um ano. Eu poderia estar morando naquela região lá, porque eu estava gostando muito. Mas fui obrigado a sair por motivo de doença. A pergunta sua...

Méri - A Marisol.

Aldo - A Marisol. Ah, sim, ali tem o outro lado do ser humano. Eu era contramestre. Isso aí é uma falha da firma que se favorece fazendo com que o operário não seja conhecedor dos seus direitos. E o operário também não se interessa em saber dos direitos que ele tem. Mas, a firma gosta que o operário seja ignorante mesmo. Então quando a gente passou a ser contramestre, foi só verbalmente. Na carteira não tinha nada registrado como contramestre, nem sequer nas folhas de pagamento. E a gente foi levando aquilo assim. Eu não tinha conhecimento da causa. Aí deu um problema. Eu era auxiliar direto do responsável da tinturaria, o encarregado. Eu, da turma toda, tinha mais um pouquinho de estudo. Então eu calculava a receita, porque para fazer o tingimento, tem uma fórmula com os produtos químicos que precisam para, por exemplo, fazer o preto. A gente tem que calcular porque o peso da anilina, da soda, dos produtos químicos, é calculado sobre o peso da mercadoria e

a quantia de água que precisa. Então vinha da tecelagem para a tinturaria uma quantia de malha para tingir em tal cor, por exemplo, 100 quilos para fazer o vermelho. Bem, para 100 quilos é fácil porque nem precisava calcular, porque a receita original já era para 100 quilos. Daí se utilizava 100% da quantidade de produtos que estava na receita. Mas se viessem 87 quilos, então tínhamos que calcular para 87 quilos. Daí eu fazia aquilo ali, era praticamente o serviço de escritório, mas eu fazia na tinturaria. Então eu é que era pego para fazer os cálculos para ir lá para a chamada barca, uma máquina grande na qual se põe a malha. Aí como diz o ditado popular: “quando a formiga quer se perder, cria asa”. Mas não foi bem esse o meu caso pois a gente fica saturado, pois tem tantos anos trabalhando, sempre naquilo ali, sem ver um progresso, então o ser humano desanima. Eu precisava ir a Florianópolis, Palhoça, eu não me lembro bem o que eu precisava lá, mas precisava ir lá fazer um negócio urgente. Não era motivo de doença não, mas era um assunto particular. Aí eu pedi licença para ir, mesmo sem ganhar o dia porque se a gente pega um dia, perde o domingo também. Aí no final do mês, ao invés de você receber sobre 30 dias, passa a receber só sobre 28. Então eu fiz essa proposta: “Olha, eu perco o dia, perco o domingo, não tem problema nenhum, só que eu precisava ir lá”. Aí o encarregado não deixou: “Tu fazes falta, se tu sais da produção ...”. Então eu disse: “Olha, então eu vou falar com o gerente”. O gerente era o seu Carlinhos Klaus Koerich, dessa família Koerich aí. Ele tirou o corpo fora: “Se o gerente deixar...”. Aí eu fui. Dono de coragem eu sou, coragem eu tenho. Se for para falar com o presidente eu vou. Eu nunca tive esse medo e fui mesmo. Cheguei lá, um passou para o outro. Você conhece bem a Sulfabril, aquela parte da frente, a tinturaria. Havia uma distância muito longa, mas naquela época já existia telefone de uma seção para a outra. Cada seção tinha telefone. Então, provavelmente, quando eu saí dali para ir lá no gerente, ele...

Méri - Ele já sabia.

Aldo - ... O encarregado lá provavelmente já havia telefonado para ele. Foi isso que aconteceu. Aí ele disse: “Infelizmente não dá para o Sr. ir porque

tem serviço demais...” - E, de fato, tinha mesmo. Aí veio aquela coisa de ter coragem mesmo. Então, decidido, eu disse: “Olha, eu vou por minha conta”.

Méri - O gerente falou que não havia possibilidade de ir.

Aldo - É, isso. Aí decidi ir por minha conta. Então ele me disse: “Você vai arcar com as conseqüências”. “Eu vou”, eu disse (risos). Daí quando voltei, eles me deram punição. Quando o operário trabalha numa firma na qual nunca teve problema algum, primeiro recebe uma advertência por escrito. Advertência verbal recebíamos diariamente. O encarregado nem sabia advertir, era grosso mesmo. Então, advertência por escrito foi a minha primeira. Então ali eu considero que errei porque peguei a advertência e rasguei (risos).

Méri - A advertência o Sr. recebeu porque o Sr. foi lá falar diretamente com o gerente?

Aldo - Não, porque fui a Palhoça por minha conta. Desobedeci.

Méri - Mas aí o Sr. já tinha pedido a conta?

Aldo - Não. Eu só queria ir, faltar um dia. Então o encarregado me deu advertência. E sempre é assim, o encarregado e outra pessoa vêm junto para ser testemunha. No fim, eu rasguei. E considero erro meu. Aí ele voltou para à seção de pessoal e quando voltou, veio com uma suspensão de três dias, o que não pode. Primeiro tem que dar suspensão de um dia, só depois de três dias. Aí a firma errou. Aí peguei aquela suspensão, fui no sindicato e ganhei. A firma teve que pagar, ganhei a questão. Então eles começaram com a dita perseguição. Eu vi que não tinha mais ambiente mesmo, os colegas na firma já começavam a me gozar. Havia na empresa um colega muito brincalhão, um tal de Pedrão, amigo meu, mas era brincalhão. Teve a campanha política mais acirrada que Blumenau já conheceu. Foi Carlos Curt Zadorsny, um dos diretores da Artex, da família Zadorsny, e o Aldo Pereira de Andrade, candidatos a prefeito. O Aldo Pereira de Andrade era patrocinado pela Cia. Hering. E era meu xará, Aldo. O Carlos Curt Zadorsny era do meu partido (riso) e o Aldo

era da UDN. Eu era do partido do Zadrozny. Como o Aldo perdeu as eleições, então o Pedrão e os outros cantavam para mim assim: “O Aldo não é mais aquele...” (risos). E lá na seção, como eu já tinha criado esse problema com o encarregado, o Aldo de que falavam na música era eu. Então vi que o ambiente não estava mais bom para mim, e tomei outra decisão: Pedi a conta. Primeiro pedi um acordo. Iria dar mais ou menos uns 15.000 cruzeiros. Era um bom dinheiro. Dinheiro mesmo. Pois eu botei a firma em questão. Então até a essa altura, não peguei mais o advogado do sindicato, peguei um advogado particular. O advogado particular, em virtude da percentagem que ele ganha, exige mais, enquanto que o advogado do sindicato é de graça. Iria dar mais ou menos essa faixa aí, 15.000 cruzeiros, se a firma me mandasse embora. Mas eu pedi a conta, então não fizeram questão de fazer acordo. Mas quando eles viram mesmo que iriam perder a questão, me ofereceram 3.000 cruzeiros. Se me mandassem embora davam 15, mas me ofereceram 3 mil. Além disso também tinha mais a conta da cooperativa, e tinha mais uma coisa lá que dava quase 4 mil. Quando a pessoa tem uma personalidade, e desculpe a falta de modéstia, mas eu tinha personalidade. Não tinha mais ambiente, não tinha mais como eu continuar na firma, ficar ali. E depois a firma iria recorrer, caso perdesse a questão. Então esses 15.000 cruzeiros...

Méri - Iriam demorar.

Aldo - ... Iriam demorar e eu iria ficar naquele ambiente ali, todos contra mim, então preferi aceitar o acordo. Eu aceitei (riso) 3.000, mas pelo menos saí. Mas não tinha nenhum emprego arrumado. Nessa profissão, hoje em dia ainda, quem é tintureiro de malharia e faz o serviço muito bem feitinho, não fica desempregado não, como eu nunca fiquei desempregado. Então um dia eu estava na rua XV, ali na época passava ônibus. Bem ali onde ficam as Lojas A Barateira, tinha um ponto de ônibus. Eu estava ali, passou um colega meu, baixinho, ali da rua Araranguá, que também tinha trabalhado na Sulfabril. Ele e a esposa dele trabalhavam na Sulfabril. Até a esposa dele era uma funcionária muito importante. Ela sempre tirava em primeiro lugar, era a melhor

costureira da Sulfabril, tanto em produção como em perfeição. Então como ela era muito competente, eles resolveram montar um negócio para eles mesmo, na rua Araranguá. Mas infelizmente não deu não. Mas naquela época os dois haviam saído lá da firma, e ele ia lá em Jaraguá do Sul comprar malha na Marisol. Eram restolhos para a fabriquetazinha dele. Mas os restolhos vinham muito manchados, e ele reclamava porque era acostumado a trabalhar na Sulfabril, onde tudo era bem feito, e na Marisol tinha esse problema. Até eu não sei como é que essa firma cresceu porque os produtos não eram bons e realmente era malha manchada. Aí ele disse: “Olha, eles estão precisando de um tintureiro lá, porque o tintureiro lá não é bom não. Eu sei porque eu compro e dá pra ver manchas. Por que tu não vais lá?”. Eu disse: “Vou mesmo. Eu vou”. Pensei comigo: “A Marisol, em Jaraguá do Sul, é logo ali. E é um lugar bom também”. Fui lá e não deu outra. (risos) Pegaram-me. Eu não ficava desempregado.

Méri – *O Sr. se mudou para Jaraguá?*

Aldo – Não, eu trabalhava lá e morava aqui. Às vezes eu ia domingo à noite, ou segunda de manhã, conforme era o domingo aqui. Então ficava a semana toda fora de casa e vinha na sexta-feira à noite, porque a Marisol, na época, não sei agora, não trabalhava aos sábados. E eu sempre gostaria de trabalhar numa firma em que sábado não se trabalhasse. Mas eu fui para lá com o objetivo de ir trabalhar lá. Eu uma filha que hoje mora aqui do lado, é minha vizinha, ela era solteira na época, e trabalhava na Cia. Hering. Ela nunca disse, mas de certo ela não queria sair de Blumenau. Então num fim de semana em que eu estava em casa, ela disse: “Ó pai, deu na rádio Clube que na Malharia Itoupava estão precisando de tintureiro. Por que o pai não vai lá?”. A Malharia Itoupava ficava pra lá da Empresa Glória, à direita. Eu disse: “Não, mas a malharia Itoupava paga pouco. É uma firma pequena, não vai pagar o que o pai ganha lá”. Mas mesmo assim eu fui. Fui num sábado porque eu estava em casa, então dei um pulinho lá porque eu sabia que tinha uma espécie de gerente também ali, mestre geral, que também tinha trabalhado na Sulfabril. E eu sabia que esse rapaz trabalhava ali, então disse: “Eu vou

até lá falar com o Nino”. Eu ainda disse para a minha filha: “Não, mas eles têm um tintureiro, o pai até conhece, o Artur é tintureiro deles. Será que o Artur saiu?” Fui lá e realmente eles estavam precisando de tintureiro, porque eles só trabalhavam com cores pra fazer roupinhas infantis, azulzinho clarinho, rosinha...

Méri - Verdinho...

Aldo - Creme bem fraquinho, branco, e eles queriam passar a tingir preto, verde, cores mais fortes, vermelho, e esse rapaz não sabia. Aí eu fui ali e realmente eles estavam precisando de tintureiro. Eu tive sorte, pois o patrão estava lá. O pessoal do escritório não trabalhava aos sábados. Falei com o Nino e ele me disse: “Ô rapaz, vem trabalhar conosco, vamos nos juntar de novo, igual na época da Sulfabril ... vem aí conosco”. Ele já perguntou: “Desculpe eu perguntar, mas quanto estás ganhando lá?”. Aí eu disse o quanto eu ganhava e ele me falou: “Ah, vai ser difícil eles te pagarem isso aí. Mas quem sabe?”. Então falei: “Vou conversar ali com o homem”. Aí fui lá, o patrão estava lá, era uma pessoa muito humana, nem parecia ser patrão. Ele disse: “O problema está aí, tu não vais e nem debes abaixar o teu ordenado”. Aí conversando, ele me disse: “Infelizmente não dá”. Mas quando se sai de uma firma para outra, a pessoa sempre sai e diz que vai ganhar mais. Por isso eles estavam pensando que eu iria exigir isso, e eu não estava exigindo. Se eles me pagassem a mesma coisa que eu estava ganhando lá eu já vinha porque...

Méri - Era perto.

Aldo - Era perto, e eu não pagaria pensão, automaticamente já estava ganhando. Então eu saí da Marisol para entrar na Malharia Itoupava que não existe mais.

Méri - Daí o Sr. trabalhou bastante tempo lá?

Aldo - Ali trabalhei 5 anos. Depois ela foi vendida para a Fiação Joinvillense. A Fiação Joinvillense comprou e levou tudo para Joinville, inclusive o operário que quisesse ir poderia ir também. Aí não fui, pois então eu já tinha o tempo suficiente para me aposentar porque o meu serviço era

insalubre. Então requeri a aposentadoria porque sabia que eu não iria ficar desempregado mesmo. Pensei: “Vou me aposentar com 80% e continuo trabalhando”. Foi um mal, mas a gente sempre pensava em ter aquela aposentadoria e continuar trabalhando. Quando me aposentei, tem um detalhe aí para contar, eu pensei: “Vou ficar pelo menos um tempo parado para descansar”. Eu estava desde a infância trabalhando. Um dia, eu estava bem ali na frente da casa, como hoje quando você chegou, quando um colega meu, que também trabalhou na Sulfabril chegou. Ele tinha montado uma estamperia no Testo Salto, a estamperia Arco Íris. E ele montou também uma tinturaria para tingir para terceiros, como hoje em dia tem muito disso, e também não tinha tintureiro. Ele trabalhava na Sulfabril comigo, mas ele não tinha conhecimento de tintureiro. Ele disse: “Ô Aldo, eu soube que você saiu da malharia na Itoupava... não quer trabalhar comigo, não?”. Eu disse: “Eu vou trabalhar sim”. Porque eu me aposentei com 49 anos, e eu não iria ficar parado. Queria ficar uns tempos parado para descansar um pouco, passear. Mas ele disse: “Poxa, mas eu queria já pra ontem”.(risos). Eu disse: “Então vamos fazer assim: Eu tinha programado um passeio lá para Florianópolis... eu e as duas filhas minhas. Já que estás precisando, eu vou trabalhar contigo. Mas tem uma coisa, pelo menos uma semana. Depois de uma semana eu vou”. Ele respondeu: “Ah, não dá pra vir antes?” Porque eu estou precisando disso...” Eu disse: “Então tá, vamos fazer o seguinte: Vou a Florianópolis, pois já comprei passagem e tudo, vou levar duas filhas minhas. Então quinta-feira eu vou trabalhar contigo. Passo dois, três dias lá em Palhoça e vou trabalhar contigo”. Acertamos ali e daí levei duas filhas minhas, passear lá. Então fui trabalhar com o meu colega já aposentado lá no Testo Salto.

Méiri - E o Sr. ficou bastante tempo lá?

Aldo - Ali eu trabalhei, parece que dois anos também. Mas ele teve uma infelicidade, pois deu uma época de desemprego, não como agora, mas deu uma época terrível também em 1983, no tempo do presidente Figueiredo. Deu uma crise. Nós tínhamos uma caldeira muito pequena. A caldeira faz o vapor para fazer os tingimentos. A caldeira dele era pequena e a produção estava aumentando. Então ele comprou uma

caldeira muito potente, fabricada em Rio do Sul. Ela era à lenha, mas é como se fosse uma caldeira a óleo. Então ele poderia produzir à vontade. Mas para comprar essa caldeira, ele assumiu uma dívida muito grande. Não deu conta, infelizmente. Ele se perdeu nisso aí. Mas ele era muito sério. Então ele vendeu, mas antes de vender, como o meu ordenado era um pouco meio pesado para ele, eu disse: “O dia que melhorar eu volto a trabalhar contigo.” Então eu saí mas ele não venceu, foi obrigado a vender para outro. Eu estava mais uma vez em casa. Então veio o dono da JC, fica lá na Parada 1, naquela malharia ali. Na época ele também só tinha malharia, tingia para terceiros. Ali antes existia a malharia do Schultz. Como era o nome ainda da firma?

Méiri - A Têxtil Schultz.

Aldo - É. Ela também tinha falido, os bancos já tinham tomado e ele alugou o prédio e botou ali uma tinturaria para tingir para terceiros. Veio aqui ver se eu não queria trabalhar. Foi interessante, eu já era aposentado e eu disse para ele: “Então fazemos o seguinte: Não precisas me registrar, pois quando eu quiser sair eu saio, e o dia que tu quiseres me mandar embora, tu mandas. Sem compromisso. Aí tu...” - eu chamava de tu porque ele era bem mais novo do que eu, aí eu disse - “... aí tu tens esse lucro de não ter as despesas sociais comigo, e o dia que eu quiser sair, eu saio”. Ele respondeu: “Ah, tudo bem”. Fui trabalhar com ele. Não chegou a um ano. Aí tem outra história também negativa para a gente. Você vê como é o patrão. Sempre o patrão quer levar a melhor e explora. No mês de setembro eu fiquei doente. Eu sofria muito de cólica renal. Fiquei 15 dias fora. Quando retornei ao serviço, foi justamente na primeira quinzena e eu disse para ele usar o dinheiro das férias para me pagar o mês de setembro, porque esses dias que fiquei doente ele não teria o dever de pagar porque não era registrado. Eu reconheci isso também. Ele pagaria só 15 dias e tudo bem. Eu não era registrado. Eu disse: “Tu me pagas o mês todo por causa das minhas despesas lá em casa, pois vai complicar, vai fazer falta. Tu me pagas o mês todo, e como já é setembro, quando vier o 13º tu descontas ou das férias”. Aí ele deu um tapinha nas costas e saiu da tinturaria e foi para o escritório, e quando veio, veio com o

cheque pronto, só dos 15 dias e me despachou: “Não Aldo, tu estás sabendo, tu estás vendo aí, tem pouco serviço, tu já contribuístes para a gente, muito bem, muito obrigado. Outro dia que melhorarem as coisas eu vou atrás de ti”. Aí pagou só aqueles 15 dias mesmo.

Méri - E não pagou nem a parte das férias, nem...

Aldo - É, ele pagou só os direitos mesmo. É, porque eu não era registrado. Então é assim, os patrões realmente são assim mesmo. Então saí. É isso aí. Não sei se é sorte ou o que é, mas aconteceu. Tem um portão do Colégio Santo Antônio que dá acesso lá no Porta Aberta, ali do lado. Ali trabalhava um tio meu, marido da minha tia. Eu recebo aposentadoria no Meridional. Não tinha nem ficado uma semana fora da JC, quando cheguei ali o meu tio estava em pé no portão, e perguntei: “O que tu estás fazendo aí, tio?”. Ele respondeu: “Eu estou trabalhando aqui, tu não sabes?” “Não, se eu soubesse eu não perguntava pro tio.” “É, tu nunca vais lá em casa!” Eu disse: “É, mas o tio também não vai lá” (risos). Aí eu disse para ele, que estava a fim também de trabalhar num serviço desse. Tinturaria não iria querer mais não, porque é insalubre”. Eu disse: “Gosto de trabalhar em tinturaria e tudo, mas estou sentindo agora já os rins. Está me dando cólica renal, e é da friagem dos produtos químicos”. Só falei isso aí para ele e fui para casa. Não havia feito nem uma semana, uns 4, 5 dias, eram umas 10 horas e pouco e apareceu ali na frente o filho dele, o meu primo: “Ô, estou com pressa, só tenho um recado pra ti: Não estás a fim de trabalhar no colégio Santo Antônio?” (risos) Aí eu disse: “Mas lá no colégio Santo Antônio?” Trabalhar de porteiro foi uma coisa que nunca passou pela minha cabeça, porque sabia já o problema que os porteiros tinham na firma. Eu pensei: “Eu não vou...” Fui falar com o Sr. Eduardo, que foi secretário da Educação na gestão do Renato Viana. Desde novinho a gente trabalhava no movimento da Igreja, a Legião de Maria. E esse Eduardo era moço, ele e a esposa faziam parte desse movimento da igreja. Então ele era conhecido meu. Quando cheguei lá no Gabinete dele, achou que eu não iria me sujeitar a um serviço de porteiro, porque como faziam muitos anos que nós não nos encontrávamos mais, ele achou que eu tinha vencido financeiramente na vida. Eu disse: “Não, seu Eduardo, a minha aposentadoria não é boa, mas, graças a Deus, com a minha mais a da

minha esposa dá para viver”. Eu disse: “Mas sou novo ainda, e é chato ficar em casa o dia todo. (risos). Eu não fico em casa assim sem trabalhar, quero trabalhar”. Ele disse: “Conheço o senhor, pode vir trabalhar conosco”. E não é que faz nove anos que estou lá? Amanhã, dia 18 de fevereiro fazem 9 anos que estou no colégio Santo Antônio. E agora estou contente porque é serviço de aposentado mesmo (riso).

Méri - E o Sr. trabalha lá das duas até que horário?

Aldo - Às dez.

Méri - Das duas às dez? E assim com relação ao mercado de trabalho em Blumenau, o Sr. acha que o mercado de trabalho é acessível a todas as pessoas hoje em dia e naquela época das enchentes também, ou há uma preferência por determinadas pessoas na hora da contratação e tal?

Aldo - É, eu acho assim: melhorou muito, mas tem discriminação. Na Sulfabril eu cheguei e logo arrumei emprego. Quando eu entrei lá na Sulfabril tinha até moça, eu não acreditava, que não sabia ler. Você vê o que é a educação nesse país. Encontrar uma pessoa idosa e não saber ler, tudo bem, mas uma moça? Como eu tinha uma escolaridade mais ou menos, logo me saí bem na Sulfabril. Mas na Cia. Haco, interessante, quando eu entrei lá, uma colega nossa que eu já conhecia em Blumenau, que morava na Vila Itoupava, se admirou de eles me empregarem lá porque eu era moreno. Para você ver. Falou bem assim: “É de se admirar, porque eles não botam brasileiro”. Havia discriminação.

Méri - E o Sr. era o único realmente lá?

Aldo - De moreno sim (risos). Imagine preto! Eu sou moreno. Quando entrei na Sulfabril, o encarregado, o seu Leopoldo, era um homem doente do pulmão, por causa da tinturaria. Eu, graças a Deus não, pelo menos até agora, nunca tive problema do pulmão. Um dia ele adoeceu. Além de ele ser doente do pulmão, gostava duma bebida, cachaça mesmo. Ele adoeceu e quando viu que não tinha mais condições de tocar a tinturaria, foi lá para o sítio, em Witmarsum, a família dele era de lá. Pegou o sobrinho dele para trabalhar ali com ele, para ensinar todos os segredos da tinturaria, para que o sobrinho pegasse o cargo dele. Isto enquanto a

gente estava ali já, com condições de tocar a tinturaria. Então tem isso aí. Era decisão dele mesmo. É como quem diz: “Eu não tenho mais condições de ser o chefe da tinturaria, mas não vou deixar isso aqui para outro não, vou pegar um da minha família”.

Méri - E ele era o...

Aldo - O chefe.

Méri - ... o cargo de confiança da empresa.

Aldo - Da empresa. Então existe isso aí. Todo mundo quer vencer na vida. Mas aí ele passa para outro. Eu sou contramestre. O mestre da seção, chama-se mestre. Se o encarregado da seção vai se aposentar, a gente pensa: “Agora eu vou pegar esse lugar”. Quem é a pessoa que não tem um pouco de ambição? Todo ser humano acho que tem ambição de ter um cargo melhor e de melhorar financeiramente.

Méri - E o Sr. acha que hoje, no mercado de trabalho, existe isso ainda, aqui em Blumenau?

Aldo - É, existe. Diminuiu muito, mas existe. E depois os próprios colegas prejudicam um ao outro, por ciúmes. Mas existe isto. Pode não haver tanto, mas existe. A senhora sabia que há anos passados, quando a Cia Hering contratou uma mulher negra isto virou notícia na cidade?

Méri - Ah é?

Aldo - É. Diziam: “Ó, a Cia Hering tem uma pretinha trabalhando lá”. Muita gente não sabe disso.

Méri - Isso foi quando?

Aldo - Espera aí, deve fazer uns 35 anos, por aí.

Méri - Enquanto na Sulfabril já era mais...

Aldo - Não, a Sulfabril não tinha pretinha ainda não. Não sei se é porque não botavam, isso também não posso dizer, porque faz parte do departamento de pessoal. Mas ocorreu isso: “Ó, a Cia Hering tem uma pretinha trabalhando lá” (risos).

Méri - E as leis trabalhistas são respeitadas?

Aldo - Não tanto porque eu estou sentindo na pele porque há caso na minha família. Eu tenho uma filha que trabalhava lá na Cia. Hering 23 anos. Faltando só 2 anos pra se aposentar, extinguíram aquela unidade lá da Água Verde. Ela trabalhava lá desde mocinha, era o primeiro emprego dela. Ela trabalhou toda a vida lá, daí fechou e ela ficou desempregada. Então, para não ficar desempregada, agora em tudo quanto é rua aí tem mulher trabalhando na facção. Quando uma pessoa monta uma facção, pega aquelas mulheres que estão desempregadas. Elas trabalham sem serem registradas, sem nada. Hoje está assim. A Artex, por exemplo, vai acabar com a costura. Então eles acabam com a costura, mas botam pessoas para costurar fora. Aí os encargos sociais de 200 ou 300 costureiras eles não têm mais. E isso não é bom.

Méri - E o senhor acha que essa terceirização está acontecendo desde que época aqui em Blumenau?

Aldo - Desde o Plano Real. Eu concordo que um realzinho tem valor. Mas não é só isso, há outras coisas, não só estabilidade da moeda.

Méri - Deveriam considerar essa parte social.

Aldo - O social, porque está ruim, e cada vez piora. O que também está acontecendo é o seguinte: Um empregado com uns anos de firma ganhava um ordenadinho mais ou menos bom. Daí eles tiram aquela pessoa, colocam outro que ganha 300, 400 reais de início. E a pessoa, às vezes, para não ficar desempregada, se sujeita a isso. Então ele estava ganhando 1.200, 1.100, 1.000 ou 1.400, 1.500, de repente ele tem que trabalhar por 300, 400 reais.

Méri - E aqui em Blumenau existe uma imagem veiculada de que Blumenau é uma cidade do trabalho... O que o Sr. acha disso, dessa veiculação dessa imagem por aí?

Aldo - Eu sou uma pessoa que conheço pouco, mas tem que se olhar um outro lado. Esses dias, nós estávamos falando sobre a classe média, fazendo uma discussão sobre a classe média. Aí eu disse: "Classe média quem é?"

Médico, engenheiro, essas coisas assim, porque rico, rico mesmo é aquele fazendeiro, latifundiário, e os empresários. Médico, sempre foi assim. O engenheiro, o autônomo, são classe média. E a massa é o pobre. Mas eu estava dizendo, a classe média mudou. A gente já pode dizer que pertence à classe média. Mas daí há um porém, e dizem: “Ah, Blumenau é assim”. Mas tem que ver esse lado: Trabalham a esposa, o marido e os filhos. Então a renda da casa é alta. Mas eu acho que há algo negativo aí porque deveria ser só o marido, ele deveria ganhar o suficiente, para a esposa não precisar trabalhar fora. A renda per capita do blumenauense é uma das melhores do país. Não sei se foi com o Éder que eu fui falar isso, alguém que entende mais, eu falei: “Pois é, mas como é que é calculado isso aí?”. Aí ele explicou, aí eu entendi. Eu não acho a renda per capita uma das melhores do país. De jeito nenhum. Porque se você for de casa em casa aí, muitos tem um carrinho, tem tudo. Mas quantos que não têm? Na realidade, Blumenau não é assim como dizem não. É outra. Agora, é uma cidade ordeira, não resta nem dúvida, por causa das tradições, dos fundadores, o conhecimento que o alemão de lá trouxe para cá. É uma cidade limpa, não é mais tanto, mas ainda é considerada uma cidade limpa. E é hospitaleira. Nas enchentes dá para ver. Às vezes dá enchente e estão lavando, mas estão rindo, não se desesperam. Blumenau tem isso.

Méri – E o Sr. acha que essa imagem que existe de Blumenau de cidade do trabalho, cidade ordeira, a veiculação dessa imagem por aí, na imprensa, na propaganda, para o turista, isso é bom para o povo daqui?

Aldo – Não é não. Não é bom porque eu vou citar um exemplo, a Oktober. Às vezes passa a Oktober, então quem vai lá diz: “Pô, isso é que é cidade. Vou morar lá”. Chega aqui a realidade é outra. O cara, mesmo que ele chegue e arrume um empregozinho, tudo bem, mas depois vem aquela pergunta: Morar onde? Vai morar numa pirambeira aí, porque se for correr os cantos aqui, aqui bem próximo mesmo, tem lugar, não vou dizer favela, por exemplo Morro da Pedreira, na rua Júlio Michel, bem lá no cantinho....Fui lá ver. Não sei, já faz tempo, mas eu fui lá ver como é que o pessoal pode morar lá. É um buracão lá. Então a realidade de Blumenau não é essa que é apresentada não. É outra. Agora, em

comparação à outra cidade, às vezes é melhor morar em Blumenau do que em muitas cidades, mas Blumenau não é aquela imagem que é apresentada lá fora.

Méri - E o Sr. acha que essa imagem da cidade do trabalho ela é positiva ou ela é negativa para o povo daqui?

Aldo - Eu trabalho no colégio Santo Antônio, eu estou ali no portão. O que passa de gente desempregada perguntando se não tem vaga, aquilo é diariamente. Em Blumenau é grande o desemprego. Não é esse número que eles anunciam aí não. É muito mais. Muito mais mesmo. Mas ela não deixa de ser uma cidade do trabalho. Porque a Cia. Hering não é aquela que é. Famosa, né? A Artex está no que está. A Teka parece que não está bem das pernas. Então isso aí é triste. É triste quando falam que vão 100 empregados para a rua. Quando é uma mocinha, tudo bem. Mora em casa com os pais, ou moço, tudo bem. Mas ali vai um pai de família. Então é crítica a situação. Não vou dizer assustadora, mas a coisa deve ser repensada, os administradores, os políticos aí têm que trabalhar.

Méri - E sempre se faz uma relação quando se diz: "Ah, Blumenau é uma cidade do trabalho, porque foi colonizada por alemães". Como o Sr. vê essa relação que se faz entre trabalho e germanidade em Blumenau?

Aldo - É, ali tem uma coisa que eu sempre analiso assim, pois eu sou Pamplona. Pamplona parece que é espanhol. Mas sou lá de uma região açoriana, Florianópolis. Então muita gente diz, o brasileiro é... e o alemão é trabalhador. Não é isso aí. Não é nada disso aí. Porque, desculpe a falta de modéstia, sou brasileirozinho, caboclozinho lá da beira mar, do litoral, mas vejo muitos brasileiros trabalhadores. Muitos mesmo, mesmo que seja capinar lá na enxada, mas são trabalhadores. E os alemães quando começaram aqui, que você sabe também, eles não eram analfabetos. Pois há quantos anos existia a Alemanha, e há quantos anos existe o Brasil? Então, na história da Companhia Hering, lá os fundadores, os dois irmãos de sobrenome Hering, eles eram tecelões. Então de certo fizeram o tear de madeira. Começaram ali. Enquanto que o brasileiro, o que é que o brasileiro fazia aqui? Plantava mandioca, fazia farinha. Tinha

olaria, fazia tijolo, essas coisas assim. O fundador da Eletro Aço Altona, era ferreiro na Alemanha. Ele veio para cá e começou uma ferraria. Hoje ela está no que está. Precisou ter uma origem para aquilo. Aí dizem: “Ah, o cara é trabalhador”. Tá, tudo bem. Mas ele não tinha só o segundo ano primário...

Méri - Ele não tinha só mão-de-obra.

Aldo - Ele já tinha cultura. Claro que também há pessoas praticamente analfabetas e são industriais. A Teka, a Tecelagem Kuehnrich O nome do primeiro fundador mesmo eu não sei. A profissão dele lá na Alemanha, ele praticou aqui. É assim: os alemães que vieram já tinham instrução. A Artex eu não sei, mas dessas três firmas aí que estou citando, os fundadores já exerciam a profissão na Alemanha, a gente sabe isso.

Méri - E qual a opinião do Sr. sobre as atividades de lazer em Blumenau, para o povo daqui?

Aldo - Deveria melhorar. O pessoal diz: “Está bom”. Mas não. Deveria-se melhorar mais, deveria haver mais atividades de lazer. O que falta é o esporte preferido aqui, o futebol. Porque o acesso da classe menos favorecida, da classe mais pobre não é garantido. Por exemplo, tem o Clube Ipiranga, o Tabajara. Então para a sociedade aí tem piscina, tem tudo. Então o rico pode ir lá. O pobre tem que pegar um ribeirão (risos). Então o que sobra? Futebol. Aqui na minha casa eu tenho uma areazinha, você vai achar engraçado. Às vezes a gente é meio durão porque tem que ser, mas deixo os meus netos jogar ali, porque se não deixar ali, eles brincam de bola aqui dentro de casa. Tem vizinho que diz que sou meio doido, porque às vezes eles chutam na parede. Mas se não deixar, eles vão brincar ali na rua, na estrada, ou saem por aí fora. Então deixo brincar de bola aqui no pátio. Então só assim o pobre tem um cantinho pra jogar futebol no bairro. Deveria ter essas coisas nos bairros. Claro, algo bem organizado. O lazer falta em Blumenau.

Méri - E por que o Sr. acha que não há tantas opções de lazer em Blumenau?

Aldo - Eu acho que vai mais da parte dos administradores. Vem mais da parte do executivo e não do empresariado. O empresariado oferece opções de

lazer nas firmas mais para iludir o operário. O pessoal diz: “O patrão é bom, o patrão tem isso, tem aquilo”. Mas não é, eles fazem mais pra iludir, acho que o objetivo é esse mesmo (risos).

Méri - *O Sr. acha que Blumenau é vista como cidade do trabalho e se associa isso com o fato dela ter sido colonizada por alemães. Mas e hoje, por que se continua fazendo isso se hoje Blumenau não é formada só com pessoas de origem alemã? Já tem muita miscigenação, muita gente de fora.*

Aldo - Dizem que o alemão quer vencer mais na vida. O próprio brasileiro é mais assim, se contenta com o que tem. Mas não porque não deixe de trabalhar não. Ele é trabalhador, mas o alemão é mais ambicioso. E essa parte aí, a gente tem que dizer que é mesmo. Porque comparando Blumenau com outros lugares aí que não têm alemães, há diferença. Foi válido a vinda deles para cá? Foi. O vale do Itajaí, é a região mais rica do estado. Somos gratos, pois nós moramos aqui numa região que foram os colonizadores alemães que iniciaram.

Méri - *Mas por que o Sr. acha que continua isso, assim?*

Aldo - Ah, não devia continuar mais. Eu posso dizer, que eu fui durante muitos anos, e continuo na diretoria de uma igreja. Mesmo que seja eleito na diretoria de uma igreja, o presidente, o tesoureiro... sempre é escolhido um de origem alemã (risos). E isso não dá para entender. Não deveria. Por quê? Que o alemão é mais sério que o brasileiro, será que é isso? Não é. É comprovado que não é, mas têm essas coisas aí.

Méri - *É tradição.*

Aldo - Tradição, tradição. Eu fiz parte de 3 diretorias de igreja. Mesmo se convidasse eu não aceitaria porque é o cargo mais espinhoso que tem. Mas nunca fui convidado para ser tesoureiro, secretário, primeiro secretário. Eu pertenci a três diretorias. Associação de Pais e Mestres, da escola. Da Assistência Social eu também fazia parte. Eu estou muito ativo ainda.

Méri - *O Sr. esqueceu alguma coisa, que ainda queira falar?*

Aldo - Não. Eu agradeço pelo seu trabalho. Muito obrigado!

**O “problema dos
Xokleng” no
município de
Blumenau (1900
1914-):
polifonias**

TEXTO:

SILVIA MARIA
FÁVERO AREND¹
LUISA TOMBINI
WITTMANN²

“O progresso mora aqui
Blumenau, és razão de viver
O teu nome tem história
Blumenau nunca vou te esquecer”

1. Os Xokleng e os *cocolés*.

O ano era 1909. Não sabemos em que período estávamos no calendário Xokleng, todavia sabemos que este grupo étnico vivia sob um tempo de grandes mudanças. Diferentes relatos europeus, desde o século XVIII, informam que os Xokleng, indígenas de língua Jê, deslocavam-se em busca de alimentos pelas terras situadas no alto Vale do Itajaí³, em Santa Catarina. Eles realizavam o chamado nomadismo estacional, ou seja, o deslocamento do grupo para áreas do litoral ou do planalto estava associado às estações do ano quando os frutos estavam maduros. No outono, os homens e as mulheres coletavam o pinhão e o mel, e, na primavera e no verão, o palmito era colhido. Concomitante a estas atividades os guerreiros caçavam antas, macacos, porcos do mato e aves. A preparação dos alimentos era efetuada pelas mulheres nos acampamentos temporários ou nos assentamentos onde os Xokleng permaneciam até 30 dias. A comida e outros apetrechos eram divididos entre as pessoas que compunham o grupo social de forma mais ou menos equitativa.

Cada grupo era composto por cinco subgrupos que possuíam denominações e pinturas cor-

1 Professora do Departamento de História da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC) e doutoranda do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

2 Cientista Social pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e graduanda em História na Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC).

porais distintas. Os casamentos aconteciam de forma exogâmica entre os membros dos subgrupos. Eles praticavam a monogamia, a poliandria, a poligamia e, eventualmente, o casamento conjunto.⁴ Os princípios de descendência eram bilaterais, assim como os de residência. *“O sistema de nomeação é a estrutura básica da sociedade Xokleng, pois é através dele que o indivíduo ingressa no grupo e obtém uma posição social determinada.”*⁵ A criança recebia o nome de uma pessoa já morta que poderia ser parente consanguíneo ou não. *“Sua posição social é a mesma do indivíduo falecido e como ele será tratada.”*⁶ Não encontramos em nenhum estudo etnográfico ou histórico reflexões sobre as regras que norteavam a prática de nominar entre os Xokleng.



Mulheres Índias com crianças

As mulheres e os homens Xokleng participavam dos rituais do nascimento, quando a criança recebia o nome, e da cremação dos mortos. Contudo, a principal cerimônia freqüentada por toda “família extensa” era a da perfuração dos lábios, onde era introduzido o tembetá no lábio inferior dos meninos e eram feitas duas incisões na perna esquerda das meninas. José Deeke nos informa sobre a finalidade deste ritual:

“Os jovens que na véspera tinham sido iniciados, foram convidados a se adentrarem. Examinaram-se-lhes novamente os lábios para ver se os botoques estavam seguros e em seguida o “pataema” fez, com carvão, diversos sinais no peito e na barba de cada um, querendo com isso significar-lhes que ficavam pertencendo à classe dos guerreiros. Logo que os moços desocuparam o espaço livre, entraram nele as moças que haviam também chegado a puberdade. Com estas não se fez cerimônia; depois de poucas palavras do cacique, foram mandadas novamente para o grupo de mulheres.”⁷

Para ser líder entre os Xokleng era preciso ser um guerreiro “adulto, prudente e bom caçador”. O líder era responsável pela organização das caçadas, pelas negociações com os oponentes e pelo comando das atividades belicosas. Lavina porém, afirma que as decisões sobre os embates e busca aos animais eram tomadas pelos homens adultos de forma consensual.⁸ A ligação entre o mundo dos espíritos e o da terra era feita pelo “pataema” que desempenhava as funções de sacerdote e as curativas.⁹

Após 1850, os “mundos” dos Xokleng, que descrevemos de forma sucinta, começam de forma lenta a modificar-se. Terras onde o rio Itajaí fazia uma grande curva e se encontrava com um pequeno riacho (Ribeirão Garcia) passaram a ser habitadas por pessoas desconhecidas. Estas criaturas não eram os que, muitas vezes, disputavam os frutos e os animais com eles, os inimigos Kaingang. Também não eram os seres que atravessavam rios e matos gritando para que os bois fossem para frente, os tropeiros que vinham do Sul. Eram os *cocolés*¹⁰, ou seja, os colonos alemães e, posteriormente, os italianos, que erigiam acampamentos, cortavam o mato, plantavam milho, fumo, mandioca e arroz e cercavam-se de vacas, porcos e galinhas. O resultado das colheitas, a carne dos animais e outros alimentos (a manteiga em especial), quando não consumidos pelos *cocolés*, eram transportados para longe. Havia homens, mulheres e crianças sendo que, em alguns lugares, eles viviam próximos uns dos outros e, em outros, em localidades distantes entre si. Ao longo do tempo mais e mais *cocolés* instalavam-se em terras próximas aos rios e derrubavam as matas. A comida dos Xokleng então começava a rarear.

Os indígenas alteraram as suas rotas migratórias e dirigiram-se cada vez mais para as terras onde o rio Itajaí nascia, isto é, para o oeste. Os *cocolés* acabaram alcançando-os. Em 1889 chegaram as primeiras famílias alemãs na

colônia Hansa-Hammonia (atual município de Ibirama). Poucos anos depois a Sociedade Colonizadora Hanseática, que administrava a colônia Hansa-Hammonia, iniciou a construção da estrada de ferro que tinha como itinerário as seguintes localidades: Blumenau, Itoupava Secca, Salto Weissbach, Passo Manso, Encano, Indayal, Warnow, Ascurra, Aquidabam, Morro Pellado e a colônia Hansa-Hammonia. A locomotiva, seis vezes por semana, nos períodos matutino e vespertino, atravessava territórios onde os Xokleng podiam ainda realizar suas andanças.



Batedores do mato

Os encontros entre os Xokleng e os *cocolés* foram inevitáveis nas terras do Vale do Itajaí. Deeke nos informa que foram 61 entre 1852 e 1914, mas que poderiam ter ocorrido muitos outros que não foram registrados nas crônicas jornalísticas ou nos documentos oficiais. Os Relatórios dos Presidentes de Província, assim como os jornais publicados nas colônias e nas cidades do litoral descrevem esta relação sob o ponto de vista dos colonos, dos funcionários públicos e dos agentes colonizadores. Estes encontros são narrados através dos vocábulos ataque, roubo, saque, assassinato, rapto, cerco, morte a pauladas etc. sendo que a agressão inicial partia sempre dos Xokleng. Os relatos também não esclareciam sobre o que motivava os indígenas a defrontarem-se com os

imigrantes: a busca de alimentos, “a necessidade de instrumentos de ferro e tecidos e a vendeta”¹¹ associadas à percepção dos brancos não como gente, mas *como animais monstruosos*.¹² Por outro lado, não encontramos escritos acerca do contato produzidos pelos Xokleng sem a ingerência dos não-índios. Nas suas descrições, talvez, eles utilizassem as palavras medo, espanto, curiosidade, pegar, defesa, fome, guerra e outras que nem imaginamos.

Em 1836, visando afugentar os Xokleng o governo provincial criou a Companhia de Pedestres e, posteriormente, tentou a catequese cristã que foi levada a cabo por padres capuchinhos. As duas ações não tiveram sucesso.

Na década de 1870, a administração da colônia Blumenau juntamente com o governo provincial, organizou o grupo dos Batedores do Mato para perseguir os indígenas que cruzassem pelos lotes dos colonos. No final do século XIX, os bugreiros passaram a atuar na região contratados por colonos e pela Sociedade Colonizadora Hanseática para proteger os agrimensores e os operários da estrada de ferro. Os bugreiros, conhecidos como caçadores de índios, nas suas “batidas” pelo mato, muitas vezes matavam os homens e as mulheres Xokleng adultas e capturavam jovens e crianças que eram levados para as sedes dos distritos ou para a cidade de Blumenau. As ações dos bugreiros, desaprovadas por muitos dos habitantes do referido município, do Estado e até internacionalmente, conjugadas com a perda do território, tornavam as relações entre os Xokleng e os “*cocolés*” cada vez mais tensas nos primeiros anos do século XX.

Mai-Tschúhsima, mulher Xokleng, juntamente com outras jovens e crianças, foi sequestrada pelos bugreiros e transferida para a localidade de Blumenau em 1906. Segundo Hugo Gensch, “*elas permaneceram em silêncio absoluto, até a sua fuga*.”¹³ Mai-Tschúhsima, apesar das coisas que vira no “grande acampamento” dos *cocolés*, talvez olhasse com grande assombro para o trem que partiu pela primeira vez, em maio de 1909, de Blumenau para Warnow. Era de Blumenau também que partiam as discussões que poderiam alterar o seu destino e dos seus “irmãos”.¹⁴

2. Blumenau no início do século XX: “o progresso mora aqui”.

O município de Blumenau, no início do século XX abrangia uma área de aproximadamente 10.000 Km², sendo que apenas 4.000 Km² eram ocupados

pelos colonos¹⁵. O censo de 1907, informa que em torno de 60.000 pessoas viviam nas terras do município. Na nossa análise focalizaremos as relações entre os colonos e os indígenas a partir das inovações sociais e culturais que iam se instituindo e do que os blumenauenses almejavam para o município: o progresso.

De acordo com Siebert, a partir da década de oitenta do século XIX, “o desenvolvimento industrial de Blumenau aumentou o grau de urbanização e de divisão do trabalho entre o meio urbano e o rural, tornando mais complexas as interações econômicas.”¹⁶ Para a autora, a malharia Hering e as tecelagens Garcia, Karsten e Jensen, assim como a frente de colonização para o Oeste capitaneada pela Sociedade Colonizadora Hanseática, contribuíram de maneira significativa para que o espaço da localidade lentamente se configurasse como urbano.

A historiografia acerca das colônias alemãs mostra que os imigrantes e seus descendentes procuravam erigir em uma região próxima aos lotes as três instituições que buscavam (re)produzir a sua identidade étnica, ou seja, a igreja, a escola e a sociedade recreativa. Quase sempre, neste mesmo local, existia a venda onde eram realizadas as transações comerciais. Entre os italianos tínhamos a igreja e a venda. Blumenau, da mesma forma que as outras comunidades consideradas rurais, possuía os referidos estabelecimentos. Os escritos sobre a constituição do urbano fazem menção sobre o fato da cidade abrigar profissionais que desempenham os chamados serviços terciários. Neste período, observamos que a sede do município passava a oferecer aos seus habitantes serviços “especializados” inexistentes ou pouco freqüentes nos outros distritos, tais como serviços médicos, farmacêuticos, jurídicos, de agrimensura etc.

Os historiadores afirmam que, nas propriedades rurais, a unidade doméstica dos colonos confundia-se com a unidade de produção artesanal. As pessoas moíam os grãos para fazer a farinha, costuravam as suas roupas, faziam pães, bolos e bolachas, produziam o melado, a manteiga, a geléia, etc. Os reclames, publicados nos jornais, nos mostram que na localidade de Blumenau existiam estabelecimentos que ofereciam produtos artesanais que antes eram elaborados nos “lares”, especialmente, pelas mulheres. Estas mulheres, que já não tinham mais tempo para realizar as atividades artesanais, possivelmente, estavam nas fábricas costurando ou trabalhando nos teares. O anúncio da padaria de Schossland & Schmidt, nos informa sobre a oferta destes produtos artesanais, agora transformados em mercadorias, como também nos alerta para

a necessidade de que eles fossem produzidos pontualmente, pois as mulheres e os homens tinham horários que cada vez mais eram controlados pelo relógio:

Atenção !

Temos a honra de participar ao público da Cidade

E do Município de Blumenau

Que acabamos de comprar a

Padaria do Snr. J.G. Schmidt,

A qual continuamos sob a firma:

Schossland & Schmidt

Achando-se a padaria e a venda na casa do Sr. Koth,

Bem perto da Igreja Cathólica.

Poremos todo desvelo e atenção para adquirir e conservar a

confiança dos nossos freguezes,

não somente por excellentes

productos, como também por serviço pontual.

*Schossland & Schmidt.*¹⁷

No mesmo ano em que começou-se a ouvir o apito do trem na “urwald”, a energia elétrica chegou à cidade de Blumenau, através da usina de Gaspar Alto. Posteriormente, em 1915, a empresa de Força e Luz de Santa Catarina S.A., passou a fornecer energia elétrica para parte das localidades do Vale do Itajaí. Apresentamos um informe da “Empreza de Electricidade”, avisando aos habitantes de Blumenau sobre os perigos existentes em relação à transmissão da corrente elétrica. Era preciso trazer informações sobre estas novas tecnologias, para que as mesmas fossem aceitas pela população em geral:

“Empreza de Electricidade em Blumenau

*Previne-se mais uma vez aos moradores desta cidade, a todos os que morarem onde passa a linha desta empreza e finalmente ao publico em geral que os fio desta linha estão sempre carregados com corrente electrica de alta tensão e que a comunicação com estes fios mesmo indirectamente -- por meio de chicotes, varas etc., pode produzir morte imediata (...)*¹⁸



Usina Salto - Rio Itajaí-Açu

Siebert afirma, que a presença da energia elétrica foi fundamental para a configuração do espaço urbano no período, pois a eletricidade possibilitava que as indústrias fossem instaladas em regiões mais afastadas do leito do rio Itajaí e dos ribeirões, onde não estavam sujeitas às enchentes. De acordo com a autora *“as indústrias foram surgindo, assim, dispersas na malha urbana que se formava, e gerando urbanização ao redor de si.”*¹⁹ Mas a energia elétrica produzia também modificações em outros setores. As principais ruas da localidade passaram a ser iluminadas. E no âmbito do doméstico, *“famílias moradoras da sede do município puderam instalar bombas elétricas em seus poços, para realizar a sucção da água, o que veio dispensar o uso da força física.”*²⁰ Em função da eletricidade, práticas como buscar água no poço ou no rio deixavam de ser realizadas e outras, como estender os passeios e leituras até mais tarde, começaram a acontecer.

Compreendemos que as “inovações” enunciadas anteriormente eram desejadas pelas pessoas que na cidade possuíam maior capital econômico ou cultural, tais como Gustavo Salinger, Bruno e Curt Hering, Henrique Probst,

Eugen Fouquet, Alwin Schrader, José Bonifácio da Cunha e outros. Estes homens, como funcionários públicos, empresários e formadores de opinião, buscavam, através de projetos e discursos muitas vezes diferenciados, instituí-las. Os “neudeutschen” e os italianos, que estavam chegando naquele momento ao Vale do Itajaí, deviam tê-las experimentado na Europa e, quem sabe, tinham restrições em relação às mesmas. Os descendentes dos primeiros imigrantes, possivelmente, percebiam estas mudanças com certa inquietação e assombro, pois como afirma Sennett: “(...) *la cultura de las ciudades era cuestión de experimentar las diferencias; diferencias de clase, de edad, de raza y de gusto, más allá del territorio familiar de cada cual, en plena calle*”.²¹ Todavia, observamos na leitura dos jornais do período que havia um empreendimento -- a Estrada de Ferro Santa Catharina -- que os blumenauenses, pertencentes aos diferentes grupos sociais, almejavam de forma aparentemente consensual.

O transporte de cargas e pessoas entre Blumenau e o norte do estado (Joinville e São Francisco do Sul), o Alto Vale (distritos de Encruzilhada, Hansa-Hammonia e Bella Aliança) e a região do Planalto (cidade de Lages) era feito através de carroças ou carros de molas, que transitavam em “picadas” e caminhos. Para se chegar ou sair da cidade de Blumenau, em direção ao porto de Itajaí, as pessoas e as mercadorias poderiam utilizar os vapores denominados Progreso, Jan, Catarina e Richard Paul ou, então, as carroças e os carros de mola e, posteriormente, os automóveis, que tinham que trafegar pela “picada” existente em uma das margens do rio Itajaí.

Segundo o redator do *Der Urwaldsbote*, a Estrada de Ferro Santa Catharina sanava os problemas relacionados aos meios de transporte em grande parte do Vale do Itajaí. A seguir a sua opinião sobre a questão:

*“A estrada de ferro Santa Catarina é uma obra cultural de maior importancia para toda a bacia do Itajahy e seus afluentes, e a inauguração deste instrumento moderno de comunicação inicia uma nova época de desenvolvimento econômico de Blumenau. Passaram os tempos de carretagem philosophica e muitas vezes bem penosa na nossa estrada geral, ao longo da qual agora o monstro de aço corre em fervido galope. O commercio e o transito em breve apresentarão outro aspecto; agir-se-ha o espírito emprehendedor, e ao lado da agricultura e criação de gado, durante muitos annos os principaes mananciaes de nossa fortuna, florescerão o commercio e a indústria, que até hoje apenas viviam modesta.”*²²

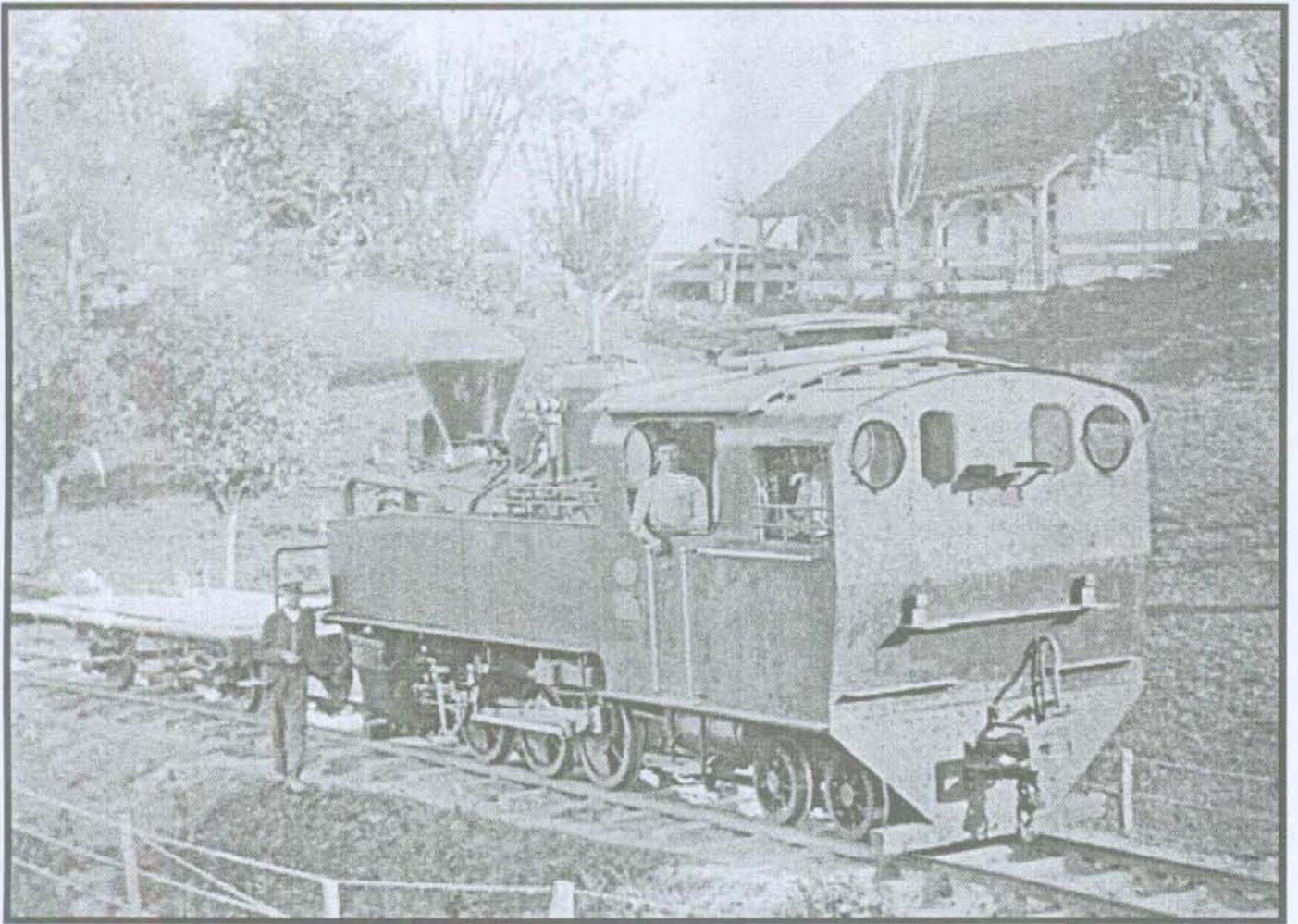


Foto de um trem na ferrovia

Mas as palavras de Eugen Fouquet sugerem outras leituras para a via férrea. Através dos trilhos do trem, o moderno chegava para os homens e as mulheres da região, instaurando uma nova era. Para o jornalista, a idéia do moderno era construída em oposição ao arcaico ou ao rural. Segundo ele, o moderno significava velocidade. No rural “as coisas do mundo” — o trânsito, o comércio, a indústria, o espírito empreendedor — possuíam um ritmo considerado lento. A noção de velocidade, associada às transformações do espaço físico e das relações sociais e culturais, era fundamental para a execução de “grandiosos” empreendimentos.²³ De acordo com Frotscher, *“A Estrada de Ferro Santa Catarina foi a porta de entrada da modernidade no Vale do Itajaí. A chegada do trem foi saudada como uma ruptura com o passado, fazendo nascer a consciência da modernidade. A representação do espaço entre as localidades do Vale do Itajaí provavelmente mudou.”*²⁴

Este movimento “veloz” de alteração dos planos material, social e cultural visando a construção do que Berman chamou de “grandes projetos de desenvolvimento” era conhecido e celebrado na época como o progresso. Encontramos nos jornais do período vários artigos que relacionavam a via férrea à idéia de progresso. Abaixo fragmentos de um destes artigos :

“As estradas de ferro do Brazil

O desenvolvimento animador da rede de vias ferreas do Brazil pode-se considerar como boa prova do progresso do paiz, pois documenta que o progresso se move no caminho da razão. O genio progressista que de tempos para cá se manifesta nos grupos de maior influencia do paiz, deixa esperar que nunca haja estagnação nesse tão importante dominio cultural, que o Brazil corajosamente siga o rumo uma vez tomado já de ha annos com grande consequencia. Franqueou-se, em 1854, ao publico a primeira estrada de ferro brasileira. Aqui, para que se possam assentar as dormentes, é necessário um trabalho custoso, a saber: derrubar o matto, construir pontes, cavoucar pedras, desaguar planícies, e tudo isso acompanhado da luta contra animais perigosos e, contra os primitivos senhores da terra, os índios que recuam diante da cultura. (...) A construção das estradas Madeira-Mamoré e São Paulo-Rio Grande provou que as empresas brasileiras têm a coragem necessaria para penetrar os invios sertões, fazendo apitar a machina em regiões incognitas do interior, despertando as gerações que dormem na escuridão do mato, franqueando-lhes o caminho da luz e do progresso.”²⁵

Entendemos que uma parcela significativa dos habitantes da cidade e do município de Blumenau almejavam o progresso. Eles haviam inclusive, através dos impostos municipais provenientes dos seus labores, financiado, conjuntamente com os capitalistas alemães, a construção da Estrada de Ferro Santa Catharina. As considerações do jornalista indicam que “a luta contra os índios que recuam diante da cultura” era parte constitutiva deste movimento intitulado de progresso. Encontrar uma solução para um dos obstáculos, talvez o mais complexo de todos, que impedia uma maior “velocidade” em direção aos grandes empreendimentos que já estavam acontecendo, tais como a Colônia Hansa-Hamonnia, ou outros que poderiam vir a se efetivar, fazia parte deste processo. Os discursos que partiam de Blumenau, no início do século XX, para resolver o

que José Deeke denominou de “a questão indígena” propunham que os Xokleng deixassem de apenas habitar nas terras do município para que a cidade -- entendida simbolicamente como o progresso -- “habitasse” neles ou sobre eles.

3. Discursos e soluções para o problema dos Xokleng em Blumenau no início do século XX: polifonias.



Leitor de Der Urwaldsbote

Os alemães e os italianos e seus descendentes no início do XX, no dia-dia, chamavam os indígenas do Vale do Itajaí de bugres. Nas fontes escritas pesquisadas - artigos de jornais, um trabalho monográfico e obra de cunho histórico - os autores utilizam com muita frequência os substantivos bugres e selvagens e, eventualmente, botocudos e coroados, quando referiam-se aos Xokleng. Para Alves esta escolha na ordem das representações tinha uma finalidade. Eis as palavras da autora:

“Se no período a categorização dos grupos ainda estava limitada pelo desenvolvimento da Antropologia, com estudos sobre a diversidade de culturas, o uso freqüente de termos que generalizavam os grupos, não parecem indicar seu uso somente por desconhecimento, embora os jornais usassem constantemente o termo “bugre” como título de artigos, mas por uma escolha indicativa de que, mesmo sendo Botocudo ou Coroados, eles sempre podiam ser identificados como bugres, numa representação de ordem inferior.”²⁶

Como afirma a autora, o substantivo bugre denota inferioridade. A mesma representação desqualificadora está presente na palavra selvagem. Contudo, se observamos com atenção os discursos presentes na referida documentação perceberemos que esta inferioridade ou desqualificação é construída a partir de visões diferenciadas acerca do indígena. Entendemos que as diferentes soluções preconizadas para o “problema dos Xokleng” em Blumenau, entre 1900 e 1914, estão associadas, em parte, a estas visões.

No período em estudo dois grupos, ambos republicanos, disputavam o poder político no município de Blumenau. Em 1902, o grupo chefiado por Bonifácio Cunha e apoiado pelo Blumenauer Zeitung perdeu as eleições para o cargo de superintendente para o grupo liderado por Pedro Christiano Feddersen, apoiado pela “Associação Popular” e pelo jornal Der Urwaldsbote. Este grupo conseguiu eleger Alvin Schrader para o cargo de superintendente nos pleitos de 1902, 1906 e 1910. Compreendemos que os dois grupos divergiam em relação à implementação dos projetos de modernização no município e em questões de ordem administrativa e fiscal. Neste embate político, as possíveis soluções para o chamado “problema dos bugres” geravam grande polêmica e eram discutidas nos dois periódicos mencionados, como também em outros jornais tais como o Novidades, pertencente à família Konder e editado em Itajaí.

Eugen Fouquet, como já afirmamos anteriormente, era o redator-chefe do jornal Der Urwaldsbote que circulava em Blumenau deste 1898. O jornalista era uma espécie de porta-voz do grupo situacionista. Ele fora eleito vereador e nas três gestões de Alvim Schrader atuou como primeiro secretário da Câmara Municipal. Ele era também o idealizador da chamada “Associação Popular”²⁷. O Der Urwaldsbote com uma certa freqüência veiculava artigos envolvendo os Xokleng. Abaixo, trecho de um destes artigos:

“A notícia do assalto de bugres, em que foram vitimadas 13 pessoas,

confirmou-se completamente. (...) O que resta é somente a defeza propria, diante de que - esperamos - não recuarão os energicos moradores dos campos, indifferentes com as vozerias insensatas de uns hystericos apóstolos da humanidade. Reclama vingança o sangue das indefesas mulheres e crianças, e si por cada uma das victimas dez cães vermelhos tivessem de deixar a vida, ainda não seria satisfactória a desforra.”²⁸

Observamos que em grande parte dos artigos veiculados no *Der Urwaldsbote* os Xokleng eram descritos sob a lógica do “mau selvagem e do bom civilizado”. Neste ideário, formulado por pensadores europeus durante o século XVII e XVIII e parte do XIX, os povos indígenas da América pertenceriam ao estado de Natureza e estariam fora do movimento da História. Os Xokleng seriam então os selvagens. Nesta ótica ser selvagem significava ser uma criatura inferior, embrutecida, que vivia sob o signo da degenerescência física e moral, assemelhando-se a um animal. Hegel, na obra “Introdução à Filosofia da História”, desenvolve uma reflexão sobre esta forma de olhar tais populações. Suas idéias, assim como a de outros pensadores como Cornelius de Pauw, deviam circular nas Universidades existentes na Prússia e nos outros Principados Alemães. Eugen Fouquet estudou na Universidade de Tübingen e na de Berlim. Não sabemos se o autor teve contato direto com tais obras, mas nos seus escritos sobre os Xokleng a visão do “mau selvagem” estava constantemente presente. Para o jornalista e o seu grupo, os indígenas eram os “cães vermelhos”, os “inhumanos”, “possuíam instintos selvagens”, “os primitivos senhores da terra, os índios que recuam diante da cultura”, “uma praga”, etc .

Por outro lado, os imigrantes alemães e seus descendentes eram considerados homens e mulheres civilizadas. Para ser civilizado era necessário dominar todo um conjunto de práticas e valores originários das cortes européias, em especial a francesa, que foram incorporados pela burguesia comercial e industrial européia, e, a partir do século XVIII, passaram a ser difundidos para grande parte da população do Ocidente. Segundo Norbert Elias:

“O conceito de civilização expressa a consciência que o Ocidente tem de si mesmo. Poderíamos até dizer: a consciência nacional. Ele resume tudo em que a sociedade ocidental dos últimos dois ou três séculos se julga superior a sociedades mais antigas ou sociedades contemporâneas “mais primitivas”. Com essa palavra, a sociedade ocidental procura descrever o que lhe constitui o cará-

ter especial e aquilo de que se orgulha: o nível de sua tecnologia, a natureza de suas maneiras, o desenvolvimento de sua cultura científica ou visão de mundo, e muito mais."²⁹

Elias nos informa que entre os alemães o ideário da Civilização convivia com o ideário da *Kultur*. Na origem deste conceito, no século XVIII, ele designava a auto-imagem do estrato intelectual da classe média. Os nobres, que exerciam o poder político nas regiões que no século XIX formariam o estado alemão, não possibilitavam que a camada média tivesse acesso à vida cortesã-aristocrática cujo modelo era importado da corte francesa e identificado a noção de *Zivilisation*. Esta classe média, que ascendia socialmente, através da Literatura e de obras de cunho filosófico, gesta um conjunto de discursos que descrevem o que é ser alemão nos planos artístico, intelectual e religioso. A "comunidade imaginada" alemã, pensada pelos nacionalistas no século XIX, terá como um dos seus pilares o ideário da *Kultur*. Mas como afirma o referido autor:

*"Por mais diferente que seja a auto imagem dos alemães, que falam com orgulho de sua Kultur, e a de franceses e ingleses, que pensam com orgulho em sua "civilização", todos consideram axiomático que a sua é a maneira como o mundo dos homens, como um todo, quer ser visto e julgado."*³⁰

Sob este "olhar" os Xokleng pertenciam ao estado de Natureza não havendo então a possibilidade deles tornarem-se civilizados, pois nesta visão Cultura era sinônimo de Civilização. De acordo com Fouquet, "o melhor presente para os bugres" era o Martin, ou seja, os bugreiros e as suas armas. Para que a cidade, entendida como o progresso, seguisse o seu curso era necessário que os "animais" que obstruíam tal processo fossem exterminados.

O redator-chefe do *Der Urwaldsbote*, no seu texto, faz menção aos "hystéricos apóstolos da humanidade" ou seja, ao Dr. Hugo Gensch e outros que compartilhavam das suas idéias e das suas práticas. Hugo Gensch, chamado de "bugervater", era "alemão novo", exercia a medicina, antes de instalar-se em Blumenau morara no Paraguai e lá apreendera o idioma guarani. Gensch no que se refere ao "problema dos Xokleng" atuava como o porta-voz do grupo oposicionista, difundindo suas idéias através dos jornais *Blumenauer-Zeitung* e *Novidades*. Eis as suas concepções sobre o problema:

"Fui a primeira pessoas que, nesta região, levantou, publicamente, a voz contra os assassinatos hediondos das campanhas de represália aos assaltos



Índia Korikrã

*dos índios. Falei, porém, aos surdos. A minha afirmação da possibilidade de transformar um selvagem, através do bom trato e ensinamento em pessoa culta, negaram-me com gargalhadas de ironia, assegurando que o índio foge do convívio do civilizado logo que encontre oportunidade e que, as melhores crianças indígenas, sabendo-se sem vigilância, vingam-se nos pais de criação, como desforra a tudo que tenha acontecido a sua tribo, da parte dos brancos.*³¹

Para o “burgervater” os Xokleng também eram os selvagens, contudo no discurso do médico esta palavra possuía uma conotação diferenciada da proposta por Eugen Fouquet. Verificamos que os referenciais teóricos do Evolucionismo estão presentes nos escritos de

Gensch. Os pensadores europeus e norte-americanos evolucionistas tais como Bachofen, Morgan, MacLennan e outros publicam as suas obras na década de sessenta do século XIX. De acordo com estes autores, as diversas regiões do globo eram habitadas pela espécie humana que, no entanto, desenvolvia-se nos planos tecnológicos, políticos, econômicos, sociais e culturais, em ritmos desiguais. As populações passariam pelos mesmos estágios culturais cujo final é o da Civilização. Os Xokleng, como já afirmamos, eram caçadores e coletores. Na percepção dos evolucionistas eles estariam no estágio da selvageria. Para Gensch através das adoções, isto é, dos processos de socialização que se operariam no interior da família nuclear burguesa, era possível transformar uma pessoa que vivia no estágio da selvageria em uma pessoa civilizada.

Ulteriormente mencionamos que os bugreiros traziam para a cidade de Blumenau crianças e mulheres Xokleng. O médico propunha que as famílias da localidade adotassem estas pessoas. Os seus adversários afirmavam, como ele explicita no seu texto, que isto era inviável, pois os indígenas iriam fugir ou matar os civilizados. A família Gensch, a família Flesch, a família Zimmermann – cujo chefe foi superintendente de Blumenau entre 1915 e 1923 – e outras,

adotaram crianças Xokleng. A filha dos Gensch, Korikrã, passou a ser conhecida como Maria Gensch. Nesta ótica, os indígenas ao civilizarem-se não atrapalhariam o percurso do progresso.

Concomitante a estes dois discursos que partiam dos blumenauenses – o do “mau selvagem” e o evolucionista – que engendravam respectivamente as práticas do etnocídio e das adoções, verificamos um outro processo. José Deeke, o grande memorialista de Blumenau do início do século XX, administrou por 20 anos a colônia Hansa-Hammonia. Deeke, no seu cotidiano, enfrentava o que chamava de “a questão indígena”. Cada vez que os Xokleng percorriam o seu território, situado nas terras da Hansa-Hammonia ou próximo à Estrada de Ferro Santa Catharina, significava que imigrantes ou descendentes destes não viriam para a nova colônia, que colheitas seriam perdidas ou então que passageiros deixariam de utilizar o trem. Para Deeke, o governo havia vendido terras que eram “domínio territorial original dos sílvcolas”³², sendo assim, era o Estado ou a União que deveriam resolver o “problema dos bugres” e não os blumenauenses.

Em 1910 o governo republicano, em função de denúncias feitas na Europa sobre o extermínio dos indígenas brasileiros, criou o Serviço de Proteção ao Índio, o SPI. Segundo Gomes:

“O SPI foi produto do positivismo e do liberalismo, embora motivado pela emoção nacional. (...) Via o índio como um ser digno de conviver na comunidade nacional, embora inferior culturalmente. Era dever do estado dar-lhe condições de evoluir lentamente a um estágio superior, para daí se integrar à nação. Para tanto deveria demarcar suas terras, protegê-la de invasores e usurpadores em potencial, defender os índios da esperteza dos brasileiros, especialmente dos comerciantes e mascates que os exploravam, ensinar-lhes técnicas de cultivo e administração de seus bens, e socorrê-los em suas doenças. Os índios autônomos, chamados de arredios, seriam “pacificados”, caso fossem bravios, à custa, se necessário, do próprio sacrifício dos servidores do órgão, que nunca deveriam usar da força ou de armas. Os mais integrados já poderiam aprender ofícios mecânicos e ser educados formalmente. Não seria necessário o ensino religioso para tanto.”³³

Pacificadores, funcionários do SPI ou apenas homens que diziam ser especialistas na questão indígena, dirigiram-se para o Vale do Itajaí visando

“amansar” os Xokleng. Eles não obtiveram sucesso. O método utilizado pelo SPI para pacificar os índios era chamado de catequese. Este método consistia em criar os postos de atração dos índios nos seus territórios. Nas terras da Hansa-Hammonia junto ao rio Plate foi criado um posto de atração. Após o processo de “atração”, os indígenas deveriam ficar estacionados próximos a estes postos para que através da ação dos catequistas, isto é, dos funcionários do SPI, pudessem, lentamente, serem civilizados. Na ótica positivista, ao se civilizarem os indígenas tornariam-se cidadãos úteis para a sociedade brasileira.

Os jornais *Der Urwaldsbote*, *Blumenaer Zeitung* e *Novidades* noticiavam sobre a vinda destes pacificadores de forma diferenciada. O periódico situacionista descrevia as tentativas infrutíferas de catequese dos Xokleng de forma sarcástica. Para Fouquet tudo não passava de uma comédia, sendo que os bugreiros deveriam continuar executando as suas “batidas”. Já os outros dois jornais tentavam explicar porque estas ações não obtinham resultados positivos. Neste interim, Hugo Gensch, através da convivência com a sua filha adotiva Korikrã, decodifica o idioma Xokleng e o ensina a Eduardo Hoerhann, funcionário do SPI. Em 1914, os Xokleng aproximam-se do posto do rio Plate. Eduardo consegue comunicar-se com eles. A “pacificação” começava, assim como descobria-se que os Botocudos do Vale do Itajaí não eram os Kaingang, mas sim pertenciam a uma outra etnia denominada de Xokleng.

Nas terras da colônia Hansa-Hammonia, sob os auspícios de Deeke e do Serviço de Proteção ao Índio, foi criada a reserva indígena de Duque de Caxias em 1926. Os Xokleng do Vale do Itajaí foram transferidos para lá. Excluía-se o diferente para que o progresso seguisse o seu curso.

Utilizamos como epígrafe deste artigo o refrão do hino oficial da cidade de Blumenau, aprovado por lei municipal em 2000, quando da comemoração dos 150 anos de nascimento da colônia. Encontramos o hino impresso em sacos de papéis para embalar pães³⁴. No refrão dois versos chamaram nossa atenção: “O progresso mora aqui” e “Blumenau, nunca vou te esquecer”. Mesmo passados quase 100 anos, o discurso associando a cidade ao progresso continua sendo veiculado para a população. Esperamos que na atualidade este progresso tão almejado pelos blumenausenses aconteça sem a exclusão do “outro”. Por fim, os cocolés, possivelmente, permanecem na memória dos Xokleng.

Referências

ALVES, Rosilene M. **Se mostram de novo os bugres. Abordagens da imprensa catarinense sobre o indígena.** Florianópolis, 2000. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal de Santa Catarina.

BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar. A aventura da modernidade.** São Paulo. Companhia das Letras, 1989.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador: uma história dos costumes.** Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed., 1994.

FALCÃO, Luis Felipe. **Entre ontem e amanhã: diferença cultural, tensões sociais e separatismo em Santa Catarina no século XX.** Itajaí, Editora da UNIVALI, 2000.

FROTSCHER, Méri. **Olhares sobre o saneamento em Blumenau. Uma perspectiva histórica.** Blumenau: Nova Letra, 2000.

FROTSCHER, Méri. Encantos e Desencantos: novos meios de transporte no início do século em Blumenau. **Blumenau em Cadernos**. Tomo XL. n. 7. Julho, 1999.

GOMES, Mércio Pereira. **Os Índios e o Brasil. Ensaio sobre um holocausto e sobre uma nova possibilidade de convivência.** Petrópolis: Vozes, 1991, p. 85.

KILIAN, Frederico. Figuras do Passado. Eugen Fouquet, o jornalista batalhador e político. **Revista Blumenau em Cadernos.** Blumenau: 19 (9), set., 1978.

LAVINA, Rodrigo. **Os Xokleng de Santa Catarina. Uma Etnohistória e sugestões para os arqueólogos.** São Leopoldo: UNISINOS, 1994.

SANTOS, Silvio Coelho dos. **Índios e brancos no Sul do Brasil. A dramática experiência Xokleng.** Florianópolis: Lunardelli, 1973.

SENNETT, Richard. **La Conciencia del Ojo.** Madrid: Versal, 1999, p. 157.

SIEBERT, Cláudia. A evolução urbana de Blumenau: a cidade se forma (1850-1938). In: THEIS, Ivo et alli. **Nosso passado (in) comum: contribuições para o debate sobre a**

história e a historiografia em Blumenau. Blumenau: Ed. da FURB, 2000.

PESAVENTO, Sandra J. Lugares malditos: a cidade do “outro” no Sul brasileiro (Porto Alegre, passagem do século XIX ao XX). In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, V. 19, n. 37.

Notas de Fim

3 Os Xokleng, no final do século XIX, estavam divididos em três grupos. Os que habitavam as terras do Vale do Itajaí e outros dois que viviam nas cabeceiras do Rio Negro, fronteira de Santa Catarina e Paraná, e, no sul do Estado, nos vales do rio Tubarão e Capivari.

4 Os conceitos enunciados dizem respeito ao número de mulheres e homens presentes nas relações conjugais. Na monogamia temos um homem e uma mulher; na poliandria temos uma mulher e dois ou mais homens; na poligamia temos um homem e duas ou mais mulheres e no casamento conjunto temos casais monogâmicos que compartilham, no que tange a sexualidade heterossexual, os seus pares.

5 SANTOS, Silvio Coelho dos. Índios e brancos no Sul do Brasil. A dramática experiência Xokleng. Florianópolis: Lunardelli, 1973, p. 223.

6 Idem, p. 223.

7 DEEKE, José. Aventuras de Jeremias. Calendario Blumenauense. Blumenau: 1934, p. 93.

8 LAVINA, Rodrigo. Os Xokleng de Santa Catarina. Uma Etnohistória e sugestões para os arqueólogos. São Leopoldo: UNISINOS, 1994. p. 67.

9 DEEKE, J. , 1934, p. 93.

10 Segundo Deeke, no referido conto, os Xokleng chamavam de “cocolés” as pessoas que não pertenciam ao seu grupo social e que não eram amigas.

11 SANTOS, S, 1973, p. 103.

12 DEEKE, José. O município de Blumenau e a história de seu desenvolvimento. Blumenau: Nova Letra, 1995, p. 254. O autor não nos informa em que fonte oral ou escrita ou relato etnográfico ele obteve tal informação acerca da visão que os Xokleng possuíam do “outro”.

13 GENSCH, Hugo. A educação de uma menina indígena. Trabalho apresentado no XVI Congresso de Americanistas Internacionais. Viena: 1908, p. 8.

14 Segundo DEEKE, J. 1934, os Xokleng referiam-se as pessoas que compunha o seu grupo social através de uma expressão que poderia ser traduzida por irmão.

15 DEEKE, J. 1995. p. 21.

16 SIEBERT, Cláudia. A evolução urbana de Blumenau: a cidade se forma (1850-1938). In: THEIS, Ivo et alli. Nosso passado (in) comum: contribuições para o debate sobre a história e a historiografia em Blumenau. Blumenau: Ed. da FURB, 2000. p. 200.

17 Jornal Der Urwaldsbote. Blumenau, 17.10.1909. AHJFS.

18 Jornal Der Urwaldsbote. Blumenau, 03.09.1911. AHJFS.

19 SIEBERT, C. 2000, p. 2000.

20 FROTSCHER, Méri. Olhares sobre o saneamento em Blumenau. Uma perspectiva histórica. Blumenau: Nova Letra, 2000, p. 15.

21 SENNETT, Richard. La Conciencia del Ojo. Madrid: Versal, 1999, p. 157.

22 Jornal Der Urwaldsbote. Blumenau, 3.10.1909. AHJFS.

23 Sobre a noção de velocidade e a modernidade vide: BERMAN, Marshall. Tudo que é sólido desmancha no ar. A aventura da modernidade. São Paulo. Companhia das Letras, 1989, em especial os capítulos I e II.

24 FROTSCHER, Méri, Encantos e Desencantos: novos meios de transporte no início do século em Blumenau. Blumenau em Cadernos. Tomo XL. n. 7. Julho, 1999, p. 53.

25 Jornal Der Urwaldsbote. Blumenau. 25.09.1910. AHJFS. Grifos nossos.

26 ALVES, Rosilene M. Se mostram de novo os bugres. Abordagens da imprensa catarinense sobre o indígena. Florianópolis, 2000. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal de Santa Catarina. p. 10.

27 “Associação Popular” também chamada de Volksverein foi idealizada por Eugen Fouquet. Esta associação buscava “congregar a população colonial e uní-la sob orientação sadia, em defesa de seus direitos civis políticos e econômicos, incentivando-a a tomar parte ativa na política...” Segundo Fouquet, as tradições germânicas deveriam ser conservadas no âmbito do doméstico e, no âmbito do público e do político, os imigrantes deveriam tornar-se cidadãos brasileiros. In: KILIAN, Frederico. Figuras do Passado. Eugen Fouquet, o jornalista batalhador e político. Revista Blumenau em Cadernos. Blumenau: 19 (9), set., 1978, p. 247, 48. Vide também FALCÃO, Luis Felipe. Entre ontem e amanhã: diferença cultural, tensões sociais e separatismo em Santa Catarina no século XX. Itajaí, Editora da UNIVALI, 2000.

28 Jornal Der Urwaldsbote. Blumenau. 02.01.1910. AHJFS.

29 ELIAS, Norbert. O processo civilizador: uma história dos costumes. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed., 1994, p. 23.

30 Idem, p. 26.

31 GENSCH, H. 1908, p. 14.

32 DEEKE, J. 1995, p. 240.

33 GOMES, Mércio Pereira. Os Índios e o Brasil. Ensaio sobre um holocausto e sobre uma nova possibilidade de convivência. Petrópolis: Vozes, 1991, p. 85.

34 O projeto Pão e Poesia é patrocinado pela Fundação Cultural de Blumenau, Ministério da Cultura e Núcleo de Ramificadores da Associação Comercial e Industrial de Blumenau (ACIB). O Hino oficial da cidade de Blumenau, cuja letra é de autoria de Márcio Volkmann e música de Edson Luís da Silva, foi instituído pela lei nº 5.514 de 22 de agosto de 2000.

Meus tempos de Colégio - V O Contador

TEXTO:
ARMANDO LUIZ
MEDEIROS*

Foram 53 formandos, a maior turma já graduada na Escola Técnica de Comércio Santo Antônio, no curso popularmente chamado de “Contador” (mais própria seria talvez a denominação de “Curso de Contador”, mas como controlar os usos e costumes?). O Paraninfo foi o Professor João José Klein, da Matemática. O Prefeito Busch foi representado por um assessor. A sessão de colação de grau, presidida por Frei Ernesto Emmendoerfer, foi na noite de 14 de dezembro, no Teatro Carlos Gomes. Eu fui o orador da turma, com um pomposo e pretensioso discurso no qual até Ruy Barbosa era citado ... Como prêmio especial, recebi uma peça de mármore com inscrição em relevo, oferta da UBE (a União Blumenauense de Estudantes), que ainda hoje decora meu escritório.

Os diplomas, em grosso e colorido pergaminho, foram um-a-um impressos pessoalmente por Frei Odo Rossbach. A propósito, o meu está emoldurado de forma a permitir visualizar também o verso da peça. Selos, estampilhas, carimbos, reconhecimentos de firmas mostram o exagero de nossa burocracia. Primoroso é o recibo de um pagamento de Cr\$50,00 por alguma taxa federal; o recibo diz (*ad verbum*): “*Fica o Senhor Coletor debitado da quantia de Cinquenta Cruzeiros recebida do Senhor Armando ...*” e segue por aí afora ... Outra regulamentação exagerada fez com que os diplomas fossem datados do dia 15, quando a colação de grau deu-se efetivamente no dia 14, o que era vedado por lei ...

Depois da formatura, houve o tradicional baile, animado por uma orquestra de Joinville (seria ela *Blue*



* Colaborador da Revista Blumenau em Cadernos.

Moon ou *Blue Velvet*?), que se estendeu até alta madrugada.

Mudando os registros da memória para quando o curso havia começado, vamos a 1955. Eu fazia parte de um grupo que cursava o Curso Técnico de Contabilidade ao mesmo tempo em que fazia o segundo grau regular, o Curso Científico (os outros membros do tal grupo de quem me recordo - sem muita certeza - eram Antônio Cesário Pereira, Bernd Meyer, Waldyr Berndt, Carlos Funke, Fernando Sousa, Odelon Heckmann, Ivo Klug e Raul Valentim da Silva). Extraordinária novidade era a maciça presença feminina na classe. Desde o primário eu não havia estudado em classe com tal proporção de moças.

A grande barreira, que chegava a definir quem terminaria o curso, era constituída pela Matemática dos dois primeiros anos. Havia matérias que não ofereciam dificuldade especial, pois não passavam de uma simplificação de suas equivalentes no Científico, como o Português e Física, Química e Biologia (que eram constituídas por várias matérias reunidas em uma só cadeira), além da própria Matemática do primeiro ano. Outras eram para nós uma total novidade.



Contadorandos de 1957 preparados para o último desfile

Contabilidade Geral, que era o núcleo central do curso, era ensinada pelo Professor Rômulo Silva. “*Por que é debito? Por quê? Porque está antes do*

‘a!’” (Aquele mesmo ‘a’ de *Caixa a Mercadorias*). Depois de alguns meses de aulas teóricas, passamos a escriturar (à mão) grandes cadernos simulando livros contábeis, começando com a constituição de uma firma e chegando até um balanço do exercício.

O Professor Rômulo tinha o hábito de intercalar a expressão “não é?” (ou sua contração “né?”) infinitas vezes em suas exposições verbais da matéria. Não demorou nada para que a turma ficasse contando o número destas ocorrências, que muitas vezes se aproximavam de duzentas, durante uma mesma aula ... Mas todos acabaram aprendendo as técnicas de *guardar livros*.

Já mencionei as aulas de Matemática Financeira, administradas pelo professor Klein. Eram simplesmente brilhantes, embora às vezes também massacrantes (hoje em dia seria simplesmente impossível imaginar um plano de depreciação, com juros compostos, todo calculado a mão - e durante o tempo de uma prova! - numa época anterior às calculadoras eletrônicas - a única ferramenta disponível sendo uma tábua de logaritmos com sete decimais). O mesmo Klein lecionava também Elementos de Estatística e ainda Mecanografia, esta, com a matéria original inteligentemente substituída por uma introdução aos Títulos de Crédito; foi como aprendemos as características e as diferenças de e entre uma Nota Promissória, uma Letra de Câmbio, uma Fatura e uma Duplicata. A Mecanografia propriamente dita se limitava às provas parciais, quando cada aluno devia trazer uma máquina de escrever para datilografar um texto em um tempo máximo determinado. O treinamento para isto ficava por conta de cada um. Lembro-me que me recusei a estudar e praticar algo tão exclusivamente mecânico e fiz a primeira prova “batendo” com um só dedo! Na segunda, defendi-me com a matéria teórica, pois a velocidade exigida ultrapassava a capacidade de meu indicador direito ...

Frei Odorico Durieux lecionou o Português, e o professor Heriberto Müller o Inglês, com ênfase em correspondência comercial. Max Kreibich se encarregava de uma matéria intitulada Merceologia; sei que dizia respeito às mercadorias, mas confesso que já me esqueci do que tratava.

Frei Fulgêncio e Frei Odo dividiam a Física, Química e Biologia. Frei Odo tinha também a seus cuidados Elementos de Economia, de natureza conceitual e superficial, que nos introduziu as idéias de Adam Smith e Malthus.

No último ano tivemos aulas com Gil Rochadel, Secretário de Finanças da Prefeitura, que lecionava Contabilidade Pública, e Acrysio Moreira da Costa, professor de Contabilidade Bancária. Rômulo passou para a Contabili-

dade Industrial depois de completar a Contabilidade Geral.

Ozy Rodrigues nos dava Prática Jurídica, que no ano seguinte esteve a cargo de Heinz Schwarz, precocemente falecido.

Aliás, logo falecidos foram quase todos nossos professores; os únicos sobreviventes eram, até pouco tempo, João José Klein e Frei Odorico. Este último faleceu no final de 1997 com a avançada idade de 89 anos.

Quase me esqueci de mais uma matéria muito estudada e praticada na classe, a Batalha Naval. Era só a aula ser considerada monótona ou desinteressante que as esquadras levantavam ferros. Em poucos instantes começavam as cargas. “Água! Água! Porta-aviões! Água!”

A turma era excepcionalmente unida, apesar de suas origens, objetivos e idades diferentes. Havia aqueles (poucos) que pretendiam apenas seguir na arte da contabilidade; outros faziam o curso como único substitutivo de secundário disponível na Cidade em horário noturno, com o objetivo de cursar um terceiro grau de natureza tecnológica ou bio-médica; havia ainda aqueles (muitos) que buscavam uma qualificação para um terceiro grau em disciplinas correlatas, como Direito, Economia e Ciências Contábeis; outros, finalmente buscavam apenas ter um segundo grau completo.

Se bem me recordo, as aulas iniciavam-se às 18:40 h e terminavam às 21:55 h, com quatro períodos de 45 minutos cada, e três pequenos intervalos, um horário muito conveniente para escapadas até o Cine Blumenau depois das duas primeiras aulas ... Aliás, estas escapadas eram realmente poucas, geralmente limitadas às coincidências entre aulas pouco interessantes e filmes franceses *impróprios até 18 anos* ... Geralmente cumríamos os regulamentos e nos retirávamos apenas ao final do último período, lotando um “bonde”, maneira como chamávamos o pequeno grupo que escoltava Wanda e Yolanda Veiga até sua residência à Rua Amadeu da Luz (os outros tripulantes constantes eram Fernando Souza, e eu mesmo; mais esporádica era a participação de Aldo Locatelli).

Mas deixemos estas reminiscências do curso e voltemos à formatura. Onde estávamos? Ah, no baile! A valsa de formatura, dançada pelos alunos e seus padrinhos, foi acompanhada de música especialmente tocada pelo professor Rochadel, num intervalo da atuação da orquestra. O refrão adaptava-se ao momento e era muito sugestivo e premonitório: “*Que será, será! Aquilo que for, será! The future is not ours to see, what will be, will be!*”

1997 - Quarenta anos depois

Após a formatura, a turma se dispersou. Durante uns três anos, encontrei esporadicamente alguns poucos colegas que estavam então a estudar em Curitiba (Fernando, Bernd e Mauricy). Com três outros, mantive contato por mais algum tempo (Mosimann, Funke e Augenstein); os dois primeiros faleceram cedo; Günther e eu ainda nos mantemos em contato, embora à distância. Isto foi tudo, bem, pelo menos até a turma resolver celebrar os 40 anos de formatura.

Como organizar uma festa com uma turma que nunca mais se viu nem se reuniu por quase meio século? Os resultados dos esforços de um pequeno grupo de colegas foram assombrosos. Dos 53 formandos de 1957, nove já eram falecidos; dos 44 restantes, nada menos do que 33 compareceram à festa, levada a cabo a 6 de dezembro de 1997. Um excepcional índice de comparecimento de 75 por cento! (Perdoem-me tantas estatísticas!)

Os Professores teriam sentido orgulho de seus antigos pupilos, todos já chegando ao fim de suas carreiras, porém dando sinais de estar *bem* na vida e *de bem* com a vida.

Uma tocante cerimônia religiosa ecumênica foi celebrada na Matriz Católica pelo Pastor Protestante Luterano, acompanhado por Frei Pascoal, então Diretor do Colégio.

Em seguida, um almoço em uma sala do mesmo Teatro Carlos Gomes onde tinha ocorrido a formatura, quarenta anos antes. Todos conversavam como se houvessem se encontrado ainda no dia anterior. Foi como se a turma tivesse saído naquele mesmo instante da última aula ... Era impressionante sentir a profundidade com que aquele já longínquo “Contador” havia marcado cada um!

O colega Ruy Willecke leu para os demais uma sinopse jornalística comentando os principais acontecimentos de 1957, facilitando assim uma volta ao passado (pelo menos em pensamento) por todos os presentes. O colega Waldyr Berndt, teólogo e pastor, concedeu-nos uma bênção especial. Foi um dia cheio de emoções.

Outra noite bem dormida, e mais uma vez no ar a sensação de haver vivido um mesmo instante por duas vezes!

Termino desejando agradecer àqueles que organizaram o lindo acontecimento, principalmente Alice Pedrelli, Yolanda Veiga e Günter Augenstein.

**Alegrias
Ímpares**

TEXTO:
URDA ALICE
KLUEGER*



Costumo dizer que as mais puras e intensas alegrias da minha vida vieram do futebol. Tive inúmeras outras alegrias, é claro, mas nenhuma tão gratuita e intensa como as que o futebol me proporciona desde 1958, quando tinha seis anos de idade.

Em 1958 fomos campeões do mundo pela primeira vez, e podem me perguntar que sei ainda todinho o hino da Seleção daquele ano. A Copa de 58 foi o momento da revelação do futebol, para mim, e as imagens mais fortes daqueles dias de Copa são as do meu pai, de ouvido encostado no rádio, e explodindo em gritos de gol quando chegávamos a ele. Eu só tinha seis anos e ainda nada sabia de futebol, mas gritava junto com meu pai, e sentia nascer em mim a primeira emoção violenta da vida. Naquela época, ouvia-se o jogo pelo rádio, via-se as fotos dos gols uma semana depois, na revista "O Cruzeiro", e, se tivesse sorte, uns dois meses depois podia-se ver os gols no cinema, no jornal que era apresentado antes dos filmes.

Outra das imagens que ficou na Copa de 58 foi uma foto na revista, onde Pelé, menino de 16 anos, aparecia abraçado com duas suecas loiríssimas. Para a tacanha mentalidade européia que predominava em Santa Catarina, na época (e que continua aí, por baixo dos panos), aquilo era quase um atentado ao pudor. Duas loiras terem a coragem de abraçar um negro? O comentário mais sóbrio dizia que elas não tinham vergonha na cara. Estava fora de cogitação os adultos da época pensarem na probabilidade de, algum dia, seus filhos e netos se miscigenarem com a gloriosa e alegre raça negra, que tanto adoçou o Brasil. O fato é que, hoje, as miscigenações estão acontecendo lentamente, e deverão aumentar de intensidade no futuro, neste país mestiço. E o menino Pelé, na época mais ou menos perdoado por seus gols pela inde-

* Escritora e Membro da Academia Catarinense de Letras.

cência de abraçar duas loiras, hoje é rei e tem incontestável majestade, e um dos orgulhos da minha família, por exemplo, é ter as fotos da minha irmã Mariana, que é jornalista na África do Sul, entrevistando Pelé em Joannesburgo.

Mas falávamos em futebol, e atravessamos, ébrios de patriotismo, aqueles anos de 58 a 62.

Em 1962 eu já tinha dez anos e o futebol tinha me fígado de vez. De novo ouvi os jogos pelo rádio, a televisão não tinha chegado ainda. Naquela Copa, porém, minha alegria ficou um pouco acobertada pela surra que levei quando, num dos gols do Brasil, pulei tanto sobre o sofá novo pé-de-palito que a minha mãe acabara de ganhar, que quebrei o pé-de-palito do mesmo. Mas foi lindo ganhar, ah! Como foi!

E aí chegamos em 1970, em plena época da televisão, e nunca mais vamos ter uma Seleção como aquela! Por mais que curta História, a minha grande admiração pelo México não advém dos Maias e Astecas, mas do maravilhoso calor humano daquele povo que se colocou, decididamente, a torcer pelo Brasil, depois que o seu país foi eliminado da disputa! Maravilhosos mexicanos, vocês ficaram no meu coração! Na ocasião eu tinha 18 anos, mas formei um firme propósito: não morrer antes de ver o Brasil campeão de novo, tamanha foi a emoção que vivi.

Tive que esperar 24 anos para que tal acontecesse, tive que amargar todas as derrotas do intervalo, mas tinha a certeza de que não iria morrer antes de reviver a intensidade da alegria. Esperei 94 do mesmo jeito que esperara todas as outras copas: de camisa da Seleção, bandeiras na varanda, um monte de simpatias para dar sorte, e o coração pulsando na mão. Pode rir quem quiser, mas sou daquelas torcedoras que ouve o Hino Nacional de pé e em silêncio, na frente da televisão, e quase tem um enfarto a cada jogada. Em 94, gravei todos os jogos da nossa Seleção, e aquelas fitas são, hoje, a minha certeza de alegria e bom humor. Quando alguma coisa não vai bem, quando surgem os problemas e fica difícil sair do baixo-astral, eu revejo um dos jogos do *World Cup*. Não demora muitos minutos para que eu esteja rindo sozinha igual a uma boba, na frente da televisão, o coração aquecido pela mais pura e intensa alegria.

Minha meta foi atingida: vi o Brasil campeão mais uma vez. Só que agora não quero morrer sem ver o Brasil campeão de novo.

Ah! Futebol, quantas alegrias já me trouxe!

Blumenau, 3 de fevereiro de 1996.

Biografia

Relatos de minha vida

TEXTO:
GEROLD KONRAD
GEBLER

Os índios de vez em quando se manifestavam. De vez em quando fincavam cruzes de bambu em nossas picadas. Apesar disto, os mesmos já tinham sido contatados e eram mansos, de forma que não causavam maiores danos. O lugar no Alto Cedro era magnífico. Em parte era campo com algumas toiças de pinheiros. No inverno em especial, os chupins se assentavam no alto dos pinheiros e com seu canto, entoavam verdadeiros concertos.

Um dia, desenvolvíamos uma medição no Campo dos Castilhos. Lá havia muita caça, e as pegadas de antas eram tão freqüentes como se tivesse passado uma tropa de gado. Eu caí em um ribeirão, de nome Quebra Cabeça. Na queda meu rosto se abateu sobre bambu cortado, e finquei uma ponta de bambu no lábio inferior. Ele permaneceu um longo tempo lá dentro e somente após um ano pude retirá-lo. Até hoje não compreendo como ele não inflamou. Existe um tipo de palmeira com espinhos os quais têm aproximadamente 3 cm de comprimento.

Eu conheci muitos trabalhadores que se espantaram com tais espinhos, cuja ponta se quebra lá dentro, e que após alguns anos surgiram em outro lugar completamente diferente do corpo. Ele migrou dentro do corpo. Um dia, o cozinheiro esqueceu-se de me prevenir que nosso charque estava terminando. Mandei imediatamente um homem com um cargueiro para uma viagem de dois dias para trazer carne, adquirida em vendas locais. Instruí o cozinheiro para repartir o restante da carne, de forma a suprir os próximos 4 dias. O cozinheiro tinha um cachorro, que não servia para nada. No dia seguinte, acordei cedo, a tempo de ver o cachorro sumindo no mato com nossa carne na boca. Após uma hora, o animal, de barri-



ga estufada, estava de volta. Mandeí o cozinheiro apanhar água, e com a ajuda de um trabalhador empurrei 3 cápsulas de quinino na garganta do cachorro abaixo. Queria que a carne roubada lhe fosse indigesta. Após algumas horas o cachorro estava surdo. A quinina provoca no ouvido das pessoas uma interferência tão intensa, que a gente praticamente ensurdece. Quando o cozinheiro chamou o cachorro, ele nem se mexeu, pois não ouvia nada. Após alguns dias ele estava novamente bom.

Havia mais acima uma fazenda de gado de um colono de nome Milchert, natural de Timbó. Todo ano ele ia lá caçar seu gado selvagem. Havia lá em cima muito gado que se tornara selvagem. Eles corriam no mato, quando percebiam pessoas com Winchester. Nesta ocasião, portanto, estava o Sr. Milchert procedendo a uma destas caçadas. Ele trouxera seus dois filhos, o Paulo e o Erwin, e os mesmos paravam em seu rancho.

O Sr. Milchert elogiava muito os filhos, e especialmente que eles eram ótimos na cozinha. Ele contou uma vez, que sempre após o sono do meio-dia, encontrava os pratos brilhando. Ele, porém, não sabia, que a dupla colocava sempre o prato dele sob a mesa após a comida, e os cachorros os lambiam até a limpeza completa. Por isto é que brilhavam tanto. Eu tive os dois rapazes um tempo em minha turma de trabalhadores. Entre outras, me contaram que eles transitavam de canoa pelo rio Benedito, o qual passava através de Timbó. Eles carregavam junto um anzol com um grão de milho de isca. Os colonos à margem do rio Benedito, criavam muitas aves aquáticas, como patos, marrecos, gansos, etc. ... Os rapazes jogavam o anzol iscado entre as aves, e quando uma delas engolia o grão, ficava presa, e era arrastada até a canoa para virar mais tarde um assado.

Até que um dia foram apanhados e naturalmente receberam a maior bronca.

Um dia, coube-nos a abertura da divisa entre os terrenos da Companhia Bona, e da Colonizadora Hanseática. Nós já estivéramos nas redondezas anteriormente e constatamos a existência de muitos vestígios de caça. Assim, decidimos levar só farinha de mandioca, para comer a carne que caçaríamos. Nós possuíamos dois cães de caça e os levamos junto. Infelizmente já no primeiro dia os cachorros se mandaram e retornaram ao rancho. Assim, decidimos atirar em tudo que nos surgisse à frente das armas. No primeiro dia avistamos

muitos papagaios, porém não tivemos coragem de matá-los. A partir do terceiro dia, nem mesmo estes apareciam. Nossa sorte é que era exatamente o tempo do pinhão, e desta forma sobrevivemos os dias nos alimentando destas frutas dos pinheiros.

Uma vez, uma turma de caçadores pilhou um índio no topo de um pinheiro, colhendo pinhas. Eles cercaram a árvore para capturar o índio. Este quebrou um galho de pinheiro cuja folhagem se forma nas pontas, em forma de cálice, e o utilizou como pára-quedas, e saltou de uma altura de uns 15 metros e se safou dos captores.

Após um ano de trabalho, fechamos finalmente o perímetro do terreno, e retornamos para casa, no sossegado vale do rio Gaspar. A lida em casa neste ano ficara muito difícil. Resolvemos vender a propriedade. Surgiu-nos a oportunidade de um imigrante alemão, de nome Knoke, que nos comprou a propriedade.

Permanecemos então minha mãe, meu irmão Ludovico e eu na colônia, enquanto o outro irmão Fritz seguia para Curitiba à procura de trabalho. Em seguida ele nos escreveu, informando que encontrara trabalho de desenhista no escritório de um engenheiro civil austríaco, e que havia ainda uma vaga de desenhista. Desta forma eu me mandei. Fui de ônibus até Jaraguá, e de lá tomei o trem que após uma viagem de um dia chegou a Curitiba.

O Fritz me esperava na estação. Fomos e nos instalamos em uma pensão de um português.

Era um coelheiro melhorado. Uma fila de quartos de madeira, de 2 por 3 metros formavam o cortiço. A alimentação era invariavelmente todo dia constituída de feijão preto com bife. Para o almoço, nós comprávamos sempre uma morcilha de fígado, e nosso chefe, o Sr. Grubhofer, nos cedia uma xícara de chá para nosso frugal almoço. Após algum tempo, alugamos uma pequena casa. Não havia móveis. Compramos dois colchões, esticamos os mesmos no chão e este era nosso mobiliário. Compramos uma frigideira, dois bifés, banha de porco, e a lenha providenciamos de uma velha cerca de madeira e assim prosseguimos com a culinária. Os bifés foram fritos, e meu irmão me sugeriu que provasse. Eu experimentei: “Fritz, tu limpaste a frigideira?” Ele respondeu: “Não, eu pensei que tu já a tivesses limpo.” Assim, constatamos que fritamos os bifés em óleo lubrificante, usado para evitar a ferrugem. O destino dos bifés

foi arremessá-los janela afora. Nosso chefe, o Sr. Grubhofer, era um ser humano muito competente e correto. Ele participara na Europa da construção da ferrovia Bagd, o expresso do oriente, e do transporte da artilharia austríaca através dos pântanos para a Turquia, para a guerra, e recebeu pelos seus serviços o título de honra do qual ele muito se orgulhava. Após a primeira guerra, ele estivera na África, e a serviço dos ingleses, traçou a ferrovia local. Certa vez, quando ele já era meu compadre, pois batizara minha filha, ele me contou entre lágrimas como os kaffers mataram sua primeira mulher. Algumas vezes ficávamos o dia inteiro a ouvi-lo, relatando suas impressionantes experiências no mundo inteiro.

Mamãe e Ludwig vieram um dia a nós, e assim finalmente mobiliamos nossa casa. Ludwig também trabalhou um tempo no escritório. Mais tarde foi trabalhar na ferrovia, e assumiu o cargo de condutor de residência em Porto União. Eu trabalhei todo um ano no escritório do Sr. Grubhofer, e após fui para o norte do Paraná, traçar rodovias. Fui de trem até Wenceslau Braz, que ficava a meio caminho do traçado a ser feito, para a partir daí, iniciar o serviço. A mim competia fazer o nivelamento e os perfis transversais, já que o curso da estrada cabia ao Sr. Martins Paraná. Assim, partimos através de campos e matas e mais tarde na região cafeeira. Por vezes era deslumbrante o visual. Os caminhos através dos campos eram ladeados por um capim com tom violeta que reluzia. De quando em vez uma perdiz piava. Entremeando o campo havia bosques, cheios de jabuticabas. Esta fruta silvestre, produz seus bagos rentes ao tronco, de cor preta até próximo à raiz. Quando amadurecem, o chão fica coberto de frutas negras luzidias.

O primeiro lugar que cruzamos na exploração da estrada, se chamava Quatiguá. Ali conheci um fazendeiro com extensas plantações de café. O homem se chamava Oliveira. Ele fora antes barbeiro em Curitiba. Um dia chegou a ele uma preta setuagenária, e lhe expôs sua sina. Ela já estava tão velha e rica, e no entanto não tinha filhos a quem legar sua fortuna. O barbeiro então teve a idéia. Propôs-lhe casamento. Ela concordou. Ele tinha na época 24 anos e ela 70. Eles casaram, e ele comprou com o dinheiro dela uma fazenda de café em Quatiguá. Todo ano viajava a Portugal. Comprou uma carruagem e saía a passear com sua velha esposa, até que um belo dia ela jazia morta na cama. Aí ele deixou passar um ano de luto, arranjou uma bela jovem e passou a usufruir sua

vida de rico fazendeiro. Em sua casa, era tudo de prata e eu tomei excelentes vinhos portugueses em sua companhia.

Após dois meses de trabalho, chegamos à estação final de nossa estrada. O lugar se denominava Afonso Camargo, e ficava na divisa com São Paulo. Nós tínhamos nosso acampamento montado a cerca de 5 Km do lugar.

Na vila havia um restaurante, onde por vezes eu ia para tomar vinho. Uma noite, ainda não havia força elétrica, eu já tomara um pouco além da conta. Eu serpenteava de volta pela estrada, e vi no escuro um grande vulto na beira do caminho. Era um cavalo. Eu me dirigi trôpego até lá, e me acomodei sobre ele. Este saiu em disparada. Eu me agarrei em sua crina, e ele só parou diante do portal de uma fazenda. Por minha sorte, estava aproximadamente a 500 metros do acampamento. Com que facilidade poderia ter saído torto. O dono do cavalo podia imaginar que eu roubava seu cavalo e me atirar. Tive porém, muita sorte e nada me ocorreu.

Retornamos ao ponto de partida, para demarcar o trecho da estrada entre Wenceslau Braz e Jaguariahyva. A maior parte do trecho era campo.

Em Cachoeirinha, estabelecemos nosso acampamento no campo limpo. Eu montara minha tarimba, espécie de catre para dormir, e me arremessei cansado após o trabalho do dia na “cama”. O chefe estava um pouco afastado em outra tenda. Tinha sido um dia muito quente. Repentinamente, à meia-noite veio uma tempestade com trovoadas e raios. Eu saltei da minha cama improvisada, e já tombava sobre mim o pano da barraca. Ela me enroscou e a chuva era tão intensa que eu tive dificuldades para me desembaraçar do pano molhado.

Fui então à barraca do chefe e vi iluminado por uma lamparina de querosene o Sr. Martin Paraná em roupas íntimas desesperado à procura de suas calças, na qual ele tinha guardado o dinheiro para o pagamento mensal do pessoal. O temporal tinha arrastado suas calças da barraca e nós a encontramos após incessante procura a 20 metros de distância, em uma depressão da campina, tudo encharcado.

No dia seguinte, prosseguimos os trabalhos.

Seguidamente, tínhamos que procurar por horas água para beber. Um dos operários tinha um barrilzinho dependurado e passava o dia atrás de água, para matar a nossa sede.

Finalmente, chegamos a Jaguariahyva e procedemos a ligação com a estrada já existente. Jaguariahyva se constituía em uma parte baixa e uma parte alta, ambas separadas pelo rio Capivari. Nós estivéramos por 4 meses no mato e campo, e estávamos saudosos das delícias da civilização. Na parte alta da cidade, eu descobri uma casa vazia, mobiliada finamente. Eu olhei maravilhado através das grandes janelas. Perguntei a um dos moradores, a razão de a mesma encontrar-se desabitada. Ele me informou que ela pertencia a uma família que foi acometida pela lepra e todos haviam falecido.

Um dia, me encontrava diante do instrumento de nivelar, e de longe vinha vindo um homem, e um de meus trabalhadores disse: “Lá vem um adventista, ele quer lhe esclarecer sobre o próximo fim do mundo.” Perfeitamente correto. O homem ficou parado ao meu lado, apreciando o instrumento, e entabulamos conversa. Realmente, ele começou a falar das mazelas do mundo e do seu próximo fim. Solicitei-lhe então que prosseguisse seu caminho para que eu pudesse antes do fim do mundo terminar meu nivelamento. Ele pertencia à chamada Igreja dos Santos do Últimos Dias, e são muito ativos em sua pregação. Quando nós ainda possuíamos nossa colônia em Gaspar, quase todos moradores eram adventistas.

Aos sábados eles vinham sempre em comissão a nós, para nos converter. Como isto nos aborrecia, nós elegemos o sábado sempre para carregar esterco, e o mesmo respingava em volta, e emporcalhava suas roupas de festa de fim de semana. Desta forma arrefecemos um pouco o seu ânimo, e assim nos deixavam em paz.

Voltando a Jaguariahyva, seguia eu um dia pela cidade baixa, e avistei um letreiro com os dizeres: “Confeitaria Vienense”. Curioso, entrei. Realmente, o confeitoiro, com um alto chapéu de cozinheiro, era vienense. Eu me delicieei com os formidáveis doces e confeitos.

Nesta hora, os trabalhos no grande frigorífico, onde abatiam centenas de porcos, chegava ao fim, e chegavam à confeitaria alguns italianos e solicitavam ao confeitoiro para fazer um pouco de música. Eu imaginei no meu canto, isto vai ser desafinação geral.

O confeitoiro buscou sua estante musical, e aí já fiquei curioso. Apanhou um bandônion, espécie de gaita, e começou a tocar música clássica e os italianos em coro cantavam de forma perfeita, acompanhando. Soube então

que eram músicos do Scala de Milão e trabalhavam no frigorífico na produção de latas de banha, recipientes de 25 quilos. Isto é um exemplo do que faz a imigração.

No começo a gente tinha que se sujeitar ao que aparecia, porém como os imigrantes geralmente eram mais dedicados, em curto espaço de tempo eles ocupavam os melhores cargos. Eu me retirei tarde da noite, e retornei ao nosso acampamento. Havia passado horas agradáveis nesta noite.

Alguns dias após, chegou a Jaguariahyva um circo. O diretor do mesmo, que acumulava as funções de domador, teve um grande acidente.

Em uma apresentação, um leão o atacou e lhe arrancou a perna. O circo quebrou.

O rio Capivari, que corria entre a cidade alta e a baixa, de anos em anos enchia e provocava grandes estragos na cidade baixa.

Numa destas ocasiões, uma padaria construída sobre um rochedo saiu boiando pela cidade e se prendeu na ponte, a qual em função disto foi arrancada.

Finalmente terminamos nossa estrada de 120 Km e eu retornei a Curitiba.

O Sr. Engenheiro Grubhofer me readmitiu imediatamente e eu trabalhei uns tempos como desenhista técnico.

Veio então a crise do café. O preço da rubiácea caiu e muitas plantações de café foram exterminadas. O Estado encerrou seus serviços de abertura de estradas, e nós ficamos sem serviço.

Acertamos então, Fritz e eu, procurar serviço em outro lugar. Nós viajamos de trem por dois dias, até Marcelino Ramos, uma interessante cidadezinha no Rio Grande do Sul. Ela foi construída em patamares em uma declividade.

Nos hospedamos em um hotel, pertencente a um senhor idoso, alemão, que nos convenceu a visitarmos a garganta do rio Uruguai.

O rio, que em Marcelino Ramos tem uma largura de uns 400 metros, estabelecia a fronteira entre o Rio Grande do Sul e Santa Catarina.

Nós caminhamos pela ferrovia, em cujo leito o lastro de pedras continha muita Ametista, pedra muito comum na região. Quando chegamos à garganta, constatamos que o imenso rio Uruguai se espremia entre paredes e sua largura não ultrapassava a 70 centímetros.

No momento, está sendo construída no local uma hidroelétrica. É possível se manter um pé em Santa Catarina e o outro no Rio Grande do Sul, e

o imenso rio Uruguai nos fluiu entre as pernas, o que provoca grande emoção.

Em Marcelino Ramos, Fritz e eu decidimos viajar para Blumenau.

Na viagem de retorno, encontramos um senhor Teilen, que nos contou, que o chefe do escritório de terra, Sr. Axel Deeke, tinha uma vaga para um agrimensor. Este mesmo cargo tivera meu irmão Ludwig, no tempo em que morávamos na colônia.

Chegamos assim a Blumenau, e eu me candidatei à vaga. Eu já concluía meu curso de topografia, pelo sistema Karnak Hachfeld e a prática necessária eu adquirira no serviço de campo.

Assim, consegui a vaga. Fritz retornou a Curitiba, e posteriormente mudou-se para Porto Alegre. Ele trabalhou antes um tempo em Rio Grande em uma mina de carvão, indo após a Porto Alegre, onde como arquiteto administrou grandes construções. Sua formação ele fizera em Reichenberg, na Áustria, junto à escola técnica de Arquitetura.

O Sr. Deeke me admitiu de braços abertos, era o ano de 1930. Eu trabalhei de agrimensor público até 1964. Neste período conheci todas as matas virgens entre Blumenau e a Serra Geral. Lembro-me ainda da minha primeira medição em Blumenau.

Foi para um dentista de nome Riedel. Ele possuía uma colônia no Alto Garcia. O travessão da Colônia, passava sobre um perau de pedras. Nós estávamos na beira do abismo, e o Sr. Riedel tinha o almoço envolvido em um guardanapo de pano, amarrado no cinto. Num dado momento, ele escorregou e rolou no perau abaixo. Por felicidade ele não sofreu nada, mas o nosso almoço estava todo amassado, e as bananas se misturaram com as lingüiças, formando uma só pasta. Na hora do almoço, por falta de outra coisa, tivemos que nos valer desta massa. Um trabalhador me alcançava a minha parte do almoço, quando tropeçou. Ele pisou novamente no mesmo local, e só então percebeu que o obstáculo era uma imensa jararaca, uma cobra muito venenosa. Ele saltou longe, e nós matamos o réptil a pancadas. Por sorte, a cobra ainda estava em seu sono hibernar, do contrário ele teria sido picado com certeza.

Em 1930, veio a revolta do Rio Grande, o governo foi deposto, e a oposição tomou o poder com Getúlio Dorneles Vargas. Meu chefe, Sr. Axel Deeke, perdeu em março de 1931 seu posto, que foi assumido pelo Dr. Gil Fausto de Souza. A agência de terras foi rebatizada e passou a se chamar Inspetoria de

Terras. Eu me encontrava exatamente em uma medição em Matador, e quando retornei, meu futuro colega havia me caluniado tanto, que perdi meu posto por dois meses, até que finalmente meu novo chefe constatou que me injustiçara e me reconduziu às minhas funções. Neste meio tempo fui introduzido, através do dono da casa onde parava, no Clube de Ginástica Alemão. Em uma ocasião vi uma moça desportista, dentre as demais, alta, bonita, na primeira fila. Eu a contemplei com interesse e me disse: “Esta será tua esposa”. Não fiz porém nenhum movimento no sentido de conquistá-la e continuei me divertindo com as demais garotas. Veio então uma festa da Sociedade de Ginástica. Meu amigo, Rudolf Frisch, também tinha seus olhos voltados para aquela moça. Ele estava sentado a seu lado e me ofereceu uma cadeira. Foi então buscar a cadeira oferecida. Quando retornou, eu me encontrava sentado em seu lugar, ao lado da minha atual esposa, e ele teve que se sentar ao meu lado. Nós mantivemos um colóquio, e após eu me encaminhei para casa.

Era escuro, e eu ia muito absorvido em meu caminho. De repente vieram duas moças, e se engancharam em meus braços. Uma delas era a minha hoje esposa. A outra moça, após um trecho do caminho, se despediu e entrou em uma outra rua, e Lúcia, assim se chama minha mulher, disse que morava na rua Minas Gerais. Eu prontamente respondi: “Eu também moro lá”, o que não era verdade. No caminho para sua casa, ela recebeu seu primeiro beijo. Quando chegamos à casa de seus pais, tive que lhe confessar, que eu morava em outra extremidade da cidade.

Ela tinha duas irmãs, uma delas a mais nova, era muito parecida com ela. Numa noite, ao resolver visitá-la, esta sua irmã estava com um moço na porteira, e eu a confundi com minha namorada, pensando tratar-se de Lúcia. Sai acabrunhado, fui para casa e resolvi encerrar o namoro. Após alguns dias, encontrei Lúcia na rua, e aí o engano foi esclarecido, e foi estabelecida a paz.

No dia 23 de julho de 1932, nos casamos, apesar de me encontrar desempregado à época. Na prefeitura, para confecção dos papéis, tínhamos que passar pela porta do escritório de terras, e o novo inspetor de terras me cumprimentou e convidou-me para uma conversa. Assim retornei ao meu trabalho, e nos tornamos grandes amigos. Ele, como já referido, se chamava Gil Fausto de Souza e era engenheiro civil.

Minha primeira medição, sob sua chefia, foi em Vidal Ramos, 50 Km

acima de Brusque, rio Itajaí-Mirim, acima.

Nós viemos montados em cavalos até Cedro, onde um certo Merico tinha uma hospedaria. Ele comprava muito ouro, que era encontrado no rio Itajaí Mirim. Ali, um pouco distante da praça, havia um cemitério, no qual havia muitas lápides com nomes ingleses.

Eu procurei me informar sobre isto, e aí um antigo morador me contou, que no começo da colonização, imigrantes ingleses ali se localizaram, e que após alguns anos se mudaram com caixas cheias de ouro. Hoje ainda em muitos pontos do rio Itajaí Mirim, se fásca ouro.

Naqueles tempos, o rio era tão abundante, que os colonizadores de Itajaí Mirim, hoje Vidal Ramos, transportavam madeira em suas águas.

O Sr. Merico, onde pernoitamos, admirava muito meu barbeador, e pediu se podia se barbear com o mesmo. Eu coloquei uma lâmina nova, mas sua barba era tão densa, que após ter barbeado um lado da face, desistiu e procurou o barbeiro para terminar o outro lado. No dia seguinte, prosseguimos até Ribeirão do Ouro. Lá ocorriam grandes depósitos de calcário, inclusive estalagmites. Ali terminava a estrada. Dali em diante, prosseguimos em picadas para mulas, nas quais os animais se atolavam até a barriga. Estes quadrúpedes têm o hábito de pisar sempre no mesmo local, de tal forma que entre duas pegadas fica sempre um montinho. Após um dia de viagem, chegamos aos morros, e lá abria-se a mata virgem, e no vale do rio, situava-se Vidal Ramos, ou como na época se chamava, Itajaí Mirim. Era uma colônia com aproximadamente 1.000 habitantes. Havia lá, ruas transitáveis, uma grande casa comercial de Stoltenberg, igrejas e escolas. Os moradores, a maioria de descendência ocidental, tinham sido introduzidos há 30 anos, por um padre de nome Spierling de Rio Negro, após uma viagem de semanas através da floresta virgem, em direção às nascentes do Itajaí. O lugar lhes agradou, e eles construíram sua primeira cabana. Tenho ainda que me referir à interessante estória da colônia, a qual já há alguns anos contei através de um jornal de Brusque.

Nos primórdios da colonização do Itajaí Mirim, os imigrantes não sabiam que os terrenos pertenciam à Fazenda Boa Esperança, cujo proprietário um dia apareceu e queria vender a terra ocupada aos colonos. Estes por sua vez estavam certos de que as terras eram devolutas, portanto do governo. Assim se consideravam os legítimos proprietários por ocupação, tendo inclusive requeri-

do seus títulos ao Governo. Este último realmente enviou seus agrimensores ao local e demarcou uns lotes e concedeu aos ocupantes um título, já concedido anteriormente à Fazenda Boa Esperança. O proprietário desta, Sr. Constâncio Krummel era na época diretor de terras do órgão oficial. Ele se dirigiu ao Governador do Estado com sua escritura da Fazenda Boa Esperança e lhe disse: “Senhor Governador, se o senhor emitir mais um título de propriedade sobre minhas terras, para qualquer colono, eu vou derrubá-lo do seu cargo.”

O Governador sentiu que havia praticado um ato ilegal, concedendo duplicidade de titulação de terras, e obedeceu à palavra de seu diretor de colonização, e paralisou a titulação de lotes na região.

Como os colonos se negaram a comprar as terras dele, o Sr. Constâncio contratou um advogado, para despejar os invasores. Os colonos, tinham empreendido um penoso começo em sua aventura. Dentre eles, um Sr. Stoltenberg e dois jovens, vieram a Vidal Ramos. Este idoso senhor, veio a falecer nas dificuldades da viagem através da floresta. Os jovens pousaram o corpo em uma tarimba, espécie de cama, com a ajuda de um vizinho. À noite veio um jaguar e abriu uma brecha na parede do rancho de bambu e queria arrastar o morto da tarimba.

Os rapazes gritaram, os vizinhos acudiram, e atiraram no animal ladrão. E agora eles tinham que abandonar as terras. Os colonos então arranjaram também um advogado, Dr. Henrique Rupp, para defendê-los. Eles perderam o processo. Seu advogado, o Dr. Rupp, enviou até eles uma tropa policial, para cobrar os seus honorários.

Veio um oficial de justiça, com diversos soldados e juntou os animais dos colonos, com cuja venda, em Brusque, pretendia saldar os honorários.

À noite, os moradores soltaram o gado, e os embrenharam na floresta. A polícia teve que retornar de mãos abanando. Desta forma o dono do terreno, ainda teve que pagar o advogado dos colonos, de maneira que eles não pudessem ficar nas terras ocupadas, e assim ele pudesse ser reintegrado na posse. Finalmente ele constatou que alguns dos colonos queriam comprar seus terrenos, o que realmente ocorreu, com uma parte dos sitiantes. Outros infelizmente não concordaram. Desta forma aconteceu que quando seu agrimensor, um tal de Rode, estava medindo as terras, um grupo, por instigamento de um colono, de nome Weber, se juntaram e tocaiaram o agrimensor em um Valadão.

Eles se posicionaram, e quando o agrimensurador com sua turma surgiu, abriram fogo. Um tal de Henrique Tiehl, recebeu um tiro na cabeça e tombou morto. As autoridades foram mobilizadas e uma tropa foi formada, pelo inspetor de quartirão, no local e os revolucionários foram conduzidos presos a Rio do Sul. Weber foi condenado a alguns anos de prisão e seus filhos adquiriram o lote do verdadeiro proprietário, e assim a paz retornou ao local. Hoje existe lá uma fábrica de cal, e somente uma sepultura, na qual vegeta um pinheiro de 50 cm de diâmetro, na casa comercial Stoltenberg, como lembrança dos primórdios da imigração. Posteriormente foi construída a estrada de Ribeirão do Ouro e por ela eu fui com meu Ford A 1929 diversas vezes a Itajaí Mirim.

Os anos se passaram, recheados de trabalho de medição, e meu trabalho era tão difícil que por mais de uma vez, ao retornar para casa, um filho a mais nascera. Nos ombros de minha mulher recaía todo o trabalho de casa e a criação das crianças, e eu lhe devo até hoje o muito trabalho e precauções, e especialmente lhe sou grato que meus cinco filhos todos se tornaram honrados e bem sucedidos. Muitas vezes ela ficava meses sozinha e costurava até tarde da noite.

Lembro-me agora de minha primeira viagem para a região de Rio do Sul. Fui de trem, cuja linha não ia naquela época até Rio do Sul, só até Subida. Dali em diante fui de ônibus até Rio do Sul, onde o cliente me esperava, e com carroça puxada por três pares de cavalos seguimos até Garganta, 40 Km acima de Rio do Sul, através de estradas lamacentas e tortuosas. Ele carregava uma partida de cachaça para o seu comércio. No primeiro dia, fomos até Pastagem, hoje Agrônômica, 20 Km de caminho. No segundo dia fomos até Trombudo, onde pernoitamos na hospedagem da viúva Schlupp. O carroceiro me pediu para auxiliá-lo na manhã seguinte a pegar os cavalos, pois ele pretendia partir ainda no escuro. Ele me acordou às 4 horas da madrugada, vesti minhas botas e o acompanhei na tarefa de procurar os cavalos. De repente eu verifiquei que entrara num atoleiro fedido. E que susto, eu me encontrava na fossa da "casinha". Na época, a patente era construída cerca de 50 metros longe do hotel, e os dejetos escorriam para um brejo, no qual eu me atolei. Portanto, agora primeiro, sair do esgoto. No pátio do hotel havia uma bomba manual. Eu bombeei a água nas botas e aí começou a se esfregar em mim um cãozinho preto. Aí eu pensei: "Tu me vieste em boa hora." Eu lhe fiz uns carinhos e o utilizei para limpar as botas. Veio então a hora do café. A hospedeira, estava em

uma cadeira de balanço, na sala de refeições, e o meu querido e fedorento animal se deitou a seus pés. Aí ela começou a fungar, e gritou: “Marie, venha cá imediatamente, este maldito cachorro deve ter feito alguma coisa na sala, pois o fedor é horrível.” Mais tarde, eu fiquei sabendo que toda sala teve que ser lavada, pois o cachorro se esfregara em toda parte. Ao alvorecer deste dia, prosseguimos viagem. No trajeto atolamos, fundo, era o lodaçal. Tivemos que descarregar alguns barris de cachaça, e com muito esforço e trabalho chegamos tarde da noite na Garganta. Levamos 3 dias para chegar ao destino. A cama de penas parecia um sonho à noite. No dia seguinte iniciamos a medição, um platô de serra, onde o Sr. Bauer possuía seu campo com gado e cuidado por um capataz. O platô era cercado por peraus de tal forma que o Sr. Bauer não precisava de cercas. Só no local, um estreito passo, permitia o acesso a propriedade. Quando o capataz tinha vontade de comer carne fresca, saía com seus cachorros e tocava o gado contra os precipícios. Um deles acabava tropeçando e despencava lá de cima. Ele se dirigia então ao seu patrão e comunicava o desastre, ao que o Sr. Bauer lhe autorizava carnear o animal e lhe trazer o couro. Este era o fácil, método de se prover de carne funcional, até que um dia foi descoberto, e o capataz despedido. Outras terras, outros hábitos. Mais tarde ainda trabalhei novamente pelas redondezas, quando assumi a medição da Companhia de Terras do Sindicato Agrícola, a qual havia construído por lá, muitas estradas, e para isto recebera terras do governo. O gerente do Sindicato, Sr. Ricardo Baumann, se tornou meu bom amigo, e muitas noites me hospedei em sua casa em Trombudo Central. Ele me encarregou certa vez, da divisão de um grande complexo de 100 lotes de terra, nos fundos do Ribeirão do Tigre. Iniciei o trabalho pelo levantamento do rio, de forma que cada colônia fosse servida por água. A seguir, procedeu-se a abertura das divisas laterais e dos travessões. Eu mandara construir uma choupana de bambu, e quando nós entramos na floresta com bagagem e equipamentos, iniciou-se uma chuvarada intensa. Trabalhei 10 semanas sob chuva de inverno, onde perdi 10 quilos. Acompanhava-nos um pequeno cão, e toda noite ele achava um bicho, e quando nós o procurávamos ele fugia. As caminhadas de serviço iam ficando cada vez mais longas, de forma que eu resolvi fazer mudança. Eu encontrara um outro local, a 2 Km, onde mandei construir um novo rancho de bambu. Assim, fizemos nossa carga, eu carregava a tralha de cozinha, e molhados como pintos, devido às cons-

tantes chuvas, nos colocamos a caminho para o novo acampamento. Percebi a meio caminho porém, que esquecera algo e resolvi voltar, em busca do que ficara.

Quando eu cheguei ao nosso primeiro rancho, encontrei estirado um imenso animal dourado em sua frente. Era um puma. A chuva provavelmente despistou meu cheiro e o barulho e quando o animal me percebeu, deu um tremendo urro e saltou para o mato. Aí descobri o que o pequeno cão acuava toda noite. Era só de se admirar que o puma não o houvesse comido.

Mais tarde, me contaram dois colonos, os quais devido às terras devolutas me visitaram no primeiro rancho, que o puma os havia seguido uma boa parte do caminho. Este tipo de leão não representa grande perigo para homens, pois a exemplo do Jaguar só os ataca quando feridos. Eu retornei um tanto assustado à minha turma, e após algum tempo, chegamos a um ribeirão, que devido às intensas chuvas, havia transbordado. Construímos uma ponte com xaxim do mato, espécie de briófito, e quando me encontrava no meio da ponte, a mesma se quebrou e tomei um banho, que não tinha idade, como aqui se diz. Tremendo, subi na outra margem. Chegamos finalmente ao nosso novo rancho. Interessante, que quando estava claro, a gente conseguia avistar as estrelas através da cobertura, e apesar disto não chovia dentro. Um dia encontramos uma tropa de micos, e atirei um deles, do que até hoje me arrependo. O mico jazia no chão e o sangue lhe jorrava do peito. Ele o limpava com sua pequena mão e me mostrava, como querendo dizer o que eu lhe fizera. A intenção era cozinhá-lo, e assim o matamos. Na volta do nosso trabalho, encontramos uma tropa de quatis. Eu abati um deles. São animais interessantes, com aproximadamente 3 quilos. Quando se atira neles toda vara se despenca no chão e fogem. Tive uma experiência uma vez, quando encontramos uma vara destes animais, sobre uma árvore isolada, que se encontrava sobre uma cachoeira, de uns 20 metros de altura. Eles se jogavam lá de cima da árvore, até embaixo da cachoeira, o que somados representavam 30 metros. Na queda eles se embolavam, e caíam sobre as costas, de forma que isto amortecia a queda, e o animal não se feria. É formidável o que a natureza proporciona para preservar a vida selvagem.

O cachorrinho nos proporcionou o encerramento de um quatis em uma caverna rasa e o animal nos ameaçava com seus dentes em forma de sabre, afiadíssimos como uma navalha, com 5 cm de comprimento. Nós o atiramos

também, e assim após muito tempo, tínhamos de novo carne fresca para comer.

Ao final da medição, me feri na barriga da perna, e a febre me acometeu, de tal forma, que apesar de estar quente eu trabalhava de casaco. Terminamos então a medição, e o sol apareceu finalmente, e assim após dois meses e meio de trabalho, pudemos nos aquecer. Chegamos à tarde na vila em Trombudo Alto, hoje Agrolândia. Comemoramos o final feliz da medição com cachaça e cerveja, e um dos trabalhadores, que carregava um grande saco com as camas, ainda se encontrava na outra manhã estirado em um buraco na beira da estrada e se trancou com sua bagagem de tal forma, que somente com o sol do meio-dia na cara, conseguiu se desvencilhar, e trôpego, caminhar até uma casa.

Em 19 de fevereiro de 1933, nasceu minha primeira filha, Adelgunde Henriette. Uma querida menina, que aos 15 anos, apesar das aulas que freqüentava, conduzia meu escritório de desenho topográfico. Hoje, advogada, ela responde pela assessoria jurídica de um cartório de registros em Florianópolis e já é avó. Os anos em que conduziu meu escritório de topografia, lhe ajudam hoje nos processos de escrituras e partilhas que ela conduz em suas audiências particulares em Florianópolis. Quando ela deixou meu escritório, recomendada por meu chefe, assumiu a condução de uma construtora de pontes e minha segunda filha Ruth, assumiu o meu escritório.

Em 1935, construí minha primeira casa na Garcia, bairro de Blumenau. Lá nasceu meu primeiro filho, Geraldo Konrado, o qual em janeiro de 1940 perdi por imperícia de um jovem médico.

Em 1936, a minha mãe e meu irmão mais velho Ludwig mudaram-se para nossa casa, e este, comigo media terras.

Nesta época, nós assumimos uma divisão de terras no Corochell, (sic) e ele trabalhava em um lado e eu no outro extremo do complexo de terras. Eu me encontrava abrindo um rumo, quando saltou do mato um maltrapilho. Era um posseiro e se apresentou: “Eu me chamo “Canta Galo””, e corria nas redondezas que era valente. Por acaso, meu irmão e eu, nos encontramos em nossas medições, exatamente em sua colônia, cada um vindo de um lado. Quando nós nos encontrávamos próximos a seu rancho, o meu pessoal e o de meu irmão, começaram a cacarejar e cantar como galo, o que deixou nosso Canta Galo enfurecido. Mas nós éramos 14 homens, assim ele descarregou sua raiva no mato que crescia à frente de sua casa, o qual ele golpeava com sua faca. Em

sua homenagem, batizei esta colônia de Canta Galo.

Outra vez, eu concluía uma medição de uma área perto de Pouso Redondo, 1 Km acima da estrada geral. Deixei meus aparelhos com um morador, no seu rancho. Era o único da região que possuía uma carroça. Eu tratei com ele o transporte de meus instrumentos, balizas, tripé e teodolito, até a estrada geral.

Eu faria o trajeto a pé. Fui e fiquei esperando na beira da estrada pelo equipamento. E a carroça não aparecia. Repentinamente, surgiu um menino correndo e me comunicou apavorado que o rancho pegara fogo. Eu naturalmente tomei um susto, pensando que meus aparelhos tinham sido queimados junto. Felizmente o homem tivera tempo de salvar sua máquina de costura e meus aparelhos. Para lembrança desta ocorrência, batizei o local de Rancho Queimado.

Muitas e muitas destas ocorrências me vêm à memória. Uma vez eu assumira a abertura das divisas das terras da fábrica de papel em Perimbó. Estas se localizavam no planalto de Santa Catarina. Nesta época eu já possuía meu carro. Assim contratei trabalhadores em Blumenau e empreendi a viagem de 170 Km até a papelose.

Naquela época, o diretor da fábrica nos colocou à disposição uma casa destinada aos chefes da fábrica, para nos instalarmos.

Um pouco acima, havia um vale estreito que termina em um perau de uns 50 metros, onde caía uma cachoeira. Acima da cachoeira havia uma represa que retinha a água para o gerador elétrico da fábrica. O lago, com uma dimensão de 200 por 200 metros, estava povoado com carpas. A estrada que conduzia ao lago, era íngreme, de formas que o meu Ford A sofria para subi-la. Diariamente nós subíamos e descíamos duas vezes a estrada. Se os freios tivessem falhado na descida, a gente estaria perdido. Um carro tracionado por cavalos, despencou numa ocasião para baixo, e não sobrou nada. O carroceiro ainda conseguiu saltar a tempo. Em nossa turma, havia um, que me contou que há alguns anos seu pai tivera câncer no rosto. Em função disto ele estava tão perturbado, que um dia, desesperado ele se embrenhou na floresta, para eventualmente ser morto pelos índios. Os selvagens realmente o encontraram, mas ao invés de matá-lo, fizeram uma cova no chão do mato, tocaram fogo dentro dela, e sobre o carvão em brasa, espalharam folhas, e sobre esta fumaça, segura-

ram o rosto do homem. Eles o defumaram literalmente.

Após um ano, o homem fugiu dos índios, e retornou para casa completamente sarado. Outros moradores de Perimbó confirmaram a história do meu turmeiro.

À noite nós íamos na venda próxima, onde tomávamos nossa garrafa de cerveja. Uma dessas noites, o vendeiro nos contou que seu pai antigamente vendeu escravos, e que ao mesmo tempo era reprodutor de escravos. Desta forma ele além de ganhar dinheiro ainda tinha prazer no negócio.

Nós rimos desta fantasia do vendeiro, mas ele afirmava de pés juntos que era verdade.

Em 3 semanas o serviço estava pronto, e eu toquei para casa.

A 15 Km de Blumenau, em estrada plana, quebrou o eixo traseiro do carro. Meu Deus, se isto tivesse acontecido na descida da rampa em Perimbó, estaríamos todos perdidos, já que o que nos segurava era exatamente o freio motor. Na descida eu engatava a 1ª marcha, e o carro vinha seguro pelo motor, pois aqueles automóveis não tinham freios hidráulicos, somente freio a varão, que de nada adiantavam. Novamente o Senhor me salvara do pior.

Após terminar os cálculos de escritório, e a confecção das plantas topográficas, entreguei o serviço à diretoria da fábrica de papel, onde então conheci o diretor geral.

Ele estava muito satisfeito com meus serviços e me contratou logo para realizar o levantamento de outra fábrica do Grupo, em Bocaina do Sul.

Neste serviço eu quase morri.

O gerente desta fábrica me encarregou ao final do serviço principal, de fazer o traçado de uma estrada, que mudasse a estrada existente, evitando o pátio da fábrica. Eu iniciei o trabalho com o reconhecimento do terreno, e assim constatei que a estrada deveria passar entre dois peraus, sobre os quais havia uma passagem de rocha. A disposição era a seguinte: Uma parede de rochas com 50 metros de altura, ia do pátio da fábrica até a passagem da rocha, com 5 metros de largura, onde era a passagem (obrigatória) natural. O perau ainda subia 30 metros na vertical.

Assim, iniciei o traçado da estrada na represa superior, e com declive de 6% cheguei na citada passagem. Quando eu ia passar na mesma, a sarapilheira constituída de musgos e folhas podres, com aproximadamente 20 cm de grossu-

ra que a encobria, começou a deslizar comigo em direção ao precipício. Eu me atirei de barriga e me arrastei procurando apoio em uma moita e na serrapilheira, mas tudo deslizava junto comigo, vagarosamente em direção ao precipício. Eu já me dava por perdido, quando a moita se enroscou a aproximadamente 1 metro do precipício. O meu ajudante estendeu-me então uma baliza. Ele mesmo se agarrou em um tronco de árvore e segurou a baliza. Com cuidado me puxei através dela para cima. Graças a Deus eu estava salvo. Eu tremi algumas noites, só da lembrança do que me aconteceu.

Recentemente, quando passeava em nossa praia, um senhor idoso me chamou. Era o então diretor da fábrica de papel, que me contratara para o serviço relatado. Nos tornamos grandes amigos, e como residimos ambos em Balneário Camboriú, mensalmente nos reunimos e jogamos Skat, um tipo de jogo de cartas.

Infelizmente o Sr. Victor Deeke, este o seu nome, tem câncer e os médicos lhe deram 5 anos de vida.

Ele porém é tão corajoso em sua forma de viver, que conduz tudo com a maior naturalidade. Uma trágica carga, com a qual ele tem que conviver.

Retornando ao meu relato, em 1933, eu estava tão saturado de minha vida no mato, sempre separado da família, de formas que decidi procurar outra atividade.

Eu estava trabalhando no núcleo Esteves Júnior, em um lugar chamado Cutia. Ficava a 40 Km de Nova Trento, e 100 Km de Blumenau. Lá conheci um alemão de nome Baumann, comerciante. Ele possuía lá uma grande casa comercial, serrarias, e queria instalar uma olaria e uma hidroelétrica. Ele me contou, que estava esperando seu sobrinho da Alemanha que faria o serviço externo. Porém o tempo se passava, e a promessa da vinda do sobrinho não se concretizava, de formas que ele suspeitava que ele não viria.

Ofereceu-me, então, sociedade. Eu afirmei que não possuía capital. Ele disse que não importava, que eu poderia com os rendimentos, pagar minha parte, e que eu seria aproveitado imediatamente na sua serraria. Quis fazer logo um contrato, porém ele me convenceu a confiar nele.

Logo no começo de 1934, ele veio com dois carros de carga a Blumenau, e efetuou minha mudança para Cutia. Após dois dias de viagem, chegamos lá. Neste meio tempo eu construíra sobre seu terreno, uma casa de madeira, próxi-

mo ao Rio do Braço. Era um lugar bonito, com poucos alemães. Antigamente, o governo federal havia acertado com imigrantes alemães o povoamento: havia dividido a floresta em colônias e construído casas de madeira sobre os lotes. Eu encontrei na medição, algumas em ruínas, e em algumas haviam inclusive árvores dentro, tanto tempo fazia.

Um dos colonos, que posteriormente mudou para Blumenau, queria inclusive construir no lugar uma reserva de animais silvestres e havia cercado toda colônia com arame farpado. A maioria dos imigrantes não entendia nada de agricultura, de formas que centenas deles perderam tudo, e retornaram a Blumenau. Toda a colonização foi à falência. Quando morei lá, encontrei uma única família, que sobrevivera, em um lugar chamado Macuco. Havia estórias muito estranhas a respeito dos imigrantes. Existia em ribeirão Reginaldo notícias de uma família Nau, na qual o pai, em uma briga com o filho, o atirou e enterrou em uma arrozeira. Eu pessoalmente vi a sepultura cercada, quando medi por lá.

Nesta época eu possuía uma irara, espécie de felino do mato, domesticada. Eu capturara o animal em uma medição no morro da Bateia, perto de Brusque. Nós estávamos justamente almoçando, quando ouvimos vindo de dentro de um tronco oco, um barulho. Um dos trabalhadores fez um fogo na frente do buraco, e aí surgiram filhotes, marrons escuros, fazendo o barulho que ouvíamos. Eu peguei um deles, e o carreguei na bolsa do almoço o resto do dia comigo. No dia seguinte, remeti o filhote pelo ônibus à minha mulher em Blumenau, onde após uma semana quando voltei para casa, já o tinha amansado. Ele dormia em um caixote na cozinha, e pela manhã nos vinha ao quarto de dormir, e se enroscava em nós por baixo da coberta. Nós o chamamos de Pedi.

Quando minha esposa visitava seus pais de ônibus, muitas vezes levava o animal no ombro, e ele observava curioso os passageiros e cumprimentava com a cabeça. Mais tarde, já grande, com 80 cm com a cauda, tínhamos que amarrá-lo. Uma manhã tomávamos café, quando nos surgiu nossa Pedi, que havia se soltado, entrou porta a dentro, apanhou com os dentes nossos sanduíches, e se escondeu debaixo da casa.

Tinha também um pequeno cão, Bimbi, em cujo lombo ele por vezes cavalgava.

Ele brincava com minha filha mais velha, na época com 2 anos. Levei o animal junto para Cutia. O Sr. Júlio tinha cachorros ferozes, que corriam malucos atrás da irara. Resolvi, então soltá-lo no mato, para a liberdade. Peguei-o e caminhei longe mato a dentro, e com o coração doendo o soltei.

Quando retornei para casa, o pessoal me contou mais tarde, que haviam matado uma irara na estrada da casa de comércio do Sr. Julio. Ainda hoje me arrependo de ter levado a irara para o mato. Ela, ao retornar para casa, encontrou a morte.

Baumann empurrava a assinatura do contrato sempre adiante, de forma que aos poucos comecei a desconfiar. Eu o procurava para acertar, mas ele sempre desconversava.

Um dia veio um bispo visitar o local. Preparou-se uma grande festa. A maioria dos participantes da festa se embebedou, entre outros também meu vizinho, um tal de Jacó Pering, que morava no outro lado do rio do Braço. Eu me encontrava casualmente em casa, quando ouvi a Sra. Pering pedir por socorro, e ao mesmo tempo espocavam tiros na outra margem do rio. Era o marido embriagado que a caçava. Eu apanhei minha pistola Mauser, e corri em socorro da mulher. No caminho para a casa dos Pering, havia um longo trecho do caminho descoberto. Quando me encontrava a cerca de 20 metros da casa dos Pering, veio o bêbado para fora, ergueu sua pistola, e eu só tive tempo de me abaixar, e a bala felizmente passou raspando sobre mim. Eu saltei para o lado, atrás de uns arbustos, e esperei para ver se ele continuaria atirando. Neste caso eu teria que me defender e acertá-lo. Ele porém retornou à sua casa. No dia seguinte ele sumiu, e nunca mais foi visto pelas redondezas.

Após ter vivido o calote comercial do Sr. Julio de Tã, percebi que ali não teria futuro e retornei a Blumenau.

Eu me demitira do meu serviço, ao empreender o novo negócio, e voltei liso. Procurei meu chefe Dr. Gil, e ele me emprestou 200 mil réis, para que eu pudesse fazer minha mudança de volta. Aluguei um caminhão e partimos. No caminho após Nova Trento, um senhor idoso pediu uma carona.

Ele levava uma vela de comunhão de uns 50 cm para sua filha, que no dia seguinte, domingo, tomaria o sacramento.

No caminhão não havia assento, pois nós os removêramos para caber mais carga. Nosso passageiro também já estava meio embriagado, e em cada

buraco ele rolava na carroceria. Quando ele saltou, a maior parte da vela que ainda estava inteira, tinha talvez 3 cm.

Ele se foi, com a vela em forma de rosário na mão, cambaleando. Seguramente sua velha em casa deve ter-lhe assoprado um bocado.

Chegamos tarde da noite em Cutia.

Na outra manhã, carregamos. Era um caminhão fechado, tipo ônibus. Os móveis tinham que ser desmontados, para que coubesse tudo dentro. Às nove horas da manhã, partimos. Meu cunhado que viera junto, foi na frente com a enxada para tapar os buracos maiores. Meu irmão Ludwig, também nos visitava. Minha mulher assentou-se com minha filha no caminhão, e eu fui a maior parte do caminho, a pé, atrás. Naquelas estradas horríveis, o motorista só podia andar pelos trilhos. A estrada passava por sobre o morro da Catinga, e então margeava novamente o rio do Braço. Em um ponto, a estrada erodira. Quando o caminhão passou, o resto desbarrancou e a estrada se acabou, caída dentro do rio. Um buraco de uns 3 metros ficou em seu lugar. Meu Deus, que acidente teríamos sofrido se tivéssemos sido arrastados juntos. Por sorte, passáramos. Do contrário teria perdido mulher, filha e irmão. A estrada começou então a ficar mais larga e melhor. Nós passamos por Nova Trento, à noite, às onze horas.

Após passarmos por Brusque, chegamos a uma ponte de madeira com telhado. Um dos suportes do telhado cedera, e a cobertura ficara tão baixa que o caminhão não passava.

Que fazer? Meu irmão pegou o machado, e cortou os outros três suportes, e nós atiramos o telhado no rio, sobre o qual a ponte passava. Finalmente, à uma hora da manhã, chegamos a Blumenau. E lá me encontrava eu de novo, no ponto de partida. Tive que recomeçar tudo.

Minha casa eu havia perdido, e os meses de trabalho em confiança, se foram.

Comecei novamente com minha atividade de agrimensor. Trabalhei muito em Trombudo e Rio do Sul. Um dia, estava em Serril, na Serra Geral, levantando as cabeceiras do rio Trombudo. Eu trabalhava para a família Prada, da qual há um fato interessante a ser relatado. O velho Prada, foi dos primeiros colonizadores do Trombudo e teve muitas aventuras com os índios. Quando a colonização avançou ele mudou-se mais para cima, para a Serra Geral.

Na sua juventude ele fora o Don Juan da região, e tinha à época duas mulheres, com as quais ele convivia em paz.

Esta bigamia, porém, incomodava os colonos religiosos, ferindo seus princípios. Um dia, ele bateu com a cabeça, tão forte, que cresceu um enorme calo no local.

Achou então um vizinho, que a deformação do Sr. Prada, surgira em função da sua vida amoral, e que lhe estavam nascendo chifres.

Veio gente de longe, para apreciar os chifres do Sr. Prada.

Para gáudio daqueles mais instruídos, os curiosos voltaram para casa novamente, sem matar suas curiosidades.

O Sr. Prada tinha uma grande fazenda no planalto, no campo do Rio Novo.

Como italiano, tinha o hábito de não cercar em torno da casa de moradia. O gado comumente se achegava e deixava suas marcas, que misturadas com a chuva, formavam um lastro de esterco com odor próprio.

Um dia, o Sr. Prada foi comunicado de uma visita ilustre que receberia. O então Ministro de Viação, Dr. Victor Konder, estava por chegar. O Sr. Prada estava muito orgulhoso, e convidou o Sr. Ministro a entrar na casa. Era chuvoso, e após esgueirar-se com cuidado entre os montes de esterco, o Sr. Prada abriu a porta, e quando o Ministro estava entrando, veio ao seu encontro de dentro de casa um porco gordo e grande e arremessou o Sr. Ministro no chão.

Este tratou de se levantar do esterco, e se limpando, xingava a agradável acolhida.

Bem, como referia-me antes, estava eu levantando o curso do rio Trombudo.

Nos hospedávamos na casa de um filho do Sr. Prada. Esta, porém, se localizava a duas horas de distância do nosso trabalho.

Assim, quando passávamos em frente ao rancho de um morador próximo, perguntei-lhe se poderíamos pernoitar ali, já que no dia seguinte, iríamos continuar ali o serviço. O homem aceitou. No fim do dia, nos dirigimos para lá. O rancho era composto de duas partes. Em um lado estavam os dormitórios, constituídos de colchões estendidos no chão e no outro lado estava a cozinha, composta de um panelão sobre pedras, com fogo embaixo.

Estávamos sentados no chão, já que não havia assoalho, e muito me-

nos cadeiras, e eu podia através da porta entreaberta, ver a panela. Veio então um cachorro bem magro, entrou na cozinha, enfiou seu focinho na panela e puxou algo comprido para fora. Como estava quente, ele teve que soltar de volta, mas ele insistia e sempre soltava. Eu avisei nosso hospedeiro, e ele saiu gritando: “O cachorro quer pegar nosso bucho de boi.” A nossa fome desapareceu como por encanto, e resolvemos enfrentar nossa caminhada de 2 horas após inventar uma desculpa qualquer.

Assim vêm as lembranças, uma após a outra.

Nesta época eu já morava em minha primeira casa na Garcia, na rua Engenheiro Odebrecht, batizado com o nome de um dos primeiros topógrafos de Blumenau. Ele e o engenheiro Krohberger, vieram para Blumenau ao tempo do fundador, e com incríveis dificuldades realizaram o trabalho pioneiro de assentar a colonização regularmente.

O engenheiro Krohberger, confeccionou a primeira planta de situação de uma parte do Estado, e neste trabalho perdeu a visão. Uma cópia de seu mapa, consta de meus arquivos. Nestes tempos realizei grandes trabalhos de levantamento do rio Encano.

Eu tinha contratado a medição e reabertura de divisa das terras da Mineração Catarinense, abrangendo as bacias hidrográficas dos ribeirões Garcia, Warnow e Encano, nos municípios de Blumenau e Indaial.

Era uma gleba de terras de 76 Km .

Exatamente no dia do meu aniversário, 06 de janeiro de 1935, nos embrenhamos, eu e mais três trabalhadores, no mato do Encano Alto, carregando bastante bagagem, constituída por roupa, alimentos e instrumentos de trabalho.

Em caminho começou a chover, e, como carregávamos mantimentos que não podiam ser molhados, resolvi colocá-los num saco, protegendo-os com minha capa de chuva, resultando daí um volume de 60 Kg que cada um carregaria por 20 minutos. A fim de dar bom exemplo carreguei-o em primeiro lugar. Para meu desencanto, o primeiro trecho de caminhada era uma encosta íngreme, que subia até o divisor d'água do ribeirão Espingarda com o ribeirão Encano. O solo estava coberto por uma camada de sarrapilheira, de 20 cm de espessura, o que dificultava a caminhada. Eu me sentia como uma locomotiva arrastando muitos vagões morro acima.

Terminados meus 20 minutos, chegamos no alto da montanha, passei minha carga ao próximo carregador, e tive a sensação de estar levantando vôo.

De lá começamos a descida para o vale do Encano. Na metade da descida escutam os vários tiros. Eram caçadores que, apesar da proibição da caça, acabavam de matar uma anta. Mais tarde, encontrei um couro de anta, pendurado num galho de pau, já quase totalmente deteriorado, e, que os caçadores, com medo de serem descobertos, abandonaram na mata, na parte mais alta, banhada pelo ribeirão Encano, que alcançamos depois de 3 horas de marcha. Atravessamos o ribeirão Encano, que tinha aproximadamente 12 metros de largura, e, ali escolhemos uma pequena vargem para o nosso primeiro acampamento. Eram mais ou menos 4 horas da tarde.

Largamos nossas mochilas e começamos a construir o rancho que nos abrigaria.

Para fazer a cobertura do rancho, colhemos folhas de guaricana, uma espécie de palmeira que atinge somente a altura de um homem, cujas folhas são em forma de leque. Com elas colocadas em uma taquara cortada ao meio, forma-se uma esteira do comprimento do rancho, e unindo as duas partes, amarrando-as com cipó, fizemos a cobertura do rancho, que ia do solo até o cume do rancho. O chão foi forrado com folhas de palmito e xaxim, numa camada bastante espessa, pois este assoalho forrado serviria também como cama.

O passo seguinte foi acender o fogo, e sobre ele, num cavalete em forma de forquilha feita de galho, foi pendurada a ata com água e feijão.

Assim a cozinha improvisada começou a funcionar, ao ar livre, recebendo uma pequena cobertura para ficar protegida de eventuais chuvas, que ameaçariam o nosso jantar.

Quando começou a escurecer ouvimos o pio de um macuco, logo respondido por outro. É interessante observar como a onça brasileira imita perfeitamente este pio para atrair o macuco, que é sua presa preferida.

Um dos meus trabalhadores, o Stefano, apaixonado caçador, munido de sua espingarda, saiu em perseguição ao macuco, e, após ouvirmos um tiro, ele apareceu com a ave abatida, que logo fez parte da feijoada.

Neste primeiro lugar de pouso, ainda caçamos diversos macucos, e batizamos o lugar como a "Vargem do Macuco", nome que conserva até hoje.

Lentamente chegou a noite e com ela um verdadeiro concerto feito

pelos grilos, cigarras e pios de corujas.

Na manhã seguinte, depois de tomarmos nosso café, iniciamos o serviço de levantamento do ribeirão Encano, que até a cabeceira formava a divisa do terreno a ser demarcado.

O ponto de partida era o marco onde a divisa da gleba da mineração batia nas águas do ribeirão Encano.

A minha turma de trabalhadores não estava completa. Em vez de 6 homens eu só contava com 3, assim fui obrigado a usar o próprio ribeirão como linha de levantamento, que tinha uma profundidade de mais ou menos 0,5 metros e, assim, as minhas botas de borracha estavam sempre cheias de água da manhã à noite, pois, por serem impermeáveis, a água nelas permanecia, o que não teria acontecido se a turma fosse completa, que me permitiria abrir picadas de levantamento às margens do ribeirão.

Também era impossível colocar piquetes no leito do ribeirão coberto de pedras, e assim só pude efetuar, magneticamente, o levantamento.

Há 50 anos atrás, a maior parte das demarcações era feita pela agulha magnética, exceto nos lugares onde existiam pedras de ferro, pois estas desviavam o rumo da agulha, restando, nestes casos, fazer o levantamento goniométrico.

O nosso serviço rendia bem, enquanto eu colocava o teodolito no meio do ribeirão, um dos turmeiros ia com a mira até a próxima curva do ribeirão e os outros dois cortavam galhos que impediam a visão.

Depois de alguns dias de serviço, chegamos à primeira queda d'água, o salto Jacupema, com uma altura de aproximadamente 15 metros.

Naquele dia, depois do serviço, decidi, na volta para o acampamento, praticar um pouco de alpinismo, descendo pelo meio do salto. Descalcei as botas, amarrando-as uma na outra, coloquei-as no ombro e comecei a descida. Numa determinada altura, tinha uma pedra que se salientava uns 20 centímetros do paredão. Soltei-me da pedra onde estava agarrado, a fim de alcançar a citada pedra. Quando olhei onde deveria colocar os pés, vi uma jararaca pequena que lá estava descansando. Fiquei assustado, e, até hoje não entendo não ter pisado fora da pedra, o que me precipitaria a uma altura aproximadamente de 7 metros em cima de pedras amontoadas. Mas, felizmente, consegui pisar de mansinho na beirada da pedra, e a cobra ao invés de me atacar, desapareceu numa fenda do perau. Estava a salvo, pois se tivesse caído, estaria todo quebrado.

Nosso serviço prosseguiu normalmente. O terreno ficava sempre mais montanhoso.

Depois de 15 dias embrenhados na mata, chegamos a um lugar de uma beleza impressionante. A paisagem era tão *sui generis* que certamente deu origem ao nome do ribeirão.

Ladeado por paredões de mais ou menos 100 metros de altura, uma queda de 5 metros de altitude, despejava suas águas num poço de tamanho respeitável. Os paredões estreitavam tanto o curso d'água que consegui colocar um pé em cada margem, para assentar o trânsito (instrumento de medição).

Já havíamos deslocado o acampamento algumas vezes, e, dessa vez eu queria acampar acima do referido estreitamento. Colocamos nossos pertences nas mochilas e começamos a escalar o perau de 100 metros de altura. Em determinado lugar tivemos que usar um cipó grosso, encostado ao perau, e que serviu de apoio a nossos pés; mais parecia uma aventura do Tarzan. Era tão alto, que ao olhar para baixo, o ribeirão parecia apenas um fio de prata. Felizmente, tudo transcorreu bem.

Já em cima, encontramos um afluente caudaloso, que tinha a metade do volume d'água do ribeirão que formava a divisa. Ali, pude observar, com curiosidade, uma cobra enrolada, boiando no meio de um poço. Quando a matamos descobrimos que ela se apoiava num pau quase submerso. Ali estava a explicação do segredo do seu equilíbrio.

A vegetação começou a mudar, o que era antes mato alto, agora era somente faxinal, o ribeirão também diminuiu consideravelmente de volume.

O pobre Stefano começou a queixar-se de dor de dente. Um dente careado, no qual quase cabia um almoço, estava maltratando o pobre homem. Quis extraí-lo com meu alicate, mas ele não consentiu.

Isto me lembra, a solução encontrada por meu companheiro e ajudante, o velho Alexandre, na Fazenda Passa Dois, quando fez uma alavanca com pau da grossura de um polegar, que estava amarrado no dente, e servindo-se da cabeça como base da alavanca. Aí aconteceu a operação. A alavanca foi acionada com um soco para cima, o paciente soltou um grito, e ficou livre do dente que o incomodava.

O bom Stefano, porém, resolveu seu problema, enchendo a cárie do dente com fumo, que depois de certo tempo matou o nervo.

Eu fui maltratado por um berne, um verme transmitido pela picada de mosca chamada botuca que não me deixava dormir. Uma noite sufoquei-o com um pedaço de sabão, que segurei em cima do buraco onde ele se alojara no meu braço, e, no dia seguinte retirei-o com facilidade.

Nesse meio tempo, nos aproximamos da cabeceira do ribeirão Encano. Nossos alimentos começaram a escassear, só nos restava farinha de mandioca e umas sobras de carne seca.

Numa bela tarde, eu estava lendo a mira, com o teodolito sentado no leito do ribeirão, quando escutei o barulho provocado pela quebra de galhos secos na encosta do morro. Comentei com Stefano, que segurava a mira: "Lá vem meu ajudante, o Bertoldo, para nos dar uma mão", pois havíamos combinado, que quando ele terminasse o serviço no outro lado do perímetro, viesse me ajudar.

Era bastante improvável que fosse ele, pois para nos alcançar teria de atravessar um mato perigoso, por diversos dias. Assim, o Stefano resolveu largar a mira e verificar realmente do que se tratava. Retornou depois de alguns minutos, muito assustado e balbuciou: "Eu vi a pintada". Era verdade, achei o rastro do jaguar (pintada), onde ele tinha saltado o ribeirão.

As coisas se ajustaram, pois na véspera tínhamos escutado o grunhir de porcos selvagens, e, o jaguar, também conhecido por onça, costuma perseguir os porcos, atacando os que ficam atrasados, pois como uma vara é composta, geralmente, por mais de 40 porcos, ele não se atreve a atacá-los em grupo, pois eles o estraçalhariam.

O jaguar só ataca o homem quando colocado em apuros ou for ferido. Eu conheci um colono que encurralou um jaguar na toca formada por um perau, e este ao se sentir encurralado saltou sobre o colono, derrubando-o e estraçalhando seu braço esquerdo, e ele só escapou com vida, por causa de um cachorro pequeno, que ao atacar o jaguar, possibilitou-lhe matá-lo com um tiro de pistola. O colono levou meses se recuperando do ferimento, ficando mutilado para o resto da vida.

Continuando nosso trabalho, chegamos perto da nascente do ribeirão Encano, que alcançamos após mais meio dia de trabalho. O ribeirão se tinha tornado cada vez mais estreito e o seu leito ficou branco, forrado de quartzo.

Dali voltamos ao acampamento, interrompendo a busca que nos levaria até a divisa, que ia nos conduzir até o divisor das águas do ribeirão das Águas Cristalinas, que já corria para o município de Brusque.

Durante a volta, escutamos novamente o grunhido dos porcos selvagens e o Stefano cochichou: “Fiquem quietos, estamos perto dos porcos”, e desapareceu no mato. Logo ouvimos um tiro, e, correndo naquela direção encontramos o porco por ele abatido e que pesava cerca de 30 quilos.

Pusemo-nos a limpar o animal abatido, extraíndo-lhes as vísceras e umas glândulas que se não forem extraídas estragam o sabor da carne. Com isso, tivemos um almoço festivo, comendo até presunto, que apesar de mal defumado não diminuiu nosso apetite.

No dia seguinte continuamos a busca da divisa, que nos levaria ao rio das Águas Cristalinas, onde fecharíamos o perímetro. De acordo com o mapa, teríamos mais 1.600 metros de divisa para abrir. Aí surgiu um problema para encontrar o começo da linha divisória. No mapa original, o ponto estava assinalado, mas como conferir o meu levantamento com o mapa original? O mapa foi apoiado sobre um pau caído, que limpamos precariamente, e, comecei a desenhar à mão livre, o meu levantamento. Mais se parecia com um desenho de uma solitária, formada pelas curvas do ribeirão, mas que comparado ao original, mostrava onde deveria sair a divisa. A estaca nº 275 parecia indicar o ponto procurado. Encaminhamo-nos até o local a fim de procurar vestígios da divisa aberta há 20 anos passados. De repente um exclamou: “Aqui tem uma árvore marcada e lá tem um xaxim cortado”. É interessante observar, que o xaxim apesar de ter uma estrutura bastante fofa, conserva as marcas de corte de machado ou foice por mais de 30 anos. Muitas vezes, usei-o para mandar fazer marcos de divisa, pois sabia que depois de muitos anos ainda estaria intacto.

Assim, finalmente achamos o começo da linha. Já faziam 3 semanas que nos encontrávamos embrenhados no mato. A turma já se mostrava impaciente para terminar o serviço.

Infelizmente éramos somente 4 pessoas, contando comigo. Como fazer o serviço de abertura e medição de linha ao mesmo tempo? Tentei resolver o problema da seguinte forma: 2 trabalhadores abriam a linha, roçando-a com a foice, o 3º procurava taquaras que me serviriam como baliza, e, assim procurávamos vestígios da linha aberta há 20 anos, deixando a medição para a volta. O 4º homem, que era eu, carregava o almoço, que consistia em farinha de mandi-

oca misturada com carne de porco. A chocolateira para fazer café também integrava a carga. Apesar de servir para fazer café, o pó e o açúcar já tinham acabado há tempo, e, só restava tomar chá de cravo louro sem açúcar, que substituía, também, o café da manhã. Pão, nem mesmo em sonhos. O café da manhã, além do chá amargo, era completado por uma feijoada, que só a muita fome que sentíamos nos fazia engolir.

Finalmente demos início à última etapa do nosso trabalho, demarcar a última divisa das terras de mineração. Geralmente conseguíamos abrir 1.000 metros de divisa, pois o mato era fechado, com muitos espinhos, cipós e outras plantas rasteiras. Muitas vezes eu chegava completamente exausto numa subida íngreme, achando não ter forças para continuar. Mas a vontade e o dever eram mais fortes, e levavam-nos a continuar quase que como autômatos.

No fim de mais um dia de trabalho, voltamos ao acampamento, para nossa “casa de luxo”, construída com taquara, guaricana e xaxim. O Stefano, achando que a distância que percorríamos diariamente do acampamento para o local de trabalho, era demasiado longa, sugeriu que fizéssemos mais uma mudança. Eu fiquei contente com a idéia, pois quanto mais longe estivéssemos da saída, menos possibilidade existia de a turma abandonar o trabalho e fugir. Assim, mochilamos tudo e empreendemos marcha mato a dentro. No meio do caminho, uma forte trovoada descarregou chuva em abundância nas nossas costas. Escorregava-se mais do que se avançava. Molhados “até os ossos”, finalmente alcançamos o fim da divisa aberta. Dois turmeiros tinham se adiantado, e de repente escutamos gritos. Eu me assustei e preocupado que alguma coisa ruim tivesse acontecido, apressei o passo para alcançá-los. Qual não foi minha surpresa, os turmeiros estavam loucos de alegria, pois lá estava o fim do perímetro; o encontro com a divisa aberta, no início do trabalho do lado da Garcia. Chegávamos afinal ao divisor de águas do ribeirão Águas Cristalinas e do Encano. Se prolongássemos por mais uma hora o trabalho do dia anterior, teríamos evitado essa última mudança.

Já estava escurecendo e procuramos um lugar para passar a noite. Como chovia torrencialmente, fizemos um abrigo provisório e nos sentamos num pau atravessado, que nos servia de banco. Fazer fogo com toda aquela chuva era impossível, assim passamos a noite contando “casos”. Ainda guardo na lembrança um caso que ocorreu quando tinha contratado um serviço com a empresa Eletro Aço, que possuía uma grande gleba de terras banhadas pelas águas

do Ribeirão Warnow. O diretor da empresa me encarregara de pesquisar se no curso superior do ribeirão existia a possibilidade para construir uma usina elétrica, e, se lá existiam grandes áreas planas para o represamento de grande volume de água. Seriam 3 dias de viagem na mata virgem. Meu ajudante, que me acompanhava, chamava-se Hugo, e se tornara pai há poucos dias.

Antes de entrarmos no mato, ele visitara a esposa e o bebê na maternidade em rio do Sul. Assim, muito animado, ele carregou sua mala e os apetrechos de cozinha, durante 3 dias, mato a dentro. Quando chegamos ao local do nosso destino, cansados, deitamos no chão para depois construir nosso rancho. Feito o rancho, cada um começou a tirar suas coisas da mala ou saco de viagem. Meu bom ajudante, ao abrir sua mala, soltou um impropério, pois durante a visita à maternidade trocara as malas e, agora estava ele no meio do mato com a mala cheia de roupas de bebê. Passado seu excesso de raiva, a risada foi geral, e, ele levou uma semana, tendo que voltar para trocar as malas. Quando retornou com a mala certa, contendo a roupa de serviço, não perdi a oportunidade de lhe perguntar se a esposa tinha usado as botas dele na maternidade.

Bem, assim passamos a noite, cada um contando uma passagem pitoresca de sua vida. A chuva tinha passado e, a muito custo conseguimos acender o fogo e nos refestelar com um chá de cravo, amargo. Completei a ligação com o perímetro já aberto, e, de lá voltamos para a divisa recém aberta, fazendo a medição com a corrente. Chegamos, então, ao local do nosso penúltimo acampamento e no dia seguinte continuamos a medição. Nesse dia aconteceu um fato surpreendente, que meu médico em Blumenau, depois soube me explicar. Saíamos das montanhas e chegamos ao ribeirão Encano. O Stefano entrou na água e uma jararaca pulou nele, mordendo-o, porém, somente atingiu a fenda das calças, sem feri-lo. Ele se livrou dela, balançando vigorosamente a perna, e a jogou para longe. Quando completou a travessia do ribeirão, começou a tremer tanto que teve que se deitar no chão. Parecia estar tendo um ataque de malária. Tivemos que parar o resto da tarde, tempo que durou o ataque de tremedeira. Explicou-me, meu médico, o Dr. Hafner, que o Stefano já tinha contraído os plasmódios da malária e o susto enfraqueceu seu organismo, provocando a manifestação momentânea da doença.

Autores Catarinenses

**- A Semana faz
80 anos**

- Memórias

**- O Grupo Res-
gate**

**- “Antología de
la poesía
brasileña”**

- Nova Revista

*TEXTO:
ENÉAS
ATHANÁZIO**



A Semana faz 80 anos

A literatura tradicional dava sinais de cansaço. O rigor das exigências na prosa (escritores que pareciam escrever com agulha de crochê) e na poesia (versos medidos a metro) denunciavam o esgotamento. Os novos escritores e poetas ansiavam pela liberdade de escrever e poetar, pela escrita coloquial e pelo verso livre. Influenciados, no início, pelas vanguardas européias, e, depois, tomados por um nacionalismo que visava mostrar as nossas coisas, iniciaram a pregação dos ideais modernistas, até então confundidos com o futurismo, através dos jornais. Oswald de Andrade e Menotti Del Picchia (Hélios) foram os mais ativos pregadores do novo credo, preparando o terreno para a grande revolução de nossa cultura. A cidade de São Paulo foi o palco dos acontecimentos.

Em fevereiro de 1922, depois de longa preparação, aconteceu a Semana de Arte Moderna, ato culminante da revolução que fermentava e que ficou como um dos mais importantes marcos da modernização brasileira. Nos dias 13, 15 e 17, no tradicional Teatro Municipal, foram realizadas as grandes “soirées”, de cujos programas constaram palestras, recitais de poemas, concertos musicais, performances e leituras, enquanto exposições paralelas de artes plásticas se abriam ao imenso público que compareceu. Coerente com as posições sustentadas nos debates prévios, a platéia se dividia entre os que apoiavam e os que condenavam. Aplausos e vaias se alternavam enquanto ocorriam as apresentações. Havia os que urravam como leões, os que latiam como cães, os que xingavam, os que jogavam ovos e tomates. Como disse

* Escritor e Advogado

alguém, foi a “consagração da vaia.” Muitos se retiraram indignados, mas muitos se mantiveram firmes, até o fim, aplaudindo e apoiando as corajosas mensagens renovadoras

Participaram do evento, entre outros, o consagrado escritor e acadêmico Graça Aranha, apontado como o líder do movimento, Mário de Andrade, Oswald de Andrade, Menotti Del Picchia, Heitor Villa-Lobos (com o pé machucado, regeu de chinelos), Guiomar Novais e Di Cavalcanti. O escândalo foi grande. Segundo a imprensa conservadora, os escritores participantes seriam analfabetos, os poetas ignoravam a poesia, os compositores desafinavam e os pintores não passavam de borradores de telas. Gerou-se um clima de ódio contra eles. E os defensores, por sua vez, apontavam a estreiteza, o provincianismo e a desinformação dos que atacavam os modernistas, alheios às novidades que brotavam no mundo civilizado. Como todo movimento perseguido, a Semana saiu vitoriosa, teve uma repercussão incomum e influenciou o país em todos os setores culturais, libertando escritores e artistas da camisa-de-força em que viviam, permitindo que criassem algo brasileiro, autêntico e inovador. Embora o debate modernistas x conservadores perdure até hoje, novos e ilimitados horizontes se abriram para a criação nas letras, na música, nas artes plásticas, na estética, na política e na filosofia. Ao lado da Revolução de 30, pondo fim à República Velha, a Semana de Arte Moderna foi um movimento que contribuiu de forma decisiva para o advento do Brasil moderno, pondo fim à cultura arcaica.

A Semana de Arte Moderna é um dos episódios mais discutidos e estudados da história cultural brasileira. Contou, desde logo, com adesões de intelectuais de primeira linha e sobre ela existe uma bibliografia imensa, que não cessa de crescer. Neste ano, quando completa 80 anos, muitos eventos serão realizados para comemorá-la. Apesar do tempo decorrido, não pode e não deve ser esquecida pelo muito que devemos a ela e aos seus arrojados realizadores.

Memórias

Leitor aficionado de biografias e memórias, acredito ter lido diversas das melhores que existem no gênero, estrangeiras e nacionais. John dos Passos, Richard Francis Burton, Gore Vidal, Jack London, entre os estrangeiros; Gilberto Amado, Humberto de Campos, Pedro Nava, João do Rio, Monteiro Lobato,

entre os nossos. Daí não ser muito fácil encontrar obras do gênero que realmente me agradem, o que tem me levado, às vezes, a reler as antigas em vez de enfrentar mares desconhecidos.

Embora seja um nome bastante conhecido aqui no Estado e tenha lido textos de sua autoria, bem pouco eu sabia a respeito de Carlos da Costa Pereira (1890/1967) e sua caminhada terrena, fato que me fez ler com interesse seu livro póstumo “Minhas Memórias” (Editora da UFSC/FCC Edições-Florianópolis - 1996), com introdução e notas de Tânia Regina de Oliveira Ramos e cronologia e bibliografia de Iaponan Soares. É uma obra que não vi nas livrarias e sobre a qual não encontrei um resenha sequer, nem mesmo dessas notas sobre livros que em geral não dizem nada. Antes as resenhas eram feitas com base nas orelhas do livro; hoje parece que nem isso é lido. Só tive acesso a ele graças à gentileza do colega Alcides Buss.

Para entrar no texto do memorialista, porém, o leitor enfrenta uma barreira áspera e dura: a introdução. É um texto encruado, desses que expõem eruditismo acadêmico por todos os poros, funcionando como vacina anti-leitura, daqueles que Monteiro Lobato chamava de “espanta-leitor.” E por isso ele não gostava de prefácios e, sempre que possível, evitava colocá-los nos livros que editava. Mas com algum esforço e razoável dose de sofrimento o leitor consegue galgar o muro de oito páginas e encontrar, afinal, as lembranças de Carlos da Costa Pereira, escritas em linguagem simples, às vezes até simples demais, que se contrapõe de forma nítida ao emaranhado introdutório.

Nascido e criado em São Francisco do Sul, cidade pela qual tinha apego, Carlos da Costa Pereira viveu uma infância e uma juventude felizes, cercado pela família e pelos amigos, participando dos acontecimentos da terra. Autodidata, apaixonou-se cedo pela leitura, tornando-se um erudito, e dedicando-se ainda jovem ao jornalismo, escrevendo para jornais que ele fundava e para outros órgãos da imprensa. Tornou-se, com o passar dos anos, um historiador respeitado. Além de inúmeros trabalhos publicados na imprensa, realizou obras históricas de vulto, versando sobre temas como a expansão bandeirante, a Revolução Federalista de 1893 em Santa Catarina, os limites de nosso Estado com o Paraná e o Rio Grande do Sul, a história de São Francisco do Sul, entre outros. Biografou a poeta Júlia da Costa, sua antiga vizinha, e que faleceu em estado de demência, mal que ele não se furta de descrever com todas as letras. Foi tradutor de duas obras de Saint-Hilaire e de uma de Léonce Aubé. Suplente

do senador Ivo D'Aquino, embora jamais tenha assumido, foi também diretor da Biblioteca Pública do Estado, cargo em que se aposentou antes de retornar à terra natal. Teve uma juventude livre e solta, numa cidade provinciana e pacata, participando das traquinagens arquitetadas com os amigos. Isento de grandes ambições, passou pela existência sem maiores tropeços, vivendo com serenidade. Seu conceito de felicidade, aliás, nunca foi dos mais largos; pedia pouco à vida e, ao que parece, ela lhe deu o que desejava, inclusive o renome de historiador que nem parecia estar em seus planos. Mas a verdade, atestada pelos conhecedores de sua obra, é que ela enriqueceu a historiografia catarinense e lhe deu lugar de destaque entre os estudiosos de nossa História.

Em suas noites francisquenses, debruçava-se à janela da morada, de frente à baía, e contemplava um panorama que jamais se apagou da memória, e que assim descreveu: “Nunca nos cansávamos de admirar essa paisagem em qualquer hora do dia ou em noites estreladas ou de luar, e até mesmo nos dias tempestuosos, quando o mar revolto toma tonalidades sombrias e levanta-se em ondas de cristas alvas de espumas. Os crepúsculos são fantásticos nos seus coloridos vivos e inimitáveis.”

A bibliografia a respeito dele não é numerosa mas significativa.

O Grupo Resgate

O patrimônio histórico, artístico e cultural de nosso país está entregue ao mais completo abandono. Se é verdade que a atividade cultural sempre foi levada no peito por editores, críticos, jornalistas culturais e empresários corajosos, também é certo que nunca o descaso e a insensibilidade chegaram ao nível calamitoso de hoje. Nas minhas freqüentes andanças pelo país, envolvido nessas coisas de letras, tenho verificado *in loco* o descabro reinante. Nestes últimos tempos estive em Minas, Rondônia, Tocantins e Rio Grande do Sul, além de várias regiões do Estado, e me deparei sempre com idêntico panorama de descaso e decadência.

Por essas razões, merecem louvores aqueles que lutam sozinhos, às vezes enfrentando a indiferença e até a hostilidade do poder público, pela preservação do que resta. Entre estes está o Grupo Resgate, criado na cidade de Calmon (SC), e composto por João Batista Ferreira dos Santos (JB), Jones Edrien Signori,

Mauri Araújo e Gláucio Boz, com o objetivo de resgatar a história do Contestado, naquilo que ainda há por descobrir, bem como o desenvolvimento social, econômico e cultural da região de Calmon e Matos Costa, importantes palcos de sangrentos acontecimentos durante aquele conflito. E ao mesmo tempo, desvendando lugares históricos e belezas naturais desconhecidos que possam, no futuro, ensejar o aparecimento do turismo rural organizado. Calmon foi uma das sedes da Companhia Lumber e em Matos Costa foi morto esse valente capitão. Ambas as cidades foram quase totalmente queimadas pelos revoltosos.

Em criteriosas expedições de fim-de-semana, o Grupo palmilha sem cansaço o território da região, varando campos, matos inceiros, rios e serras, detendo sua atenção em locais indicados por antigos moradores, “que sabem ou desconfiam da existência de algum fato histórico ou de algum ponto de grande beleza natural.” E assim, nessas andanças, descobriram cachoeiras esquecidas, serras pouco lembradas, estradas abandonadas, represa abandonada no Rio do Peixe, fontes desconhecidas, grutas, pinheiros e árvores centenárias, a abandonada reserva indígena do Quati, locais de belíssimas paisagens, ruínas da antiga ferrovia (caixas d’água, viadutos, bueiros), ferragens e maquinárias perdidas na mata etc. Além disso, encontraram inúmeras peças bélicas, como balas de fuzil (mais de cinco mil), peças de artilharia, como facão, espada, pedaços de revólver e até uma cápsula Shelpnel, usada em canhão. Como complemento reúnem grande acervo de objetos relacionados ao Contestado, como livros, revistas, jornais, fotos, documentos, gravações e tudo mais. Realizam um trabalho intenso de reportagens, entrevistando pessoas antigas e gravando seus depoimentos, fotografando e filmando personagens e locais de interesse. Pleiteiam instalar um museu com esse patrimônio na estação ferroviária, que está abandonada, e que não poderia ser local mais adequado, mas esbarram em graves entraves burocráticos. O Grupo publicou um interessante álbum a respeito de seus objetivos e publica um jornal de nome “Resgate”, registrando nele as suas conquistas. Também realiza vídeos para divulgação. Tudo isso com recursos próprios, aliás diminutos, sem qualquer ajuda oficial.

Visitei a região, no mês de fevereiro, e fiquei impressionado com a disposição e a coragem daqueles jovens. Eles estão realizando aquilo que os governos não fazem, embora fosse seu dever constitucional.

“Antología de la poesía brasileña”

Organizada por Xosé Lois García, poeta, historiador e diretor do Arquivo Histórico de Barcelona, foi publicada por Edicións Laiovento, de Santiago de Compostela, Espanha (2001), a “Antología de la Poesia Brasileña”, reunindo poemas de 44 poetas de diversas regiões de nosso País, de diferentes gerações e tendências. Trata-se de um volume bilíngüe (português/espanhol), de esmerada feição gráfica e com mais de quinhentas páginas. Contém nomes reconhecidos de nossa poética, a exemplo de Cassiano Nunes, Lêdo Ivo, Jorge Tufic, Carlos Nejar, Aricy Curvello e outros, todos bafejados pela crítica e pelos leitores. Existem poesias para todos os gostos, desde o soneto tradicional até os versos livres, experimentais e arrojados. É interessante observar que muitos poemas parecem ganhar com a tradução, adoçando-os e melhorando-os, enquanto com outros acontece o oposto, perdendo bastante da vivacidade original. Surge aí a velha questão da tradução da poesia e sua conturbada problemática.

Destaco nesta publicação, pela importância do fato, a participação de vários poetas catarinenses ou aqui radicados. Hugo Mund Júnior, Alcides Buss e Leonor Scliar Cabral estão presentes. O primeiro entrou com os poemas “Traje do Enigma”, “Véspera das Águas”, “Vênus Tardia” e “Apogeu”; o segundo com “O Nome da Vida”, “Incumbência”, “Profanação” e “Redondilha”; a terceira com “Toledo, Cidade do Consolo”, “Girona”, “Shavout em Granada” e “Sephivot.” Todos poemas de qualidade, no mais alto nível da coletânea. Destaco ainda a presença de Vicente Cechelero, poeta e crítico brilhante, muitas vezes ferino, fato que o afastou de muitos escritores e do meio literário. Embora trocássemos cartas e ligações, só o vi depois de falecido, em Navegantes, onde passava férias, aos cinquenta anos de idade. Seus poemas aqui publicados são: “Mitologia Real de Inverno”, “Ecce Homo” e “Rapsódia Tibetana.”

Destaco ainda a participação de Aricy Curvello, poeta dos mais conhecidos e incansável agitador cultural, um dos escritores mais dedicados à literatura que conheço. Colaborou com os poemas “Apodreciam”, “Des-Conforme”, “Tarde da Noite”, “Outra Vez” e “Cézanne.” O primeiro poema é um grito de inconformismo, um chamado à consciência. A tradução lhe conferiu tons de hino.

O volume é precedido de longo ensaio do organizador, revelando a visão panorâmica e de profundidade que tem da poética brasileira. Ele é especi-

alista em literaturas africanas de expressão portuguesa. (Endereço para contatos: Caixa Postal 04-2081 - Praia de Jacaraípe - CEP 29173-970 - SERRA - ES).

Nova Revista

Está circulando o primeiro número de uma nova revista. Trata-se de **Con Texto**, editada por Valdecir Domingues de Matos & Cia. Ltda., da cidade de Joinville. Neste número aborda, como tema de fundo, a crise do casamento, numa ampla e pesquisada reportagem. Trata ainda de inúmeros outros assuntos, como a Amazônia, as conquistas da mulher, questões relacionadas com o ensino e verbas públicas, a trajetória do industrial Albano Schmidt, ecologia e preservacionismo, destacando figuras locais, literatura e outros temas diversificados. Entre seus propósitos a nova publicação erige como norma a total independência de opiniões, uma vez que não se liga a grupos de qualquer espécie, mirando apenas o interesse comum. Tem como Diretora Mara Rúbia Marques Rodrigues Miranda e como jornalista responsável Domingos de Abreu Miranda. Pela mostra inicial, contendo temas para todos os gostos, a nova revista veio para ficar. (Endereço: Rua Pernambuco, 3 6 4 - Atiradores - CEP 89201-550 - Joinville).

Desejando receber números antigos, tomos completos, ou fazer nova assinatura / renovação, procure-nos. Abaixo informamos nossos preços:

-) Assinatura nova: R\$ 50,00 (anual = 6 números)
-) Renovação assinatura: R\$ 40,00 (anual = 6 números)
-) Tomos anteriores (Encadernados com capa dura): R\$ 80,00
-) Exemplares avulsos: R\$ 10,00 (Cada exemplar/número antigo)
-) Exemplares avulsos: (10) edição bimestral

Sim, desejo assinar a revista "Blumenau em Cadernos para o ano de 2002 (Tomo 43). Anexo a este cupom a quantia de R\$,00 (..... reais) conforme opção de pagamento abaixo:

Forma de pagamento:

Vale Postal Fundação Cultural de Blumenau - Blumenau em Cadernos

Cheque

Banco:

Número:

Valor: R\$

Dados do assinante:

Nome: _____

Endereço: _____

Bairro: _____ Caixa Postal: _____

CEP: _____ - _____ Fone p/ contato: _____

Cidade: _____ Estado: _____

.....
Assinatura

Arquivo Histórico "José Ferreira da Silva"
Caixa Postal: 425 - Fone: (47) 326-6990 - Cep.: 89015-010
Blumenau (SC) - E-mail: funculbl@terra.com.br



TOMO XLIII
Maio/Junho de 2002 - Nº 05/06

Apoio Cultural:

Benjamim Margarida (*in memoriam*)

Birô Lindner - Centro de Impressão Digital

Genésio Deschamps

Victória Sievert

Willy Sievert (*in memoriam*)

Buschle & Lepper S/A

Distribuidora Catarinense de Tecidos S/A

Eletro Aço Altona S/A

Cia. Hering

Unimed Blumenau

43 S/A Gráfica e Editora



